UNESP UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

FERNANDA MARIA CANDIDO

OS DIFRENTES PADRÕES DAS CONSTRUÇÕES COM *POIS*

ARARAQUARA – SP
2009

FERNANDA MARIA CANDIDO

OS DIFRENTES PADRÕES DAS CONSTRUÇÕES COM *POIS*

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – campus de Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Lingüística e Língua Portuguesa

Orientadora: Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck

Bolsa: Capes

ARARAQUARA – SP
2009

Candido, Fernanda Maria
Os diferentes padrões das construções com "pois"/ Fernanda Maria Candido – 2009

131 f. ; 30 cm
Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Rosane de Andrade Berlinck

l. Língua Portuguesa. 2. Língua Portuguesa -- Gramaticalização.
3. Gramática comparada e geral -- Categorias gramaticais.
4. Funcionalismo (Lingüística). I. Título.

FERNANDA MARIA CANDIDO

OS DIFRENTES PADRÕES DAS CONSTRUÇÕES COM *POIS*

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – campus de Araraquara obtenção do título de Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Lingüística e Língua Portuguesa

Orientador: Profa. Dra. Rosane de Andrade de Berlinck

Bolsa: Capes

Data da qualificação: ___/___/____

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck
UNESP/FCL/Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Sanderléia R. Longhin-Thomazi
UNESP/Ibilce/SJRio Preto

Membro Titular: Profa. Dra. Flávia B. de Menezes Hirata-Vale
UFSCAR/ São Carlos

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

A meus pais, as minhas irmãs e ao meu Deus querido que sempre estiveram presentes em todas as minhas vitórias.

Agradecimentos

À professora Rosane pela cuidadosa e sábia orientação e pelas conversas agradáveis e delicadas. Agradeço pela confiança depositada em mim e em meu trabalho.

À professora Sanderléia R. Longhin-Thomazi por ter me apresentado os caminhos da gramaticalização e pelas preciosas sugestões no exame de qualificação.

À professora Flávia Hirata-Vale pelas valiosas sugestões no exame de qualificação e pela disposição em participar da banca, mesmo no final do período de gestação.

Às minhas amigas de graduação Gileusa, Carla, Maura, Ana Maria, Adriana e Ana Amélia pelo companheirismo nos momentos felizes e tristes.

Agradeço em especial a Gileusa pelo exemplo de mulher e mãe batalhadora que não abriu mão do sonho de ser professora.

Agradeço em especial às amigas Carlinha e a Maurinha pelas sugestões em meu trabalho e pelas conversas sobre Gramaticalização.

Agradeço a Gisele e Letícia pelo carinho, pelas palavras de incentivo e, principalmente, por me ouvirem nos momentos angustiantes.

Agradeço a Juliana por, gentilmente, ter me cedido os *corpora* que ela, cuidadosamente, organizou.

Aos funcionários da seção de Pós-graduação da FCL, pelas orientações e acompanhamento cuidadoso.

A todos os professores do Ibilce responsáveis pela minha formação acadêmica durante a graduação.

À Capes pela bolsa de estudos concedida durante o período de março de 2007 a fevereiro de 2009.

À minha família, meus pais, Ataide e Alder, minhas irmãs, Fabíola e Francislaine, pelo carinho, amor e paciência.

A meu Deus querido pela presença em todos os momentos da minha vida.

CANDIDO, Fernanda Maria. **Os diferentes padrões das construções com *pois*.** 2009. 132f. Dissertação. (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar os diferentes padrões das construções nas quais o *pois* está inserido, visto que, como se observa, as gramáticas tradicionais fazem uma descrição superficial e inadequada do comportamento desse elemento. Analisa-se, também, essas construções sob a ótica da gramaticalização, a fim de verificar quais dessas construções estão mais gramaticalizadas. A gramaticalização é uma ferramenta de descrição lingüística por meio da qual é possível depreender mudanças semânticas e categoriais de um item ou uma construção. Pode ser analisada a partir de duas perspectivas: (i) diacrônica, que investiga a origem das formas gramaticais, descrevendo os caminhos que essa forma percorre durante o processo de mudança; e (ii) sincrônica, na qual é possível investigar os usos lingüísticos do ponto de vista dos padrões fluidos da linguagem, dentro de um determinado recorte de tempo. São sob esses enfoques que se analisam os usos do *pois* encontrados nos *corpora.* Para alcançar esse objetivo, adotam-se alguns critérios sintáticos e semânticos propostos por Bally (1965), além dos critérios que foram aplicados ao *pois* nos estudos lingüísticos descritivos de Guimarães (2007), Vogt (1978) e na discussão de Carone (1991) sobre coordenação e subordinação. A respeito dos pressupostos da gramaticalização, recorre-se às propostas de Traugott (1982), Traugott e König (1991) e Sweetser (1990) que focalizam a mudança semântico-pragmática, às hipóteses de Heine *et al.* (1991) e aos critérios de Hopper (1991), com o objetivo de verificar o grau de gramaticalidade das construções encontradas nos *corpora*. Com relação aos *corpora,* eles estão divididos quanto ao grau de formalidade e são compostos por textos epistolares e oratórios do século XVI ao XX, organizados por Barbosa (2008). Por essa investigação, foi possível verificar que o *pois* é um elemento que apresenta vários significados, ou seja, flutua semanticamente por vários contextos – explicativos, adversativos, causais, conclusivos e discursivos (textuais e interativos), além de compartilhar traços de duas categorias gramaticais diferentes. Ao aplicar os critérios sintáticos e semânticos, identificam-se dois grupos categoriais: os conjuncionais – explicativos, adversativos e causais – e os não conjuncionais – conclusivos, discursivos (textuais e interativos). Verifica-se, a partir dos pressupostos da gramaticalização, que alguns contextos estão mais gramaticalizados do que outros.

Palavras-chave: Gramaticalização, Gramática Comparada e Geral, Categorias Gramaticais, Funcionalismo.

CANDIDO, Fernanda Maria. **Os diferentes padrões das construções com *pois*.** 2009.132f. Dissertação. (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

ABSTRACT

This research aims at investigating the different patterns in constructions presenting the word "pois", taking into account that the description of this element's behavior, in traditional grammars, is superficial and inadequate. Such constructions are also analyzed under the perspective of grammaticalization in order to verify which constructions are more grammaticalized. The grammaticalization is a tool used in linguistic description through which is possible to infer semantic and categorical changes suffered by an item or a construction. It can be analyzed considering two perspectives: (i) diachronic, that investigates the origin of the grammatical forms, describing all changes that such form has passed; and (ii) synchronic, in which is possible investigate the linguistic applications through the point of view of the language fluid patterns for a specific period of time. It is under this focus that the applications related to "pois" found in the *corpora* are analyzed. Besides the criteria applied to "pois" in the descriptive linguistic studies of Guimarães (2007), Vogt (1978) and the Carone's discussion (1991) about coordination and subordination, some syntactic and semantic criteria proposed by Bally (1965) are also utilized in order to achieve the objective of this work. In respect to the grammaticalization's presuppositions, the Traugott's proposals (1982), Traugott and Konig (1991) and Sweetser (1990) who focus semantic-pragmatic change, the hypotheses of Heine *el al.* (1991) and the Hopper's criteria (1991) are applied with the purpose of verifying the degree of grammaticality of the constructions found in the *corpora*. Related to the *corpora*, they are divided taking the degree of formality into account and they are composed of epistolary and oratory texts from the XVI and XX centuries, organized by Barbosa (2008). In this research, it was possible to verify that "pois" is an element that presents several meanings, which indicates that it varies semantically depending on different contexts – explanatory, adversative, causal, conclusive, discursive (textual and interactive). It also shows characteristics from two different grammatical categories. When analyzing the syntactic and semantic criteria, two categorical groups are identified: conjunctive – explanatory, adversative and causal conjunctions – and the non-conjunctive - conclusive, discursive conjunctions and discourse (textual and interactive). Thus, it is verified, according to grammaticalization's presuppositions, that some contexts are more grammaticalized than others.

KEY-WORDS: Grammaticalization, Comparative and Traditional Grammar, Grammatical Categories and Functionalism.

Lista de Quadros

Quadro 1: Período correspondente ao emprego do pois..... *22*
Quadro 2: Aplicação dos critérios de Vogt (1978) e Guimarães (2007) *27*
Quadro 3: Características das Parataxe, Hipotaxe e Encaixamento *32*
Quadro 4: Estágios da origem das formas gramaticais..... *40*
Quadro 5: Os parâmetros de Lehmann (1982)..... *45*
Quadro 6: Correlação entre as categorias metafóricas, classe de palavras e tipos de constituintes...... *64*
Quadro 7: Corpus menos formal..... *68*
Quadro 8: Corpus mais formal *69*
Quadro 9: Aplicação dos critérios nos usos explicativos..... *91*
Quadro 10: Aplicação dos critérios nos usos adversativos..... *93*
Quadro 11: Aplicação dos critérios nos usos causais..... *100*
Quadro 12: Aplicação dos critérios nos usos conclusivos *105*
Quadro 13: Aplicação dos critérios nos usos discursivos textuais..... *109*

Lista de tabelas

Tabela 1: Freqüências token e type - mais formais..... *75*
Tabela 2: Freqüência token e type - menos formais..... *77*
Tabela 3: Correlação das freqüências nos textos mais e menos formais..... *79*

Sumário

1 Introdução 13

2 O objeto de estudo: o item pois 17

2.1 História e descrição do item pois: uma revisão da literatura 18

2.2 Combinação de orações: coordenação versus subordinação 28

3 Fundamentação Teórica 39

3.1 Os primeiros trabalhos sobre gramaticalização 39

3.2 Os trabalhos mais recentes sobre gramaticalização 43

3.2.1 Princípios e mecanismos 61

3.2.1.1 Princípio da unidirecionalidade 61

3.2.1.2 Mecanismos de mudança na Gramaticalização: Processos cognitivos 62

4 Material e metodologia 66

4.1 Material.....66

4.2 Metodologia de análise 71

5 Análise dos dados 74

5.1 Análise quantitativa 75

5.2 Análise qualitativa.....82

5.2.1 Contextos conjuncionais 83

5.2.1.1 Explicativo 85

5.2.1.2 Adversativo 92

5.2.1.3 Causal 94

5.2.2 Contextos não conjuncionais 100

5.2.2.1 Conclusivo 101

5.2.2.2 Discursivos e MD's 106

5.2.3 Os pressupostos da gramaticalização 110

5.2.3.1 As hipóteses de Heine e colaboradores 111

5.2.3.2 A mudança semântico-pragmática postulada por Traugott 112

5.2.3.3 Os domínios conceituais de Sweetser 117

5.2.3.4 Os critérios de Paul Hopper 119

6 Considerações finais 123

Referências Bibliográficas 129

1 Introdução

As construções nas quais o *pois* está inserido são, tradicionalmente, classificadas dentro do período composto por coordenação e por subordinação. Privilegiando ora aspectos sintáticos, ora semânticos, no primeiro domínio, o *pois* é classificado como explicativo e conclusivo, usos que se distinguem por meio da posição que esse elemento ocupa dentro da sentença: se anteposto ao verbo da segunda oração é explicativo, se posposto, é conclusivo. No domínio da subordinação, esse elemento é classificado como conectivo causal, atuando dentro das chamadas orações adverbiais. Desse modo, tanto no domínio da coordenação quanto no da subordinação, o *pois* é classificado como uma conjunção – elemento capaz de relacionar orações.

No entanto, observamos, por meio de estudos lingüísticos descritivos feitos por Vogt (1978), Guimarães (2007) e Carone (1991), que a descrição das conjunções feita pelas gramáticas tradicionais da língua portuguesa parece inadequada e superficial, pois, na maioria das vezes, não dá conta de explicar usos reais da língua, já que seu objetivo é descrever apenas a norma culta e não variações lingüísticas. Em Vogt (1978), por exemplo, encontramos uma proposta de análise das conjunções *pois, já que* e *porque*, na qual o autor verificou pontos em comum no comportamento de *pois* e *já que*, o que nos possibilita questionar a descrição feita pelas gramáticas normativas. Em Carone (1991), temos uma discussão sobre combinação de orações - dicotomia coordenação *versus* subordinação -, em que a autora apresenta alguns pontos obscuros que se aplicam ao item *pois.*

Partindo desse quadro, o objetivo principal desta pesquisa é investigar os diferentes padrões das construções nas quais o *pois* está inserido, já que não há um consenso nas descrições feitas pelas gramáticas normativas e pelos estudos lingüísticos descritivos. Além

disso, verificamos quais dessas construções estão em um estágio mais avançado de gramaticalização. Acreditamos que um trabalho que descreva os padrões das construções com *pois* seja relevante para ampliar o tratamento dado pela tradição gramatical a esse item, além de contribuir para os estudos lingüísticos descritivos. Para alcançar esse objetivo, percorremos etapas como: selecionar os materiais utilizados na pesquisa, organizar os critérios utilizados para mapear as construções com *pois* e, por fim, analisar quantitativa e qualitativamente essas construções, levando em conta critérios sintáticos e semânticos e os pressupostos da gramaticalização.

Os *corpora* utilizados na análise dos dados desta pesquisa são compostos de textos epistolares e oratórios, organizados por Barbosa (2008). Esses textos foram classificados quanto ao grau de formalidade e estão distribuídos, uniformemente, de acordo com o período em que foram escritos, século XVI ao século XX. Acreditamos que a relevância para a escolha desse gênero textual está no fato de as correspondências se mostrarem uma fonte capaz de representar enunciados lingüísticos com maior ou menor grau de formalidade. Além disso, esse gênero está ligado às situações sociais de interação, uma vez que requerem um emissor e um destinatário, assim como ocorre na situação de diálogo, propriamente dito. Com relação aos textos oratórios, eles correspondem a discursos acadêmicos, políticos, religiosos e documentos oficiais e são escritos previamente, adequando-se à norma gramatical.

A respeito dos critérios sintáticos e semânticos utilizados na análise dos dados, adotamos os critérios propostos por Bally (1965 *apud* LONGHIN-THOMAZI, 2004), juntamente com os apresentados por Vogt (1978) e Guimarães (2007), além das discussões feitas por Carone (1991) e Neves (2006) acerca da combinação de orações. Desse modo, os critérios selecionados para o mapeamento dos padrões das construções com *pois* são: (i) dependência semântica; (ii) distinção tema/comentário; (iii) divisão em segmentos

entoacionais; (iv) pausa; (v) referenciação anafórica; (vi) posição dentro da sentença; (vii) possibilidade de inversão das orações e (viii) mobilidade dentro da oração.

Além desses critérios, apoiamo-nos nos pressupostos da gramaticalização a fim de verificar quais construções lingüísticas com *pois* estão em um estágio mais avançado de gramaticalização. De acordo com Hopper e Traugott (1993), a gramaticalização é um processo por meio do qual um item lexical, em certos usos, torna-se um item gramatical, ou em que itens gramaticais tornam-se mais gramaticais ainda. Além disso, pode ser vista como um processo sintático, discursivo e pragmático, estudado de um ponto de vista dos padrões fluidos da linguagem.

No que diz respeito aos pressupostos da gramaticalização, utilizamos, juntamente com os critérios sintáticos e semânticos acima mencionados, as propostas que focalizam a mudança semântico-pragmática, como os trabalhos de Traugott (1982) e Traugott e König (1991), cuja trajetória de mudança semântica é: **proposicional > (textual) > expressivo**; além da proposta de Sweetser (1990) acerca dos domínios conceituais: **domínio do conteúdo** (real/sócio-fisico), **domínio epistêmico** (raciocínio lógico) e **domínio conversacional** (atos de fala). Aplicamos, ainda, as hipóteses de Heine *et. al.* (1991) e os critérios de Hopper (1991), com o objetivo de verificar quais construções estão em um estágio mais avançado de gramaticalização.

Por fim, adotamos o modelo de Bybee (2004) a respeito da freqüência de uso de um item: a freqüência *token* e a *type.* A freqüência *token* diz respeito à freqüência de um item independentemente de sua função; a freqüência *type*, por outro lado, refere-se à freqüência das diferentes funções que um dado item ou construção assume. A freqüência com que um dado item ocorre pode contribuir para instigar as mudanças que ocorrem na gramaticalização. Desse modo, a análise das freqüências *type/token* nos oferece tanto a análise quantitativa quanto qualitativa.

Esta investigação lingüística está divida em cinco seções. Na seção, "Objeto de estudo", reunimos todas a informações a respeito do *pois*, incluindo sua etimologia, a classificação feita pelas gramáticas normativas e as reflexões dos principais estudos lingüísticos descritivos sobre esse item, além de discutir o processo de combinação de orações. Na seção dedicada à fundamentação teórica, apresentamos as principais pesquisas que compõem o quadro teórico sobre a gramaticalização, abordando desde os primeiros enfoques até os trabalhos mais recentes a respeito desse processo de mudança lingüística. Ainda nessa seção, discutimos as motivações da mudança, apresentando os principais mecanismos que instigam a gramaticalização. Em "Material e Metodologia", encontram-se a descrição detalhada dos *corpora* e os procedimentos metodológicos utilizados na investigação dos dados. Na seção de análise dos dados, buscamos aferir a freqüência dos diferentes padrões das construções com *pois.* Além disso, apresentamos a análise qualitativa dessas construções, que levou em conta critérios sintáticos e semânticos selecionados previamente, bem como alguns pressupostos da gramaticalização. Por fim, nas considerações finais, apresentamos os resultados obtidos nesta pesquisa.

2 O objeto de estudo: o item *pois*

Esta seção destina-se à apresentação do objeto de estudo: o item *pois.* Primeiramente, apresentamos uma exposição sobre a origem desse elemento cuja etimologia, afirmam os gramáticos históricos, remete à forma latina *post*. Passando para o português sob a forma de advérbio e conjunção temporais, esse elemento, ao longo do tempo, perdeu a acepção temporal e adquiriu novos valores semânticos, tradicionalmente, conhecidos como explicação, conclusão e causa. Por esse motivo, em seguida, focalizaremos a atuação do *pois* dentro dos domínios da coordenação e subordinação, em que esse item atua como conjunção explicativa, conclusiva e causal – classificação proposta pelas gramáticas normativas da língua portuguesa. Dada a multifuncionalidade e flutuação semântica que observamos nos *corpora* analisados, recorremos aos estudos lingüísticos descritivos de Barreto (1999), Vogt (1978), Guimarães (2007) a fim de melhor compreender as relações entre as orações conectadas por esse elemento. Por fim, na medida em que o *pois* atua como um elemento de conexão de orações, faz-se necessário uma discussão sobre "combinação de orações", na qual adotamos a proposta de Carone (1991), Bally (1965, *apud* LONGHIN-THOMAZI, 2004) e Halliday (1985, *apud* NEVES, 2006).

2.1 História e descrição do item pois: uma revisão da literatura

A etimologia do item *pois*, conforme afirmam os gramáticos históricos, remete à forma latina *post*, que, segundo Torrinha (1945), além de atuar como advérbio com o sentido de *depois, em seguida, atrás, por trás, de trás*, também apresentava um uso preposicional correspondente a *depois de*, *a partir de*, *atrás de, por trás de.* A origem latina também é apresentada nos dicionários atuais de língua portuguesa, como em Houaiss (2001), assim como a acepção espaço-temporal que possuía: *atrás, após, em seguida*.

Ali (1964) informa que o *post* precede a forma portuguesa *pois*, usada a princípio com valor adverbial e sentido temporal de *mais tarde*. Simultaneamente, a esse advérbio simples, não tardou a utilização da forma reforçada *depois* ou *despois*. Nunes (1975) também classifica a partícula *pois* e seus compostos (*depois* e *despois*) como advérbios temporais. Já Coutinho (1967) faz referência direta às formas compostas, classificando-as como advérbios temporais e mostrando a seguinte decomposição das mesmas: *de* + *post* e *de* + *ex* + *post.*

Por outro lado, as gramáticas tradicionais da língua portuguesa classificam o item *pois* dentro da categoria **conjunção,** da qual fazem parte os elementos cuja função é relacionar orações em um mesmo enunciado. Levando em conta o estatuto sintático dos segmentos entre os quais ocorrem, as conjunções são classificadas em **coordenativas** e **subordinativas.** As coordenativas são aquelas que relacionam orações que pertencem a um mesmo estatuto sintático, implicando em independência e autonomia sintática, já que uma oração não desempenha nenhuma função sintática na oração com a qual se conecta. Em contrapartida, as subordinativas são aquelas nas quais uma oração (subordinada) se insere em uma outra (subordinante), havendo uma perda de autonomia e uma dependência entre as orações pelo fato de uma desempenhar uma função sintática dentro da outra.

A respeito da atuação do *pois* dentro dessa classificação*,* a visão tradicional propõe que esse item atue nos domínios da coordenação e da subordinação, estabelecendo diferentes relações semânticas. No campo da **subordinação**, a oração iniciada pelo item *pois* exprime a causa, o motivo ou razão da oração com a qual se conecta (CEGALLA, 1985). Apesar de as intituladas gramáticas da língua portuguesa apresentarem o valor de causa associado ao *pois,* observa-se que, na maioria delas, raros são os exemplos causais com esse item*;* elas se limitam a incluí-lo dentro da lista de conectivos causais e utilizam exemplos somente com a forma perifrástica *pois que*, que também estabelece relação semântica de causa, conforme os exemplos abaixo:

(1) a. "**Pois que** os homens são os peyores tentadores que o demônio, guardemo-nos dos homens". (DIAS, 1918, p. 278)

b. "O tambor soa **pois que** é oco". (CEGALLA, 1985, p.340)

No campo da **coordenação**, o item *pois* estabelece relações semânticas de explicação e conclusão que se diferenciam por motivos de restrições sintáticas. A posição que esse item ocupa dentro da sentença determina seu caráter conclusivo ou explicativo. Assim, se o *pois* está anteposto ao verbo da segunda oração, conforme em (2), é classificado como **explicativo**, já que a oração iniciada por esse elemento exprime a explicação, o motivo e/ou a razão daquilo que foi expresso na oração anterior; se, por outro lado, o *pois* está posposto ao verbo, como em (3), é **conclusivo**, indicando a conclusão, dedução ou conseqüência do que foi expresso anteriormente.

(2) Um pouquinho só lhe bastava no momento, **pois** estava com fome (CUNHA, 1972, p. 535).

(3) O mal é irremediável; deves, **pois**, conformar-te. (CEGALLA, 1985, p. 245)

Nas discussões subseqüentes, serão apresentados estudos lingüísticos descritivos que se dedicaram a uma descrição mais detalhada do processo de combinação de orações e do comportamento desses elementos juntores, em especial do *pois*, uma vez que o tratamento dado a esse item pelas gramáticas tradicionais nos parece muito superficial e simplificado. Em Barreto (1999), Vogt (1978) e Guimarães (2007), encontramos importantes discussões sobre o comportamento desse item, privilegiando aspectos que as gramáticas normativas ignoram.

Além disso, é evidente que a visão tradicional não dá conta de explicar dados reais da língua, dada a multifuncionalidade e a flutuação semântica de alguns elementos, entre eles o *pois.* No dicionário Houaiss (2001), por exemplo, encontramos indicações de usos adversativos – cujo significado se assemelha a *no entanto, porém* - e usos discursivos com as formas perifrásticas *pois sim, pois não, pois é.*

Em Barreto (1999), encontramos um estudo histórico sobre várias conjunções do português inclusive o item *pois.* A autora mostra a trajetória histórica desse item, partindo da origem latina até os usos nos dias atuais. A forma etimológica do *pois,* afirma Barreto, é discutida por vários autores, despertando diferentes opiniões. Segundo Nascentes (1955, *apud* BARRETO, 1999), esse item provém da forma latina *postea* que mais tarde foi confundida com *post* cujo significado era *depois.* Outros autores afirmam que o *pois* deriva diretamente de *post,* seguindo a direção *post* > *pos* > *pous, pois,* ou ainda que o étimo seria *poste*, no latim falado *posti* em vez de *postea*, tendo assim a trajetória *poisti* ou *poist* > *pois.*

De acordo com Barreto, *post* passou para o português sob a forma *pois,* como conjunção e advérbio, conservando, inicialmente, os valores semânticos de *mais tarde* e *depois que* que já possuía no latim. A autora afirma que, já no século XII, esse item podia ser interpretado como conjunção conclusiva, como marcador discursivo, além do valor adverbial, conforme o exemplo abaixo:

(4) Desi começou-se a barca de ir pólo mar com el e com as donas em tal ora que nom ouve i, ***pois*** (conclusiva), cavaleiro nem outrem no reino de Logres que dissesse ***pois*** (discursivo) certamente que o ***pois*** (advérbio) vissem. (*Demanda do Santo Graal, século XII*)

Entre os séculos XIV e XV, afirma Olinda (1991, *apud* BARRETO, 1999), o *pois* temporal vai perdendo espaço para o uso conjuncional explicativo, que co-ocorre com a partícula *ca,* também de valor explicativo. A mudança se conclui, no século XVI, quando o *pois* com valor explicativo predomina, já que o *ca* desaparece. Já o valor temporal passa a ser expresso pela forma conjuncional *depois que.*

Barreto (1999) afirma ainda que, nos casos em que o *pois* ocorria com valor temporal, os verbos empregados nas sentenças estavam no modo subjuntivo, enquanto, nos valores explicativos, os verbos estavam no indicativo. No entanto, havia casos nos quais eram possíveis interpretações explicativas e temporais e o verbo empregado estava no modo indicativo. Segundo a autora, esse fato pode ter favorecido a mudança semântica de tempo para explicação, por meio de um processo metonímico.

No português contemporâneo, completa a autora, o uso discursivo, já encontrado no século XII, é bastante freqüente no português falado de Portugal, com valor semântico de advérbio de afirmação ou como reforço da afirmação; outras vezes, porém, é desprovido de qualquer conteúdo semântico. Na variedade brasileira, há exemplos desse uso discursivo sob as formas *pois é, pois não,* apresentados na seção de análise dos dados, indicando um valor afirmativo ou indicando a disponibilidade para aquilo que foi perguntado.

A respeito da gramaticalização, Barreto afirma que a recategorização do item *pois* pode ser expressa por: **advérbio > preposição > conjunção**, de acordo com a escala proposta por Heine *et al.* (1991); e seguindo a trajetória **espaço > tempo > texto**.

A partir disso, a autora elabora um quadro, apresentando o período correspondente a cada emprego do item *pois* nas diversas acepções que apresenta na língua portuguesa.

	Século XIII	**Século XIV**	**Século XV**	**Século XVII**	**Século XX**
Pois Temporal					
Pois Explicativo					
Pois Conclusivo					

Quadro 1: Período correspondente ao emprego do *pois*.

No trabalho de Vogt (1978), encontramos uma proposta de análise das conjunções *pois, porque e já que,* na qual fica evidente que a distinção feita pela visão tradicional entre a conjunção coordenativa explicativa com *pois* e as conjunções subordinativas causais *já que* e *porque* parece ser superficial e inadequada. Utilizando critérios sintáticos e semânticos, o autor aponta fatos que, simultaneamente, corroboram e questionam essa distinção.

Do ponto de vista sintático, alguns critérios utilizados pelo autor corroboram a distinção entre o *pois* e *já que/porque*, respectivamente representantes da coordenação e da subordinação, segundo as gramáticas tradicionais. O primeiro critério diz respeito à posição que essas conjunções ocupam dentro da sentença em relação à ordem canônica: enquanto as conjunções *porque* e *já que* podem ocorrer no início de enunciados como em *Porque sabe lógica, ele acredita ser um gênio* ou *Já que você insiste, eu venho*; o *pois* não ocorre nessa posição, exigindo sempre um enunciado anterior àquele introduzido por esse item.

O outro critério que se aplica às conjunções *porque* e *já que*, mas não ao *pois,* é a possibilidade de combinação com a conjunção *e*. São perfeitamente possíveis enunciados do tipo *Pedro voltou porque está cansado* ***e*** *porque estava doente* e *Eu virei, já que você insiste* ***e*** *já que João partirá;* entretanto, causa estranheza *Pedro voltou, pois está cansado* ***e*** *pois*

estava doente. Por fim, retomando Ali (1964), Vogt afirma que a noção de causa pode ser expressa por gerúndio, como em *Sendo já tarde, trataram de se recolher aos seus aposentos,* e que, necessariamente deve estar no início do enunciado, já que, se estiver depois da proposição inicial, seu sentido é mais concessivo. Por essa restrição sintática, a forma de gerúndio parece ser mais equivalente a *porque* e *já que* pelo fato de ser incomum a ocorrência do *pois* em posição inicial.

Se os fatos já mencionados justificam a classificação feita pelas gramáticas tradicionais, outros critérios, também de ordem sintática, apontados pelo autor, mostram semelhanças no comportamento de *pois* e *já que* em oposição ao *porque.* Essas semelhanças, afirma Vogt, permitem questionar a oposição entre coordenativa explicativa e subordinativa causal.

No primeiro critério apontado pelo autor, as proposições iniciadas por *pois* e *já que* não respondem a perguntas com *porque.* Ou seja, para um enunciado do tipo *Por que Pedro foi embora cedo?,* uma resposta com *pois* ou *já que* causaria estranheza; já com *porque* é perfeitamente normal. Trata-se, nesse caso, de uma interrogação específica marcada com *por que* que visa a razão, a causa de um acontecimento expresso no enunciado anterior e requer uma resposta necessariamente com *porque*, afirma o autor.

Outro procedimento utilizado é a focalização informacional por meio de construções do tipo *é...que, foi...que*. Enquanto não é possível utilizar essas estruturas com *pois* e *já que*, essas construções são admissíveis com *porque: É porque ele comeu pouco que está doente.* Além desse critério, Vogt aponta para o fato de que as construções com *porque* podem ser modificadas por advérbios como em *Ele comeu pouco simplesmente porque não tinha fome;* já *pois* e *já que* também excluem essa possibilidade.

Critérios de ordem semântica também evidenciam a semelhança entre *pois* e *já que* em oposição a *porque*. Nesse caso, o autor analisa de que modo esses critérios atuam nos blocos

p pois q, p já que q e *p porque q*, em que *p* e *q* são proposições. Os critérios (i) submissão à negação; (ii) submissão à interrogação; (iii) submissão ao encadeamento a uma oração subordinada e (iv) constituir-se no escopo de um quantificador não atingem totalmente os blocos formados por *pois* e *já que.* Nos enunciados (a) *Pedro não parou de trabalhar, pois são 5 horas/ Pedro não irá a sua casa, já que prometeu;* (b) *Pedro parou de trabalhar?, pois são 5 horas/ Pedro irá a sua casa?, já que prometeu*, tanto a negação quanto a interrogação atingem somente a primeira proposição (*p).* Do mesmo modo, a possibilidade de encadeamento a uma oração subordinada e a presença de um quantificador também não atingem o bloco como um todo; em: *Creio que ele está em casa, pois seu carro está na garagem/ Creio que Pedro viajou, já que seu carro não está na garagem* somente a primeira proposição se encadeia com a oração subordinada. Em *Poucos turistas virão, pois está calor/ Muitos turistas virão, já que está calor,* novamente, o quantificador atinge somente um dos enunciados do bloco.

No caso do bloco formado pelo *porque*, a aplicação dos critérios acima apresenta como resultado uma frase ambígua: ora com uma interpretação mostrando a integridade do bloco, ora com uma interpretação mostrando a ruptura do bloco, do ponto de vista semântico. Em *Pedro não parou de trabalhar porque são 5 horas,* a primeira interpretação é a de que "Pedro não parou de trabalhar, e isso porque são 5 horas", havendo a ruptura do bloco; na segunda interpretação, há uma conservação do bloco, visto que "Pedro não parou de trabalhar porque são 5 horas, mas parou por outro motivo". O mesmo se constata quando o bloco com *porque* é submetido à interrogação, ao encadeamento e à quantificação.

O que se pode perceber nas indicações de Vogt é que há mais pontos em comum no comportamento de *pois* e *já que*, quanto à classificação feita pelas gramáticas tradicionais, pautada em estudos que não levam em conta, concomitantemente, aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da língua. O autor afirma que *pois, já que* e *porque* não atuam no

nível do conteúdo, mas no nível dos atos de fala que estabelecem esses conteúdos, realizando uma operação argumentativa.

Guimarães (2007), à maneira de Vogt (1978), também propõe um trabalho para melhor caracterizar as conjunções do português por meio de uma abordagem enunciativa, revelando o funcionamento desses itens conjuntivos e fornecendo elementos para uma melhor compreensão de sua organização. Em Guimarães, encontramos também reflexões sobre a proposta de Bally (1965)[1], segundo a qual os enunciados se combinam de três maneiras diferentes: Coordenação, Segmentação e Subordinação.

Na coordenação, afirma Bally (1965, *apud* GUIMARÃES, 2007), a segunda oração retoma a primeira como subentendida, ou seja, a primeira é tema e a segunda, comentário. Acrescente-se a isso a característica de que as orações são independentes do ponto de vista sintático. A segmentação se diferencia da coordenação somente pelo fato de as orações terem um grau de interdependência maior, constituindo juntas uma oração. Por fim, na subordinação, há uma dependência total entre as orações e a distinção entre tema e comentário, distinguível, claramente, na coordenação e na segmentação, passa a ser feita por meio do contexto pragmático.

A respeito do item *pois*, Guimarães toma como ponto de partida o trabalho de Vogt, mencionado acima, acrescentando mais alguns critérios para identificar o comportamento desse item, a saber: possibilidade de inversão das orações, divisão das orações entre dois interlocutores, divisão entoacional no interior da frase e correlação dos modos verbais das orações.

A explicação para os três primeiros critérios, afirma o autor, está no fato de o *pois* fazer parte de um conjunto de conjunções que marcam a oração que introduzem como comentário. Retomando a definição de Orlandi (1983), o autor entende o tema como o

[1] Os principais pontos do trabalho de Charles Bally serão apresentados em **Coordenação *versus* Subordinação**, parte subseqüente dessa seção.

estabelecimento de um começo na incompletude do discurso; o comentário seria o que se diz a partir do tema. A marca de comentário, portanto, tem uma força anafórica de remeter a seu tema, indicando a possibilidade de retomar algo que foi dito anteriormente (GUIMARÃES, 2007, p.83).

É, pois, por carregar essa marca tema/comentário, que se inviabiliza a inversão e a divisão das orações em dois interlocutores. Dessa forma, dada a oração *Seu fracasso é relativo, pois se expressa pela vontade de viver,* é impossível a inversão – *Pois se expressa pela vontade de viver, seu fracasso é relativo* -, bem como causa estranheza a divisão entre dois interlocutores: L1: - *Seu fracasso é relativo.* / L2: - *Pois se expressa pela vontade de viver.* Essa mesma marca tema/comentário, todavia, viabiliza a divisão entoacional no interior da frase, em que cada uma das orações corresponde a um grupo prosódico, impedindo, por outro lado, a formação de um único grupo entoacional.

De acordo com Guimarães, entre as orações conectadas com *pois,* embora haja uma forte marcação de indicativo, não é obrigatória a correlação dos modos verbais. É possível, portanto, que a primeira oração venha no subjuntivo e a segunda no indicativo como em *Que seu fracasso seja relativo, pois se expressa pela vontade de viver;* ou imperativo na primeira e indicativo na segunda: *Estude, pois isto lhe será útil.*

Após fazer uma descrição detalhada não só do *pois,* mas também de várias outras conjunções, o autor classifica-o dentre os elementos coordenativos, por não apresentar dependência sintática entre as orações e por ter a indicação tema/comentário. A não dependência entre as orações é explicada pelo fato da não aplicação dos critérios de (i) alcance da negação; (ii) alcance da pergunta e (iii) encadeamento a uma oração subordinada, todos retomados do trabalho de Vogt (1978). A respeito da indicação tema/comentário, o fato de uma oração retomar anaforicamente a outra - comentário é aquilo que se diz sobre o tema – torna impossível a inversão das orações. Além disso, tema/comentário impede a formação de

um único grupo entoacional; nesse caso, cada uma das orações se apresenta como uma unidade em si na relação com a outra. Resumindo a descrição do comportamento de *pois,* o autor elabora um quadro no qual conjuga os seus critérios com os de Vogt (1978).

	Inversão das orações	**Alcance da negação: toda oração**	**Alcance da pergunta: toda oração**	**Encadeamento no texto: toda oração**	**Divisão para dois locutores**	**Divisão entoacional coincide com a as orações**	**Correlação de modos verbos**
Pois	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não

Quadro 2: Aplicação dos critérios de Vogt (1978) e Guimarães (2007)

A partir das discussões apresentadas nesta seção, observamos que a adoção de critérios sintáticos e semânticos constitui uma ferramenta imprescindível de descrição lingüística. Selecionamos, portanto, alguns dos critérios que, juntamente com os pressupostos da gramaticalização, permearão a análise dos dados, a saber: inversão de orações (Guimarães, 2007) e posição dentro da sentença (Vogt, 1978). Este nos permite organizar as construções com *pois* em dois grupos: conjuncionais e não conjuncionais. Aquele nos permite constatar se um determinado padrão com *pois* faz parte do conjunto das orações adverbiais causais, já que exclui a possibilidade de classificação dentro das chamadas orações coordenadas explicativas.

2.2 Combinação de orações: coordenação versus subordinação

A respeito da combinação de orações, as discussões apresentadas pelas gramáticas tradicionais nos parecem muito simplificadas, considerando ora os aspectos sintáticos, ora os aspectos semânticos. Além disso, não há um consenso entre as abordagens tradicionais e os estudos lingüísticos descritivos. É, pois, por esse motivo que apresentamos uma discussão dessas duas abordagens, a fim de esclarecer alguns pontos obscuros, deixados pelas gramáticas tradicionais, e de melhor caracterizar as relações semânticas estabelecidas pelo *pois.*

Como já explicitado acima, a visão tradicional reúne sob o rótulo de **orações coordenadas** aquelas nas quais há uma relação de independência sintática, envolvendo constituintes de mesmo estatuto, portanto, orações autônomas. As orações coordenadas, quando não apresentam conectivos que as unam, são chamadas de **assindéticas** como em *Será uma vida nova, começará hoje, não haverá nada para trás*, exemplo retirado de Cunha e Cintra (1985). Já as que apresentam uma conjunção que marca a ligação entre as duas orações são chamadas de **sindéticas**, conforme o exemplo dos mesmos autores: *Estava frio, **mas** ela não o sentia.*

No conjunto das orações coordenadas que apresentam conjunção, a visão tradicional propõe cinco tipos: **aditiva, alternativa, adversativa, explicativa** e **conclusiva,** iniciadas, prototipicamente, pelas conjunções *e, ou...ou, mas, pois* e *logo*, respectivamente. Essa classificação leva em conta a relação semântica que se estabelece entre as orações. No entanto, se tomarmos por base o critério de autonomia, observa-se que essas orações não apresentam comportamentos idênticos. Ao compararmos *José trabalha e Maria estuda* e *Maria comprou um carro, logo vendeu a casa,* é fácil perceber que as orações do segundo exemplo são menos independentes do que as do primeiro, pelo fato de que a conclusão é uma noção que sobrevém a *posteriori* do que foi expresso na oração anterior. Desse modo, ao

classificar as orações coordenadas como sendo autônomas, leva-se em consideração apenas a relação sintática entre as orações, deixando de lado a dependência semântica que as orações com *mas, pois, logo* e *e* estabelecem com suas antecedentes. Verifica-se, a partir disso, que, sob o mesmo estatuto, a visão tradicional agrupa orações parcialmente distintas.

As **orações subordinadas** são aquelas em que há uma relação de dependência entre as orações, visto que uma se insere na outra, funcionando como termos essenciais, integrantes ou acessórios da oração com a qual se conecta. Essas orações são classificadas como substantivas, adjetivas e adverbiais, já que as funções que desempenham são comparáveis às exercidas por substantivos (sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, predicativo e aposto), adjetivos (adjunto adnominal) e advérbios (adjunto adverbial).

De acordo com Cunha e Cintra (1985), as subordinadas substantivas são introduzidas pela conjunção integrante *que* e, às vezes, pela conjunção *se*. Essas orações são essenciais à estrutura da oração principal, pois funcionam como argumentos do verbo, do adjetivo ou do nome, como é o caso da substantiva objetiva direta e/ou indireta ou da subjetiva. Vale ressaltar que, assim como mencionado nas orações coordenadas, essa característica não se aplica a todas as substantivas. No caso das substantivas apositivas, há uma independência semântica e sintática entre a oração principal e sua subordinada, já que, como todo aposto, elas são termos acessórios da oração principal. Fica evidente que a gramática tradicional agrupa, sob o mesmo rótulo, orações com comportamentos diferentes e que deveriam ser descritas de modo distinto.

As orações adjetivas, introduzidas por um pronome relativo, desempenham a função de um adjunto adnominal de um substantivo ou pronome antecedente. Tradicionalmente, são classificadas em restritivas e explicativas. De acordo com Cunha e Cintra (1985), as primeiras restringem o significado do substantivo ou pronome antecedente; além disso, são indispensáveis ao sentido da frase e se ligam ao seu termo antecedente sem pausa. É dos

autores o exemplo: *Certamente não perdoa o abandono que lhe votei.* As orações explicativas acrescentam uma qualidade ou explicam o termo antecedente, funcionando como um aposto. Por esse motivo, muitas gramáticas afirmam que as orações adjetivas explicativas não são indispensáveis. Além disso, na fala, separa-se a oração explicativa de seu antecedente por meio de uma pausa, indicada na escrita por vírgula, conforme o exemplo: *Tio Cosme, que era advogado, confiava-lhe a cópia de papéis de autos.*

As orações subordinadas adverbiais funcionam como adjunto adverbial da oração principal e são classificadas de acordo com a conjunção ou locução conjuntiva que as encabeça. Se a conjunção estabelece uma relação de causa, a oração é classificada como **causal**; se a conjunção estabelece uma relação de concessão, é **concessiva;** o mesmo ocorre para as: **condicionais, finais, temporais, consecutivas, comparativas, conformativas** e **proporcionais**.

Conforme aponta Neves (2006), enquanto a visão tradicional limita-se em analisar as orações coordenadas e subordinadas a partir de uma sintaxe de superfície, muitos pesquisadores de orientação funcionalista desenvolvem estudos sobre o processo de combinação de orações que permitem questionar essa dicotomia coordenação *versus* subordinação. Como já explicitado acima, sob o rótulo de orações coordenadas e orações subordinadas estão agrupados enunciados que se comportam de maneira distinta e que mereceriam uma descrição lingüística diferente.

As gramáticas normativas ignoram a dependência semântica das orações iniciadas com *mas, pois, logo* e *e*, no domínio da coordenação, e o mesmo ocorre no domínio da subordinação. Nesse caso, as orações subordinadas substantivas, que funcionam como termos essenciais das orações com as quais se conectam, estão no mesmo nível de articulação das orações adverbiais que funcionam como termos acessórios. Se a própria gramática afirma que elas ocupam papéis sintáticos diferentes, substantivas exercem papel de substantivo, adjetivas

de adjunto adnominal e as adverbiais papel de advérbio, fica claro que elas têm características diferentes e, por esse motivo, deveriam ser tratadas de maneira distinta, e não sob o mesmo nível de articulação.

A fim de esclarecer esses pontos divergentes deixados pelas gramáticas normativas e apresentar novas perspectivas a respeito do processo de combinação orações, na seqüência, são apresentados os trabalhos de Neves (2006), Carone (1991) e Longhin-Thomazi (2004). Esses trabalhos mostram que os rótulos "**coordenação"** e "**subordinação"** não descrevem, adequadamente, o que ocorre no período composto.

Retomando a proposta de gramática funcional de Halliday (1985), que põe à prova a dicotomia coordenação/subordinação, Neves (2006), elabora uma discussão de base funcionalista a respeito da combinação de orações.

De acordo com Halliday (1985, *apud* NEVES, 2006), os enunciados complexos estão organizados em dois eixos: o tático ou eixo da interdependência e o lógico-semântico. O eixo tático engloba a parataxe e a hipotaxe, que se distinguem pelo grau de dependência entre os enunciados: na **parataxe**, as orações são elementos livres, em que cada uma funciona como um todo funcional por se tratar de um sistema que sustenta uma relação de continuação entre os elementos que vêm um em seguida do outro; na **hipotaxe**, por outro lado, há dependência entre as orações, na medida em que uma domina/modifica a outra, estabelecendo uma relação na qual uma oração torna-se dependente da outra (Neves, 2006, p.232). Vale ressaltar que, nesse caso, trata-se de uma dependência semântica e não sintática. No eixo lógico-semântico, a relação entre as orações é de **encaixamento**, uma funciona como constituinte da outra; em outras palavras, as orações estão estruturalmente integradas. Não é, pois, um mecanismo de 'relação' entre as orações, mas de 'constituência' (p.228), no qual a dependência se dá sintática e semanticamente. Desse modo, a orações dentro desse eixo possuem um grau de integração sintática e semântica maior do que as que estão no eixo tático.

De acordo com Neves (2006), o sistema lógico-semântico se define por uma expansão que é uma relação que cumpre papel semântico-funcional. A expansão se dá por meio de: (i) elaboração: em que uma oração especifica o significado da outra; (ii) extensão: uma oração amplia o significado da outra, acrescentando algo novo; (iii) realce: uma oração qualifica o significado da outra quanto a tempo, modo, causa ou condição.

Do ponto de vista semântico, ao que nos parece, as orações coordenadas explicativas com *pois* ampliam o significado da oração anterior, uma vez que introduzem uma explicação, um motivo – uma informação nova – referente ao que foi dito anteriormente. Por outro lado, elas se comportam como orações independentes, cada qual constituindo um todo funcional. As conclusivas, por sua vez, embora apresentem uma conclusão a partir do que foi expresso anteriormente, não se comportam de maneira semelhante, uma vez que configuram uma conclusão discursivo-argumentativa. Já os casos de *pois* causal se enquadrariam na expansão por realce, em que a oração iniciada por esse item qualificaria o significado da outra quanto a causa. O quadro abaixo resume as principais características desse modelo de combinação de orações, e que, de acordo com Hopper e Traugott (1993), pode ser entendida como um *continuum* de gramaticalização – parataxe > hipotaxe > encaixamento – que segue um caminho do menos para o mais gramatical:

Parataxe	**Hipotaxe**	**Encaixamento**
- encaixada	- encaixada	+ encaixada
- dependência	+ dependência	+ dependência
Coordenadas Justapostas Adjetivas explicativas	Adverbiais	Substantivas Adjetivas restritivas

Quadro 3: Características das Parataxe, Hipotaxe e Encaixamento

No trabalho de Carone (1991), encontramos uma reflexão sobre a estruturação sintática dos enunciados, ou seja, sobre a subordinação e a coordenação. A autora procura apontar de que modo se dá a coordenação e a subordinação, refletindo sobre as diferenças e as possíveis semelhanças entre esses dois domínios. Além disso, discute alguns pontos obscuros que existem na coordenação e que não são mencionados pelas gramáticas normativas.

A respeito das orações coordenadas, a autora apresenta as seguintes características:

I. **Os elementos têm a mesma função sintática:** a autora afirma que não há discordâncias a respeito da identidade funcional dos elementos coordenados. Entretanto, esse critério deve ser levado em conta quando se observa a subordinação, em que fica claro que as orações subordinadas desempenham diferentes funções sintáticas: de sujeito, objetos direto e indireto, complemento nominal entre outras.

II. **Os elementos coordenados pertencem ao mesmo paradigma:** se pertencem ao mesmo paradigma, os elementos podem ser trocados (comutados) por outros do mesmo paradigma. Entretanto, comutação e coordenação não se pressupõem mutuamente. É possível elementos pertencentes a um mesmo paradigma se comutarem, mas não se coordenarem. Nos exemplos, *o homem saiu/ aquele homem saiu,* a autora explica que *o* e *aquele* se comutam; mas em **o aquele homem saiu*, não é possível haver coordenação.

III. **A coordenação forma seqüências abertas, não sintagmas:** de acordo com Carone, esse é o traço definidor da coordenação. No entanto, essa característica aplica-se às coordenadas aditivas e alternativas, estando fora as adversativas, conclusivas e explicativas, por formarem pares coordenados de estruturação binária. Nessas orações,

quando se acrescenta uma expansão a um termo preexistente, cria-se um novo par, que se fecha, como no exemplo *Deus é bom, mas justo.* Isso faz com que esses enunciados tenham comportamentos diferentes, constituindo uma subcategoria.

IV. **Coordenam-se tanto orações como termos de uma oração:** para a autora, na verdade, existe apenas a coordenação de orações. O exemplo *Comprei laranjas e abacates* é a fusão de duas orações *comprei laranjas* + *comprei abacates* em que o elemento repetido *comprei* foi suprimido.

A autora, dentro da discussão das orações coordenadas, apresenta também algumas características das conjunções coordenativas. De acordo com ela, a **pausa**, que é um morfema supra-segmental, é mais marcante nas orações com *mas, pois* e *logo*, separando o segundo bloco do primeiro. A respeito da **mobilidade**, a maior parte das conjunções coordenativas é dotada de certa mobilidade, salvo as orações com *mas* e *pois.* Nos exemplos abaixo, *portanto* pode localizar-se no início, no meio ou no final da segunda oração:

Duvido de você; ***portanto****, não insista em convencer-me.*
Duvido de você; não insista, ***portanto****, em convencer-me.*
Duvido de você; não insista em convencer-me, ***portanto****.*

Outras conjunções, aponta Carone, como *no entanto, contudo, todavia,* que deslizaram do estatuto de advérbio a conjunção coordenativa, guardam traços de sua natureza adverbial como a possibilidade de ocupar diferentes posições dentro da oração. Neves (2006) afirma que esses elementos estão em fase de transição, uns mais próximos outros mais distantes da plena gramaticalização (p.263).

Outra característica apontada por Carone é a relação semântica entre os enunciados, em que a conjunção pertence ao segundo elemento do enunciado, conferindo-lhe um valor adversativo, aditivo, explicativo, conclusivo. Por fim, retomando Bally (1965), a autora refere-se ao caráter anafórico das conjunções coordenativas, explicando que duas orações se coordenam quando a segunda retoma a primeira, incorporando-a a sua própria estrutura sob a forma de uma oração explícita ou sob a forma de um anafórico.

A partir da discussão sobre a foricidade das conjunções, Carone discute a questão da independência e autonomia das orações coordenadas. Dada essa característica de retomar o que foi dito anteriormente, a seqüência das orações têm de ser rígida, ou seja, fica impossível a inversão na ordem das orações. Como antepor, por exemplo, as orações explicativas com *pois*, uma vez que é preciso olhar retrospectivamente para o primeiro elemento. Não poderia ser de outra maneira, já que a explicação é sempre algo que sobrevém a *posteriori* (p.30). A autora conclui que uma oração coordenada é independente, levando em consideração que ela não é capaz de operar o fenômeno da translação.

No que diz respeito à subordinação, a autora também apresenta as principais características desse domínio, apontando algumas incoerências na classificação das orações subordinadas. Carone explica que a subordinação se dá por meio do fenômeno de inserção, que é um procedimento que permite que uma oração se insira em um determinado ponto da outra. Para que isso ocorra, é necessário que a oração subordinada adquira o estatuto de termo e é por meio da translação que isso ocorre. Esse fenômeno, explica a autora, reduz uma oração a um valor substantivo, adjetivo, adverbial. A autora acrescenta, ainda, que é somente na subordinação que ocorre a formação de uma construção binária que se fecha sobre si mesma, constituindo-se em uma nova unidade mais complexa, pronta para se articular com outra. Entretanto, como dito anteriormente, ela ressalta que, nos casos de coordenação com *mas, pois* e *logo,* também se formam construções binárias, o que revela um comportamento não

idêntico entre as orações coordenadas. É claro que, na coordenação, essa construção binária não se constrói de maneira tão estreita quanto na subordinação ao passo de formar uma única unidade fechada em si mesma.

De acordo com a autora, é por meio dos pronomes relativos, das conjunções subordinativas e da conjunção integrante que uma oração se insere na outra. No caso do pronome relativo, ele insere uma oração que se comporta como um substantivo ou adjetivo, recuperando anaforicamente o antecedente. Já as conjunções subordinativas, que impõem à oração a função de advérbio, relacionam orações que estabelecem valores de causa, tempo, condição entre outros.

As conjunções integrantes se comportam de maneira distinta do pronome relativo e das conjunções subordinativas, uma vez que estabelecem uma relação na qual a oração subordinada atua como parte necessária da oração com a qual se conecta. Em outras palavras, elas vão preencher o lugar de termos essenciais e integrantes dessa oração; o ponto de inserção, nesse caso, será um verbo (objetivas diretas e indiretas) ou um nome (subjetiva completiva nominal, predicativa).

Finalmente, Longhin-Thomazi, em estudo de 2004, extrai os principais pontos do trabalho de Bally (1965) com o objetivo de explicar a combinação de orações. De acordo com a autora, a proposta de Charles Bally difere da classificação feita pelas gramáticas normativas, já que propõe três tipos de entrelaçamento entre as orações: Coordenação, Segmentação e Soldadura (Subordinação). Os parâmetros apontados pela autora permitem explicar cada um desses três domínios de conexão de orações; são eles:

a. **Dependência semântica:** é menor na coordenação, já que se trata de orações independentes que têm sentido por si só; é relativa na segmentação e maior na subordinação;

b. **Distinção tema/propósito[2]:** na coordenação e na segmentação, a primeira oração constitui-se como tema e a segunda como propósito; já na subordinação, não há uma distinção clara entre tema e propósito, que podem ser deduzidos por meio do contexto pragmático;

c. **Divisão em segmentos entoacionais:** na coordenação e na segmentação, existem pelo menos dois segmentos entoacionais, ao passo que na subordinação, há apenas um;

d. **Pausa:** a presença de pausa considerável, representada por vírgula, ponto e vírgula, dois pontos ou ponto final, sinaliza que se trata da coordenação; no entanto, se for breve, trata-se de segmentação; já, na subordinação, nunca haverá pausa.

e. **Referenciação anafórica:** é o parâmetro que se aplica somente à coordenação, uma vez que está relacionada ao tema/propósito. Na coordenação, a segunda oração, que é o propósito, retoma a primeira como tema ou apenas parte dela;

f. **Uma oração como termo da outra:** é uma particularidade somente da subordinação. Nesse caso, uma oração se insere na outra, funcionado como um termo que pode ser sujeito, complemento do verbo ou do substantivo.

[2] A idéia de propósito é a mesma de comentário, utilizada por Guimarães (2007).

Segundo Longhin-Thomazi, a proposta de Bally revela-se mais interessante, uma vez que foge das representações apontadas pelas gramáticas tradicionais, abordando, conjuntamente, aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, quando se trata do processo de combinação de orações.

Ao que nos parece, a proposta de Halliday (1985), apresentada anteriormente, a respeito dos três tipos de combinação de oração – parataxe, hipotaxe e encaixamento, mantém um ponto de contato muito próximo com a distinção tripartida proposta por Bally (1965): coordenação, segmentação e subordinação. A correlação entre essas duas propostas poderia ser: **parataxe/coordenação – hipotaxe/segmentação – encaixamento/subordinação.**

Nesta seção, procuramos apresentar e discutir aspectos do funcionamento do *pois*, já que, dada a sua multifuncionalidade e flutuação semântica, a visão tradicional não dá conta de explicar todos os usos desse elemento, deixando, muitas vezes, lacunas na sua descrição. Com base nos parâmetros apresentados nos estudos lingüísticos descritivos e nas propostas de combinação de orações, procuramos ampliar a explicação a respeito do item *pois,* a fim de melhor caracterizar as relações expressas por esse elemento. Juntamente com esses parâmetros, a proposta da gramaticalização, discutida na seção subseqüente, será uma importante ferramenta de descrição dos diferentes padrões das construções com *pois.*

3 Fundamentação Teórica

De modo geral, a gramaticalização pode ser entendida como um processo de mudança lingüística que promove alterações sintáticas, semânticas e pragmáticas nas formas lingüísticas, na medida em que essa forma se desloca de um estatuto lexical ou menos gramatical em direção a um estatuto gramatical ou mais gramatical ainda. Por meio desse processo, observa-se o surgimento de itens ou expressões que desempenham funções gramaticais.

Nesta seção serão apresentados os princípios e pressupostos básicos da Gramaticalização, definindo um quadro teórico que norteia a análise do fenômeno lingüístico em questão: o item *pois.* Para tanto, apresentaremos as principais pesquisas sobre esse tipo de mudança lingüística, mostrando desde os primeiros enfoques a respeito desse fenômeno até as abordagens mais atuais. Em seguida, discutiremos os principais mecanismos envolvidos na gramaticalização.

3.1 Os primeiros trabalhos sobre gramaticalização

De acordo com Heine *et al.* (1991), as primeiras noções de gramaticalização foram reconhecidas fora dos estudos ocidentais, no século X. Escritores chineses, dessa época, já faziam a distinção entre símbolos lingüísticos plenos e símbolos lingüísticos vazios, sendo que estes eram formados a partir dos primeiros. No século XVIII, filósofos franceses também

apontavam que a complexidade gramatical e o vocabulário abstrato são, historicamente, derivados de palavras concretas.

Hopper e Traugott (1993) afirmam que a mais sofisticada investigação sobre a origem das formas gramaticais foi proposta por Wilhelm von Humboldt em 1892. Na palestra intitulada *"On the genesis of grammatical forms and their influence on the evolution of ideas",* Humboldt sugere que as estruturas gramaticais da linguagem são precedidas por um estágio da língua no qual somente idéias concretas poderiam ser expressas. Para o autor, portanto, a gramática evolui por meio de distintos estágios de colocação das idéias, apresentados no quadro abaixo:

Estágio I (Pragmático)	Expressões, sentenças e cláusulas.	Apenas as coisas eram denotadas/simbolizadas, objetos concretos, cuja relação não era explícita na expressão, mas poderia ser inferida pelo interlocutor.
Estágio II (Sintático)	Fixação da ordem das palavras.	Os objetos apresentados tornavam-se habituais e fixos; algumas palavras oscilavam entre significados concretos e formais (isto é, estrutural e gramatical) e começaram a se especializar para funcionar de modo mais relacional na expressão.
Estágio III (Cliticização)	Formas análogas que são, puramente, expressões de relações.	As palavras funcionais tornam-se, de modo frouxo, fixas às palavras materiais.
Estágio IV (Morfológico)	Formas verdadeiras, flexões e palavras, puramente, gramaticais.	Fusão dos pares aglutinados em palavras complexas às quais estão incorporados significados materiais e gramaticais. Algumas funções das palavras, entretanto, poderiam continuar como indicadores formais de relações gramaticais.

Quadro 4: Estágios da origem das formas gramaticais

Na discussão de Georg von der Gabelentez sobre o desenvolvimento das formas gramaticais, encontram-se as origens dos trabalhos posteriores sobre gramaticalização. Gabelentz (1891, *apud* HOPPER E TRAUGOTT, 1993, p.20) sugere que a gramaticalização é o resultado de duas tendências: uma em direção à fácil articulação e outra em direção à distintividade. Para o autor, a falta de cuidado na pronúncia das palavras causa mudanças no som, desgastando-as e, conseqüentemente, tornando as distinções acentuadas. Por esse motivo, novas formas intervêm e assumem funções próximas das antigas palavras. Outra questão apresentada pelo autor é que a gramaticalização é um processo cíclico, não linear, já que a recriação das formas gramaticais é recorrente e as condições que a habilitam estão sempre presentes na língua.

De acordo com Hopper e Traugott (1993), no fim do século XIX, os estudos sobre a gramaticalização já estavam estabelecidos, faltava somente nomeá-la. Antoine Meillet foi o primeiro a reconhecer a importância da gramaticalização como área central da teoria da mudança lingüística, além de ser o primeiro a usar o termo *gramaticalização* e a desenvolver um trabalho especial sobre esse assunto.

No artigo *"L'évolution des formes grammaticales"* de 1912, Meillet afirma que as formas gramaticais se originam a partir de dois processos: a analogia e a gramaticalização. A analogia é um processo por meio do qual novos paradigmas são criados a partir de outros já existentes; a gramaticalização, por sua vez, refere-se à "passagem de uma palavra autônoma para um elemento de papel gramatical" (p.131). Para o autor, a gramaticalização é o processo mais importante no desenvolvimento das formas gramaticais, uma vez que cria novas formas e introduz categorias para as quais não havia expressões lingüísticas, transformando o sistema como um todo. A analogia, por outro lado, apenas renova os detalhes, deixando inalterado o plano geral do sistema existente (p.133).

Segundo Meillet, essa passagem de um item autônomo para um elemento gramatical segue um curso previsível, pois é unidirecional: palavras principais – que indicam idéias essenciais como nomes, adjetivos, verbos – funcionam como fonte para a criação de palavras acessórias e gramaticais – que regulam a gramática da língua, como preposições, conjunções e auxiliares -, mas não vice-versa. Campbell e Janda (2001, p. 95) afirmam que, para Meillet, a gramaticalização envolve, essencialmente, a passagem do **lexical > gramatical,** sendo que a parte gramatical contém a seqüência interna **sintático > morfológico.** Reorganizando esses componentes, segundo os autores, o resultado é: **lexical > sintático > morfológico.**

A motivação para esse processo, afirma Meillet, está na necessidade constante que os falantes têm de ser expressivos. O uso freqüente de uma palavra provoca a perda da sua expressividade e a leva ao desgaste; por essa razão, o falante busca novas maneiras de designar idéias já conhecidas, utilizando, para isso, recursos da própria língua. Essa perda de expressividade está associada ao enfraquecimento semântico também conhecido como *bleaching*. Meillet postula que, no processo de gramaticalização, há um enfraquecimento dos sentidos de uma palavra em virtude do uso freqüente. Essa concepção, entretanto, não foi muito aceita, e, posteriormente, foi modificada, já que permite pensar em empobrecimento da língua, quando, na verdade, durante o processo de gramaticalização, ocorre uma modificação semântica, não uma perda total de sentido.

Os trabalhos subseqüentes sobre gramaticalização modificaram, algumas vezes de modo radical, as concepções originais. Entretanto, não se pode negar que foi Meillet quem sistematizou e deu visibilidade à gramaticalização.

3.2 Os trabalhos mais recentes sobre gramaticalização

Após os trabalhos de Meillet, os estudos sobre a gramaticalização sofreram uma estagnação em virtude do paradigma teórico dominante: o Estruturalismo, cujo principal expoente foi Saussure. Essa perspectiva, fortemente sincrônica em suas abordagens, tinha poucos interesses no campo dos estudos diacrônicos, foco principal para a gramaticalização nessa época.

Nesse contexto, os estudos de Jerzy Kurylowicz e de Émile Benveniste tiveram significativa importância, já que estavam foram desse paradigma teórico, conforme afirmam Hopper e Traugott (1993). Kurylowicz (*apud* CAMPBELL E JANDA, 2001) afirma que a gramaticalização consiste no aumento da extensão de um morfema, avançando de uma forma lexical para uma gramatical, ou de uma menos gramatical para uma mais gramatical ainda; reorganizando esses componentes teríamos: **qualquer morfema** (lexical ou gramatical) > **morfema mais gramatical**. Benveniste, em seu artigo *"Mutations of linguistic categories"* (1968), embora não aponte claramente o termo gramaticalização, retoma muito do que Meillet havia dito em 1912.

A partir da década de 70, o interesse nos estudos sobre gramaticalização ressurge. Esse reaparecimento foi atribuído a Talmy Givón (1971), cuja principal contribuição, segundo Heine *et. al* (1991), foi reconhecer o componente discursivo como o maior parâmetro para entender a estrutura da língua. Para o autor, a gramaticalização não envolve simplesmente a reanálise de material lexical em material gramatical; há também uma reanálise de padrões discursivos em padrões gramaticais. (GIVÓN, 1979 *apud* HEINE *et al.*, 1991).

A clássica afirmação de Givón *"A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem"*, inspirada em Hodge (1970, *apud* HEINE *et al.*, 1991), devido à introdução do componente discursivo, modificou-se para *"A sintaxe de hoje é a pragmática discursiva de ontem",* tornando-se

slogan para muitos trabalhos posteriores. A partir disso, no processo de gramaticalização – para o qual Givón sugere o termo *sintaticização* - o modo mais pragmático de comunicação abre caminho para um modo mais sintático; as estruturas discursivas sofrem erosão, via morfologização, lexicalização e atrição fonológica, resultando em um processo cíclico, esquematizado da seguinte maneira (GIVÓN, 1979, *apud* HEINE *et al.*, 1991):

Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonêmica > Zero

De acordo com Longhin-Thomazi (2003, p.16), essa nova proposta de Givón apresenta pontos positivos no que se refere à introdução de um novo campo de interesse, a pragmática discursiva, uma vez que as discussões sobre a gramaticalização consideravam apenas o léxico e a gramática. Entretanto, tal proposta também apresenta pontos vulneráveis relacionados à passagem do modo pragmático para o sintático, que não é bem esclarecida pelo autor. Além disso, a própria noção de pragmática pode ser questionada, pois é vista como uma macrossintaxe e, freqüentemente, descrita por meio de categorias gramaticais.

Hopper e Traugott (1993) afirmam que, na década de 80, os estudos sobre gramaticalização começam a assumir um lugar mais significativo entre os pesquisadores, com destaque para os trabalhos de Christian Lehmann (1982) e Heine e Reh (1984). Em *"Thoughts on Grammaticalization"*, Lehmann organiza uma série de parâmetros sincrônicos, aplicados a estágios mais avançados de gramaticalização, captando a natureza processual da gramaticalização. Lehmann (1982 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007) afirma que esses parâmetros servem para aferir o grau de autonomia de uma forma lingüística e, conseqüentemente, o seu grau de gramaticalidade, uma vez que a autonomia de um item é postulada como contrária a seu *status* gramatical.

Os seis parâmetros desenvolvidos por Lehmann se originam da combinação de três aspectos – **Peso**, **Coesão** e **Variabilidade** – nos eixos **Paradigmático** (Seleção) e **Sintagmático** (Combinação), resultando o seguinte quadro[3]:

	Paradigmático	**Sintagmático**
Peso	Integridade	Escopo
Coesão	Paradigmaticidade	Conexidade
Variabilidade	Variabilidade paradigmática	Variabilidade Sintagmática

Quadro 5: Os parâmetros de Lehmann (1982)

De acordo com Gonçalves *et al.* (2007), o parâmetro da **integridade** diz respeito ao tamanho substancial de um signo tanto do ponto de vista semântico quanto fonológico. Lehmann (1982 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2007) aponta a integridade como uma propriedade que, além de diferenciar o item dos demais membros de sua classe, confere-lhe certa relevância em relação aos outros signos. Processos de atrição fonológica e *bleaching* semântico associam-se a esse parâmetro, influenciando na integridade semântica e fonológica do item, uma vez que a freqüência no uso desse item desencadeia esses dois processos.

No parâmetro da **paradigmaticidade**, é preciso levar em conta a relação entre o item lingüístico e o paradigma do qual ele faz parte. De acordo com Gonçalves *et al.* (2007), esse parâmetro refere-se ao grau de coesão de um item em relação aos outros de um mesmo paradigma. Para aferir a paradigmaticidade, é necessário verificar o tamanho e a homogeneidade desse paradigma por meio da quantidade de traços similares entre os membros integrantes e da regularidade nas diferenças entre eles.

[3] Quadro retirado de Heine *et al.* (1991, p.18)

A **variabilidade paradigmática** é o ultimo parâmetro do eixo paradigmático e está relacionada à possibilidade de utilizar um outro item no lugar da forma em processo de gramaticalização. Essa alternância no uso de certos itens revela a liberdade de escolha que os usuários da língua têm ao poder selecionar um signo dentre os que fazem parte do mesmo paradigma.

Passando para o eixo sintagmático, o **escopo** é um parâmetro que dever ser entendido da seguinte maneira: com o aumento no grau de gramaticalização de um item, o seu escopo diminui, ou seja, a extensão da incidência desse item dentro da construção da qual ele se insere diminui. Tomando como exemplo as perífrases verbais, os verbos auxiliares têm seu escopo diminuído, já que passam a incidir somente sobre o verbo principal; já quando atuam como verbos plenos (menos gramaticalizados) essa incidência recai sobre toda predicação. (Gonçalves *et al.*, 2007, p.77).

A **conexidade** está relacionada ao grau de coesão do item com outros, ou seja, se refere à ligação entre os itens. Nas perífrases verbais, apontadas por Gonçalves *et al.* (2007), o verbo auxiliar mantém um maior grau de coesão com os outros itens dentro dessa construção se comparado aos seus usos como verbos plenos, contraindo assim posições mais fixas no interior da frase.

Por fim, a **variabilidade sintagmática** é um parâmetro que se refere à possível mobilidade de um item dentro da construção na qual faz parte. Se um item passa a adquirir uma posição mais fixa dentro da sentença, é provável que haja um aumento na sua gramaticalidade. Isso ocorre quando o item atingiu um alto grau de morfologização, afirmam Gonçalves *et al.* (2007).

Já Heine e Reh (1984), de acordo com Heine *et al.* (1991), estavam interessados nos mecanismos internos do processo de gramaticalização, diferentemente dos estudos que se

interessavam pelos períodos iniciais e finais desse processo. Para os autores, a gramaticalização envolve uma evolução das formas lingüísticas, as quais perdem em complexidade semântica, significância pragmática, liberdade sintática e substância fonética (1984, *apud* HOPPER E TRAUGOTT, 1993). Observando que a gramaticalização atua em todos os níveis da estrutura da língua, Heine e Reh distinguem três tipos de processos, relacionados aos mecanismos internos da gramaticalização:

Funcionais	Dessemantização, expansão, simplificação e fusão.
Morfossintáticos	Permutação, combinação, cliticização, afixação e fossilização.
Fonéticos	Adaptação, erosão, fusão e perda.

Seguindo uma ordem cronológica, esses processos percorrem a trajetória funcionais > morfossintáticos > fonéticos. Ou seja, se uma unidade lingüística passa por dessemantização e cliticização, por exemplo, é mais provável que a dessemantização preceda a cliticização.

Além disso, estudando as línguas africanas, os autores organizaram uma lista com possíveis caminhos que um item em gramaticalização pode percorrer. Para os autores, quanto mais uma forma está gramaticalizada (1984, *apud* HEINE *et al.*,1991).

- *mais ela perde em complexidade semântica, significância funcional e/ou valor expressivo;*
- *mais ela perde em significância pragmática e sintática;*
- *mais reduzido é o número de membros pertencentes ao mesmo paradigma morfossintático;*
- *mais sua variabilidade sintática diminui, isto é, mais sua posição dentro da sentença torna-se fixa;*
- *mais o seu uso torna-se obrigatório em certos contextos e agramaticais em outros;*
- *mais se une semântica, morfológica e foneticamente com outras unidades;*
- *mais ela perde substância fonética.*

Os estudos de Lehmann e de Heine e Reh, afirmam Hopper e Traugott (1993), foram indispensáveis para o restabelecimento da gramaticalização como uma importante direção nas pesquisas lingüísticas modernas, além de uma importante ferramenta de descrição lingüística.

A gramaticalização, a partir das abordagens atuais, começa a ser vista, não só pela perspectiva diacrônica – pensada como um conjunto de mudanças por meio do qual um item lexical, em certos usos, torna-se um item gramatical, ou se já gramatical, torna-se mais gramatical ainda – mas também, pelo ponto de vista sincrônico como um fenômeno sintático, discursivo e pragmático, estudado de um ponto de vista dos padrões fluidos da linguagem. Além disso, novos entendimentos da gramaticalização ganham destaque com Heine *et al.* (1991), afirmando que forças extralingüísticas podem instigar o processo de gramaticalização; Hopper (1979) e a noção de 'gramática emergente'; Traugott (1982), Traugott e König (1991) e Sweetser (1990), privilegiando a mudança no significado.

Heine *et al.* (1991) propõem produzir uma nova estrutura para o entendimento da gramaticalização, uma vez que, para os autores, forças extralingüísticas, aquelas que estão fora da estrutura da língua, também podem iniciar o processo de gramaticalização. No livro *"Grammaticalization: a conceptual framework"* (1991), os dados são, principalmente, das línguas africanas, mas o interesse dos autores está nos fatores pragmáticos e cognitivos que motivam a gramaticalização.

Os autores acreditam que, na gramaticalização, a questão central para o entendimento da relação entre as categorias gramaticais é "*como nós podemos decidir se a categoria X é mais gramaticalizada do que a Y?"*. A partir desse propósito, lançam uma série de pressupostos, listados abaixo, que podem servir como um tipo de "procedimento descobridor" para estabelecer graus relativos de gramaticalização:

a) Uma categoria gramatical é mais gramaticalizada do que outra categoria, se for, etimologicamente, derivada dela. Essa declaração diacrônica, a qual pode ser imediatamente inferida do princípio da unidirecionalidade[4], permite-nos determinar, por exemplo, que o sentido de causa da conjunção *since* do inglês é mais gramaticalizado do que o sentido de tempo, por ter sido derivado, historicamente, dele.

b) Se duas funções diferem uma da outra pelo fato de que uma tem funções espaciais e a outra não, então a última é mais gramaticalizada. Esta observação significa, essencialmente, que, de todas as funções consideradas, espaço é a menos gramaticalizada.

c) Se duas categorias gramaticais diferem uma da outra somente pelo fato de que uma, tipicamente, implica algum participante humano, enquanto a outra implica um participante inanimado, então a última é mais gramaticalizada.

d) Uma categoria se referindo a um conceito que tem, potencialmente, três dimensões[5] físicas é menos gramaticalizada do que uma se referindo a conceitos que têm somente uma possível dimensão, a qual é menos gramaticalizada do que aquela cujo referente não mostra nenhuma dimensão física. Esse parâmetro pode nos ajudar a determinar que espaço é menos gramaticalizada do que tempo e esta é menos gramaticalizada do que categorias como CONDIÇÃO e MODO.

[4] A Noção de unidirecionalidade será esclarecida na seção **3.2.1.1 Princípios e Mecanismos.**
[5] A saber: tempo, espaço e as noções de explicação, causa, condição e modo as quais constituem a categoria 'qualidade' dentro da escala de domínios cognitivos: espaço > tempo > qualidade.

e) Se duas categorias diferem uma outra somente pelo fato de que expressam uma relação temporal enquanto a outra expressa relação lógica, então a última é mais gramaticalizada. Desse modo, é possível estabelecer, por exemplo, causa e condição como categorias que são mais gramaticalizadas do que tempo.

f) Se duas categorias diferem uma da outra somente pelo fato de uma ser mais inclusiva, isto é, poder incluir a outra em certos contextos, então a mais inclusiva é a mais gramaticalizada. Essa noção está de acordo com a noção de generalização como propuseram Bybee e Pagliuca (1985). Se as categorias PESSOA e OBJETO pertencem a um mesmo canal de gramaticalização, então objeto é mais gramaticalizado desde que possa incluir a categoria pessoa, mas não vice-versa. Por exemplo, a questão *What is this?* pode se referir a um item de PESSOA (um menino) ou a uma categoria OBJETO (um carro), enquanto a questão *Who is this?* somente pode se referir à categoria PESSOA.

g) Se um dado morfema governa tanto sintagmas nominais quanto orações, então o último uso é mais gramaticalizado. Por exemplo, o morfema *for* do inglês tem tanto a função de preposição, quanto a de conjunção: ou seja, no primeiro, governa sintagmas nominais, no segundo, introduz orações subordinadas. Segundo os autores, esse parâmetro permite dizer que as preposições são menos gramaticalizadas do que as conjunções.

Vale ressaltar que a aplicação de um desses princípios não leva à exclusão de todos os outros. Os próprios autores afirmam que, em muitos casos, mais de um critério pode ser aplicado a fim de tentar estabelecer o grau de gramaticalização de um determinado item lingüístico.

De acordo com Heine *et al.* (1991), a posição de Paul Hopper (1979) diferencia-se de algumas abordagens lingüísticas, já que rejeitava a noção de uma gramática estável que considera os enunciados padrões fixos de regras. Para o autor, a noção de gramática emergente é definida como um movimento contínuo em direção à estrutura; ou seja, todas as partes da gramática estão sempre sofrendo mudanças (NEVES, 1997, p.121). Dessa maneira, como a natureza da gramática é dinâmica, logo, o processo de gramaticalização pode estar relacionado diretamente a essa dinamicidade.

Hopper (1991) apresenta alguns princípios gerais por meio dos quais é possível captar tipos de mudanças em geral que não sejam, necessariamente, mudanças gramaticais. Entretanto, o autor afirma que esses princípios são válidos para a gramaticalização na medida em que podem fornecer um diagnóstico da emergência de formas e construções gramaticalizadas, além de medir o grau de gramaticalização de itens que já tenham iniciado esse fenômeno de mudança. (p.21-22)

Anteriormente, de modo semelhante, Lehmann (1982 *apud* HEINE *et al.*, 1991) já sugerira alguns parâmetros que serviriam como guia para as mudanças históricas e cuja validade se fez importante nos estudos sobre gramaticalização. Diferentemente de Hopper, esses parâmetros de Lehmann eram utilizados para avaliar estágios mais avançados de gramaticalização. Dessa maneira, era necessário estabelecer princípios que pudessem ser aplicados aos estágios mais incipientes, nos quais a identificação da gramaticalização não é

óbvia o suficiente, assim como propôs Hopper (1991). Os cinco critérios propostos pelo autor são:

1. **Estratificação:** *dentro de um domínio funcional amplo, novas camadas estão emergindo continuamente. Quando isso ocorre, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas elas podem permanecer, coexistindo e interagindo com as camadas mais novas.*

De acordo com Omena e Braga[6] (1996), o comportamento da forma *a gente* é um exemplo de estratificação no português falado, uma vez que essa forma passou a competir, dentro do paradigma pronominal, com as formas *eu* e *nós*, mais freqüentemente com esse último. Em outras palavras, a emergência da nova forma/camada *a gente* coexiste com formas já existentes *eu* e *nós* em um mesmo domínio funcional, o pronominal.

2. **Divergência:** *quando uma forma sofre gramaticalização em direção a afixo ou a clíticos, a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças que uma forma comum.*

A divergência remete à preservação do item fonte como um item lexical o qual pode ou não passar por processos de mudança que atingem os itens de sua mesma classe. No caso do *a gente,* o item fonte *gente* permanece como item lexical autônomo sem sofrer nenhum

[6] Omena e Braga (1996), a fim de observar o estatuto gramatical da forma *a gente*, utilizam os princípios de Hopper (1991) os quais se aplicam ao item em questão. Portanto, todos os exemplos utilizados foram retirados dessas autoras.

tipo de alteração. Em contrapartida, sua forma gramaticalizada se cristalizou como uma construção que relaciona determinante-determinado[7].

3. **Especialização:** *dentro de um domínio funcional, em certo estágio, uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas pode ser possível; ao passo que a gramaticalização ocorre, essa variedade na escolha das formas se reduz e um menor número de formas selecionadas assume significados gramaticais mais gerais.*

Como aponta Gonçalves *et al.* (2007), a especialização promove um estreitamento da escolha de itens para um domínio funcional, uma vez que as opções dentro desse domínio diminuem pelo fato de a forma mais gramaticalizada tornar-se mais utilizada. O aumento de freqüência de uso de uma forma, afirma o autor, indica maior grau de gramaticalização. A respeito do uso de *a gente*, houve uma maior preferência, em termos de porcentagem (69%), desse item em relação ao uso de *nós*, na maioria das posições sintáticas analisadas (Cf. Omena e Braga, 1996).

4. **Persistência:** *quando uma forma sofre gramaticalização, passando de uma função lexical para uma função gramatical, uma vez que sejam gramaticalmente viáveis, alguns traços de seu significado lexical original tendem a aderir à nova forma gramatical, e detalhes de sua história lexical podem ser refletidos nas restrições de sua distribuição gramatical.*

Esse princípio remete à persistência/conservação de traços do significado lexical da forma fonte no item gramaticalizado que podem ser refletidos nas restrições sintáticas no uso

[7] A relação determinante-determinado na construção *a gente* não é exclusiva da forma gramaticalizada, uma vez que, por exemplo, em um sintagma nominal pode haver essa relação. Ressalto que essa é uma conclusão de Omena e Braga (1996).

da forma gramaticalizada. A idéia de coletividade do substantivo *gente* permanece na forma gramaticalizada, contribuindo para sua referência indeterminadora; os dados de Omena e Braga (1996) mostram que é mais provável referir-se, por meio de *a gente,* a um grupo maior e indeterminado de pessoas do que a um grupo menor e determinado.

5. **Descategorização:** *formas que sofrem gramaticalização tendem a perder ou neutralizar marcadores morfológicos e propriedades sintáticas características de categorias plenas como Nomes e Verbos, e a assumir atributos característicos de categorias secundárias tais como Adjetivos, Partículas, Preposições etc.*

A respeito desse último princípio, partindo da idéia de que na gramaticalização as categorias menores como adjetivos, advérbios e preposições derivam de categorias maiores como nomes, verbos, e nunca o contrário, observamos que a forma *a gente* perde as características típicas de substantivo e adquire as da classe dos pronomes.

Os trabalhos de Traugott (1982) e Traugott e König (1991) privilegiam as mudanças semântico-pragmáticas que ocorrem no processo de gramaticalização. De acordo com Traugott (1982), tais mudanças são parte de um conjunto maior de mudanças, motivadas por vários componentes semântico-funcionais da língua. Para tanto, a autora adota como modelo semântico-funcional da língua uma versão modificada do modelo proposto por Halliday e Hasan (1976). Esse modelo modificado é composto por três componentes semântico-funcionais que devem ser entendidos da seguinte maneira:

◊ **Proposicional** (*ideacional* para Halliday e Hasan): envolve os recursos da linguagem a partir dos quais é possível falar sobre algo que é exterior à linguagem, por exemplo, os dêiticos de lugar, tempo e pessoa, elementos que estão sujeitos à verificação referencial.

◊ **Textual:** reúne os elementos disponíveis para a criação de um texto coesivo. Inclui vários conectivos, pronomes anafóricos e catafóricos, topicalizadores e complementizadores.

◊ **Expressivo** (*interpessoal* para Halliday e Hassan): refere-se aos recursos que a língua tem para expressar atitudes pessoais sobre o que está sendo falado, sobre o próprio texto ou sobre aqueles que participam da situação discursiva. Incluem os modalizadores, operadores argumentativos, marcadores de pressuposição e índices de polifonia.

A mudança do significado no processo de gramaticalização ocorreria, portanto, de um componente semântico-funcional para o outro, afirma a autora. Além disso, é provável que a mudança percorra o caminho do componente proposicional, em direção ao expressivo, passando, alternativamente, pelo textual em vez de percorrer o caminho inverso (p.256). O esquema abaixo ilustra essa trajetória:

PROPOSICIONAL > (TEXTUAL) > EXPRESSIVO

Em trabalho em co-autoria com König (1991), essa proposta é revisitada: identificam-se três tendências semântico-pragmáticas as quais descrevem o caminho que um item percorre no processo de mudança semântica em geral. De acordo com os autores, esse caminho parte de **significados** baseados em mais ou menos objetividade identificável em situações **extralingüísticas** em direção a **significados** baseados nas estruturas **textuais** (conectivos, anafóricos, marcadores) para **significados** baseados nas **atitudes dos falantes** para dar opinião sobre o que foi dito. Essas três tendências podem ser expressas da seguinte maneira:

Tendência I: *significados baseados em descrições de situações externas* > *significados baseados em situações internas.*

Essa tendência mostra que a mudança do significado parte de situações físicas/concretas em direção a situações perceptuais/cognitivas. Exemplo bem conhecido, citado pelas autoras, é o desenvolvimento de advérbios ou preposições em conectivos, o que se aplica à história do *pois.*

Tendência II: *significados baseados em descrições externas ou internas* > *significados baseados em situações textuais.*

De acordo com essa tendência, os itens cujos significados remetem a situações internas ou externas passam a realizar a mesma função dentro do texto, atuando como elementos coesivos. Como exemplo, as autoras citam o conectivo *after* do inglês que de conectivo temporal passa a atuar como um marcador textual nas relações coesivas dentro do texto. O uso anafórico dos pronomes demonstrativos, no português, também seria um

exemplo de elementos que passaram a exercer funções coesivas dentro do texto (Marine, 2004).

Tendência III: *significados tendem a se tornar mais baseados na crença/estado/atitude subjetiva do falante com relação a determinada situação.*

A tendência III mostra que os significados de alguns itens podem expressar a atitude/crença/estado subjetivo do falante a respeito do que está sendo dito. As relações causais e concessivas, assim como as partículas de negação são exemplos de expressões, essencialmente, baseadas nas atitudes dos falantes.

Finalizando esse panorama das propostas mais recentes em gramaticalização, faz-se necessário comentar a visão de Sweetser (1990). Essa autora entende que a linguagem é sistematicamente baseada na cognição humana, de modo que o sistema conceitual que emerge das experiências humanas do dia-a-dia constitui a base da semântica das línguas naturais. Concebendo a linguagem sob aspectos cognitivos, a mudança semântica é, pois, considerada sob esse mesmo enfoque.

A autora afirma que a abordagem cognitivista pode responder pela explicação de que o sistema conceitual pode ser estudado em três áreas diferentes: a polissemia, a mudança semântica lexical e a ambigüidade pragmática. Todas essas três áreas têm em comum o fato de uma forma ser usada com mais de um sentido, para mais de uma função. A polissemia envolve sincronicamente múltiplos sentidos associados a uma única forma. Na mudança semântica, uma forma adquire, historicamente, uma nova função para substituir ou ampliar suas funções antigas. Na ambigüidade pragmática, por sua vez, uma forma base tem sua função semântica estendida pragmaticamente para cobrir outros referentes ou significados; na

frase *"How are you?",* por exemplo, o seu sentido original de questionamento se mantém, entretanto, culturalmente, é entendida também como uma saudação ou iniciador de conversa.

De acordo com a autora, trabalhos como os de Lakoff e Johnson (1980), Johnson (1987), Lakoff (1987) e Turner (1987) têm apontado para o fato de que a maioria das polissemias surge em razão de usos metafóricos e que não só a linguagem, mas também a cognição opera metaforicamente. As metáforas permitem o entendimento de uma coisa como sendo outra, sem que, no entanto, essas duas coisas sejam objetivamente iguais. Assim, quando um uso lingüístico, baseado na estrutura metafórica, torna-se não mais conscientemente metafórico, pode-se dizer que a forma lingüística adquiriu um sentido diferente, motivado metaforicamente. (Sweetser, 1990, p.8)

Outro fato apontado por Sweetser (1990) diz respeito à relação entre polissemia sincrônica e a mudança semântica. De acordo com a autora, o processo de mudança histórica no significado não ocorre sem a intervenção de um estágio polissêmico. Sendo assim, no processo de mudança semântica em que uma palavra cujo significado era A passa a significar B, há um estágio no qual coexistiram A e B e, posteriormente, o sentido de A foi, eventualmente, perdido.

Sweetser (1990) identificou três domínios conceituais que podem explicar a mudança semântica, a polissemia e a interpretação das orações: o **domínio do conteúdo** (mundo real/sócio-físico), o **domínio epistêmico** (raciocínio lógico) e o **domínio conversacional** (atos de fala). A autora entende que, por meio da metáfora, as formas lingüísticas podem ser projetadas de um domínio para outro. Entretanto, essa projeção não é feita de modo aleatório, uma vez que o vocabulário do mundo sócio-físico serve de base para o vocabulário do domínio epistêmico e este, por sua vez, serve de base para o conversacional. Esse caminho percorrido pelas formas lingüísticas evidencia uma relação unidirecional entre os domínios e pode ser esquematizado da seguinte maneira:

Domínio do conteúdo → Domínio epistêmico → Domínio conversacional

A autora afirma que as formas lingüísticas podem apresentar usos polissêmicos entre os domínios acima referidos. A fim de exemplificar essa polissemia, ela mostra que algumas conjunções, como as causais e as adversativas, podem atuar no domínio do conteúdo, no epistêmico e no conversacional, simultaneamente. Os exemplos seguintes, semelhantes aos usos do *pois* e *porque* no português, são da conjunção inglesa "*because*", atuando nos três domínios: (a) conteúdo; (b) epistêmico e (c) conversacional.

(a) John came back *because* he loved her.
(O amor de John era a causa no mundo real da sua volta).

(b) John loved her, *because* he came back.
(O conhecimento do falante do retorno de John causa a conclusão de que John a ama).

(c) What are you doing tonight, *because* there's a good movie on.
(Eu pergunto o que você está fazendo esta noite porque eu quero sugerir que nós vamos ver este bom filme).

Sweetser (1990, p.81) argumenta que a escolha de um domínio para a interpretação correta da conjunção é motivada pragmaticamente. No caso da conjunção causal *"because",* no domínio do conteúdo ela marca a causalidade do evento no mundo real; no domínio epistêmico, a conjunção marca a causa da crença ou conclusão do falante e, no domínio dos atos de fala, por sua vez, indica a explicação causal do ato de fala pronunciado.

Vale ressaltar que, de acordo com Neves (1999, p.472), os domínios propostos por Sweetser (1990) estão dentro de um modelo mais abrangente, aplicável a todas as expressões

lingüísticas da língua, assim como propuseram Dik (1989), Hengeveld (1989) e Hengeveld *et al*. (1990). A autora também inclui nessa correlação as metafunções de Halliday e Hasan (1976), as quais serviram de modelo para o trabalho de Traugott e König (1991).

3.2.1 Princípios e mecanismos

3.2.1.1 Princípio da unidirecionalidade

Como já apresentado nas seções 3.1 e 3.2, é consensual entre os pesquisadores que os itens lingüísticos que sofrem gramaticalização seguem o caminho que parte de um status lexical em direção a um status gramatical, ou de um status já gramatical para um mais gramatical ainda. Hopper e Traugott (1993) entendem que, nesse percurso, "há uma relação entre dois estágios A e B, tal que A ocorre antes que B, mas não vice-versa" (p.95); ou seja, esse caminho é unidirecional. Os autores ainda afirmam que o princípio da unidirecionalidade é uma forte hipótese que evidencia esse desenvolvimento de estruturas gramaticais a partir de estruturas lexicais.

Para representar essa trajetória da mudança, alguns autores utilizam o rótulo de *continuum* ou *cline*. De acordo com Hopper e Traugott (1993), esses dois rótulos devem ser utilizados com a finalidade de proporcionar uma organização dos dados em uma linha imaginária. A respeito desse assunto, os autores afirmam que, nos *clines*, é possível representar o caminho ao longo do qual as propriedades gramaticais podem se agrupar (Heine, 1991 *apud* HOPPER E TRAUGOTT, 1993). Assim, uma trajetória discutida por Meillet (1912) pode ser organizada no seguinte *continuum:* **lexical > sintático > morfológico**; já Traugott e König (1991) organizam a trajetória de mudança semântica da seguinte maneira: **proposicional > (textual) > expressivo.**

Algumas ressalvas, entretanto, devem ser feitas a respeito da organização das formas no *cline* e do trajeto por elas percorrido. Primeiramente, afirmam Hopper e Traugott (1993), os locais onde as propriedades gramaticais se agrupam não devem ser considerados como lugares rígidos; as formas tampouco precisam percorrer todas as categorias estabelecidas no *cline*, pois, uma vez iniciado, o processo de gramaticalização pode ser suspenso em qualquer

ponto. Por essa razão e pelo fato de poder ocorrer um período de sobreposição entre as formas, o *cline* não deve ser pensado como uma linha na qual as formas estão dispostas de maneira seqüenciada com lugares rígidos; sendo assim, autores como Heine (1991) preferem os rótulos de *channels* (canais) de gramaticalização e *chains* (cadeias) de gramaticalização para se referir à disposição das categorias dentro do *continuum.*

3.2.1.2 Mecanismos de mudança na Gramaticalização: Processos cognitivos

De acordo com Martelotta (1996), não há um total consenso entre os estudiosos a respeito dos mecanismos vinculados à gramaticalização. Heine *et al.* (1991), por exemplo, mencionam a transferência metafórica; Lehmman (1991) aponta a analogia; Traugott & König (1991) falam em inferência metafórica e transferência metonímica por pressão de informatividade. No entanto, apesar das divergências, dois mecanismos cognitivos vinculados à gramaticalização – a criação de novas formas gramaticais - são normalmente apontados pelos pesquisadores: a **metáfora** e a **metonímia**.

De acordo com Hopper e Traugott (1993), a metáfora é um dos mecanismos mais reconhecidos como desencadeador da mudança lingüística. Embora existam várias definições, muitas delas têm certos conceitos em comum, especialmente, no que se refere ao entendimento e experimentação de um tipo de coisa em termos de outra; e a transferência de um sentido básico, geralmente concreto para um conceito mais abstrato. Os autores afirmam, ainda, que os processos metafóricos são processos de inferências por meio dos quais limites conceituais são referidos em termos de mapeamento ou saltos associativos de um domínio conceitual para o outro.

Os autores argumentam que os estágios iniciais de gramaticalização são fortemente motivados por processos metafóricos e, citando Bybee e Pagliuca (1985), sugerem que os usuários das línguas têm uma propensão natural de produzirem *extensões metafóricas* que levam ao aumento no uso de certos itens. De acordo com Heine (1991), estender o uso de formas lingüísticas existentes a fim de expressar novos conceitos é uma estratégia que serve para a criação de novos lexemas e de expressões gramaticais.

Na criação das estruturas gramaticais, as formas lexicais – mais concretas - são recrutadas para desempenhar funções gramaticais – mais abstratas. De acordo com Heine *et al.* (1991), a metáfora envolve uma abstratização do significado, uma vez que domínios lexicais ou menos gramaticais, mais próximos do mundo social, são estendidos, metaforicamente, para conceptualizar domínios gramaticais, mais abstratos e difíceis de serem conceptualizados. Em outras palavras, trata-se, basicamente, de um processo cognitivo, em que ocorre uma transferência de um sentido A para um sentido B, pelo fato de haver alguma similaridade entre eles (CASTILHO, 1997, p.48).

O desenvolvimento das formas gramaticais, via metáfora, portanto, pode ser descrito em termos de algumas categorias cognitivas que podem ser organizadas em uma escala unidirecional de abstratização, sendo que cada uma dessas categorias cognitivas pode ser usada para conceptualizar qualquer elemento a sua esquerda:

PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

(Heine, 1991, p.157)

Com base no arranjo dessas categorias, Heine (1991) propõem a noção de **metáfora categorial** por meio da qual é possível, por exemplo, entender *espaço* em termos de *objeto, tempo* em termos de *espaço* e assim sucessivamente (p.157).

Heine e seus colaborados afirmam que existe um tipo de correlação entre essas categorias metafóricas e a estrutura das línguas. O quadro abaixo apresenta a relação existente entre as classes de palavras e os tipos de constituintes:

Categorias	Classe de palavras	Tipo de constituinte
PESSOA	Nome humano	Sintagma nominal
OBJETO	Nome concreto	Sintagma nominal
ATIVIDADE	Verbo dinâmico	Sintagma verbal
ESPAÇO	Advérbio	Sintagma adverbial
TEMPO	Advérbio	Sintagma adverbial
QUALIDADE	Advérbio, estado, verbo, advérbio	Modificador

Quadro 6: Correlação entre as categorias metafóricas, classe de palavras e tipos de constituintes.

Traugott e Hopper (1993) afirmam que, além da metáfora, outro mecanismo está a serviço da gramaticalização: a metonímia. Para os autores, mudanças no significado que se originam da contigüidade dos contextos lingüísticos, incluindo os pragmáticos, são conhecidas como **mudanças metonímicas**. Ou seja, a metonímia remete a um mecanismo de mudança no qual um elemento, por força do contexto lingüístico e pragmático, assume um novo significado.

Gonçalves (2007) afirma que um exemplo de metonímia está na contigüidade dos contextos lingüísticos observados na construção com o verbo *ir*. Em *João **vai** comprar um carro*, é possível tanto uma leitura de movimento (*Aonde João vai?)* quanto uma leitura de futuridade (*O que João **vai** fazer?*). Contextos ambíguos como esses, afirma o autor,

permitem, posteriormente, somente uma leitura de futuridade como em *O prédio vai cair,* deixando de lado a leitura de movimento que exige um sujeito animado que se move (p.48). Ou seja, a leitura de movimento que implica deslocamento espacial habilita a leitura de futuridade que implica deslocamento temporal, já que espaço e tempo são noções interligadas.

O fator responsável pelo surgimento da metonímia, afirmam Heine *et al.* (1995, p.165), é uma manipulação discursivo-pragmática dos conceitos que estão sujeitos a fatores contextuais na interpretação enunciativa. Esse ponto de vista foi inspirado em Traugott e König (1991), para os quais a metonímia está associada ao **fortalecimento de informatividade** que é responsável pelo surgimento de conectivos, principalmente os causais e concessivos. A respeito do princípio da informatividade, Traugott e König afirmam que, em uma dada situação de comunicação, o falante tende a ser o mais informativo e cooperativo possível com seu interlocutor, mostrando a sua clareza e habilidade em orientar esse interlocutor a selecionar o que é mais informativo entre todas as interpretações possíveis.

4 Material e metodologia

4.1 Material

Os *corpora* utilizados na análise dos dados desta pesquisa são compostos de textos epistolares e oratórios, organizados por Barbosa (2008). Esses textos foram classificados de acordo com o grau de formalidade e estão distribuídos, uniformemente, de acordo com o período em que foram escritos, século XVI ao século XX. Cada grupo de textos apresenta, aproximadamente, quarenta páginas em arquivo do tipo Word.

A relevância para a escolha desse gênero textual reside no fato de as correspondências se mostrarem uma fonte capaz de representar enunciados lingüísticos com maior ou menor grau de formalidade. Além disso, esse gênero está ligado às situações sociais de interação, uma vez que requerem um emissor e um destinatário, assim como ocorre nos diálogos cotidianos. Nas amostras de língua falada informal, explica Barbosa, baseando-se em Labov (1972, 1982, 1994), podem ser observadas as primeiras variações lingüísticas, que vão ganhando aceitação de grupos sociais mais elevados, até chegar à escrita.

Além disso, como a própria autora afirma, os estudos de mudança lingüística que envolvem épocas muito antigas mostram uma grande dificuldade: a ausência de falantes de tais épocas, obrigando o investigador a buscar e analisar amostras de língua escrita, consideradas representativas de um determinado período. Por esse motivo, Barbosa ressalta o cuidado que se deve empregar ao trabalhar com fontes escritas, uma vez que os textos mais antigos sobrevivem até os dias atuais por meio de "copistas"; já os textos mais contemporâneos podem apresentar acréscimos e correções julgados necessários pelos editores. Em ambos os casos nem sempre o texto a que se tem acesso é uma versão fiel do

texto original. Labov (1994, *apud* BARBOSA, 2008) já faz esse alerta, explicitando que as estruturas lingüísticas que estão nos textos escritos podem constituir uma tentativa de adequação à norma culta da escrita ou até mesmo uma maneira de filtrar certas estruturas lingüísticas, preservando, pois, nos textos, formas que já desapareceram da fala.

Ressalvas devem ser feitas quanto ao gênero epistolar, complementa a autora. Essas ressalvas referem-se, principalmente, às variações temporais: o momento presente da narrativa de uma carta nunca será simultâneo ao do evento; o tempo presente do emissor também não será o mesmo do receptor.

A respeito do gênero epistolar, Barbosa afirma que as correspondências são um meio de comunicação à distância, além de ser um instrumento de troca de informações diversas de uma época, como aspectos sociais, condição de vida, de trabalho, idéias, pensamentos, pedidos, entre outras. Por meio desse gênero textual, conclui a autora, o emissor se manifesta e desenvolve sua identidade.

Com relação ao gênero oratório, os textos correspondem a discursos acadêmicos, políticos (pronunciamentos de presidentes), religiosos (Sermões do Padre Antonio Vieira) e documentos oficiais. De acordo com Barbosa, ainda que esses textos sejam escritos previamente, adequando-se à norma gramatical, Travaglia (2002) os classifica como textos de língua falada.

No que se refere ao grau de formalidade, a autora considera formalidade como adequação a um modelo – norma culta –, a uma convenção, como uma atitude de distanciamento entre emissor e receptor. Nas cartas, as formas de tratamento e as despedidas são expedientes que exprimem o grau de formalidade e a subordinação existente entre o emissor e o destinatário, uma vez que o emissor adapta o seu texto de acordo com seu destinatário. O assunto das cartas, acrescenta a autora, pode auxiliar na distinção entre o mais ou menos formal. Nas cartas menos formais, predominam a narração e a descrição de

situações, enquanto nas mais formais predominam pedidos ou ordens – textos argumentativos mais elaborados. Já os textos oratórios, como foi mencionado acima, por manterem um grau maior de distanciamento entre emissor e receptor e seguirem rigorosamente a norma gramatical, foram considerados, pela autora, de maior formalidade.

É importante lembrar que o fator grau de formalidade poderia ser o responsável por diferenças significativas no uso do *pois*. Entretanto, esse fato não se comprovou efetivamente, uma vez que as diferenças entre os usos mais e menos formais de *pois* se restringiram aos usos discursivos textuais e discursivos interativos que formam locuções do tipo *pois é, pois não*, encontrados em maior número nos textos com menor grau de formalidade.

Nos quadros abaixo, estão descriminados os textos que compõem as amostras menos e mais formais, referentes a cada período de tempo.

Século	Sigla	Textos menos formais
XVI	PMN-C	Cartas de Padre Manoel da Nóbrega
	NJ-C	Novas Cartas Jesuíticas
	CM	Cartas do Brasil e mais escritos
	CPJ	Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil (1538-1553)
XVII	AV-C	Cartas do Padre Antonio Vieira
	GGC-C	Correspondências entre governadores gerais (1690-1698).
	CB	Cartas do Brasil
XVIII	CV- C	Cartas de conde de Valadares aos amigos
	LC-MA	Correspondências do Marques de Angeja
	GG-C	Correspondências entre governadores gerais (1690 – 1698)
	CB	Cartas dos Brasil
XIX	AZ-C	Álvares de Azevedo – cartas à mãe
	BP-C	Coelho Neto – cartas aos amigos (bilhetes postais)
	C-JN	Joaquim Nabuco – cartas aos amigos
XX	GR-C	Cartas de Graciliano Ramos
	CML-C	Correspondência de Monteiro Lobato
	H-CM	Henfil - Cartas da Mãe
	H-CL	Cartas de leitores para o Henfil
	MA-C	Cartas de Mario de Andrade a Henriqueta Lisboa

Quadro 7: *Corpus* menos formal

Século	Sigla	Textos mais formais
XVI	DL-C	Carta de Duarte de Lemos
	VFC-C	Carta de Vasco Fernandes
	PMN-CJ	Discurso de Padre Manuel da Nóbrega
	PFC-D	Padre Fernão Cardim
	G-C	Cartas de Pero de Magalhães Gandavo
	NJ-C-PMN	Novas Cartas Jesuíticas - Cartas de Nóbrega
	CMCJB-NJ-C	Novas Cartas Jesuíticas - Carta dos Meninos do Colégio de Jesus da Baía ao P. Pedro Domenech Da Baía
	CB-PMN	Cartas do Brasil – Padre Manuel da Nóbrega
XVII	DJV-D	Discurso (testemunho) de Domingos Jorge Velho
	AV-SNSC	Sermão de N. S. do Carmo
	AV-SSA	Sermão de Santo Antonio
XVIII		Carta (documento) de nomeação do Marquês de Lavradio.
	JMM	Discurso de José Moraes Montezinhos
	M-A	Extinção e abolição de todas as fábricas do Brasil – Alvará da rainha D. Maria I, a louca
	ST	Sentença condenatória (lida em público) do processo a que foi submetido Tiradentes.
	VC	Visconde de Cairu [1756- 1835]
	JB	José Bonifácio [1763-1838)
XIX	PM	Discurso de Prudente de Morais – 1895
	DF	Discurso de Deodoro da Fonseca - 1890
	CS	Discurso de Campos Sales - 1899
	FP	Discurso de Floriano Pexoto - 1894
XX	FER-O	Discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso
	DCM-O	Discurso de Darcy Ribeiro
	CAR-O	Discurso de Herberto Sales
	MIR-O	Discurso de Gilberto Miranda
	COL-O	Discurso de posse de Fernando Collor
	JG-O	Discurso de João Goulart

Quadro 8: *Corpus* mais formal

Em todas as ocorrências apresentadas como exemplos nesta pesquisa, utilizamos uma sigla, que contém todas as informações a respeito dos *corpora:* nome do texto, grau de formalidade e período em que foi escrito. Nos exemplos abaixo, mostramos como essa medida, que tem como objetivo facilitar a recuperação de informações dos *corpora,* será utilizada.

(5) Mande V.a R.a logo muitos, para que haja para deixar nos Colégios e levar dos dois ou três, que cá estão; e com eles e com o Bispo teremos lugar para ir ganhando terra adiante. E não deixe, de toda a maneira, este ano, de mandar muitos padres, pois são tão necessários, e os prometeu, e sejão tais, quais muitas vezes tenho escrito. **(NJ-C-PMN,F,XVI)**

(6) Depois da atitude que tomei na Câmara a respeito da emancipação, e da relação em que me acho colocado para com essa reforma não poderia aceitar emprego público - sem perder a minha liberdade de ação. Resta-me, pois, tentar a vida pelo trabalho, e para trabalhar prefiro outro meio a este, onde qualquer gênero de trabalho meu estaria sempre subordinado a política, as exigências dos amigos, as agitações de uma nova quadra eleitoral - ao provisório enfim de uma carreira suspensa mas não abandonada. **(C-JN,f,XIX)**

Como já explicitado no quadro acima, cada tipo de texto recebeu uma abreviação, em (5) e (6), respectivamente, **NJ- C- PMN** (*Novas Cartas Jesuíticas de Padre Manuel de Nobrega*) e **C-JN** (*Cartas de Joaquim Nabuco*). A letra **F**, em maiúsculo, mostra que a ocorrência faz parte do conjunto de textos com maior grau de formalidade; já em minúsculo, **f**, de menor grau de formalidade. Por fim, temos a indicação dos séculos, em algarismos romanos, indicando de qual período as ocorrências fazem parte, século **XVI**, em (5), e século **XIX**, em (6).

4.2 Metodologia de análise

A investigação em gramaticalização pode ser feita a partir de duas perspectivas: uma sincrônica e outra diacrônica. Retomando Hopper e Traugott (1993, p.2), na perspectiva **sincrônica** é possível investigar os usos lingüísticos do ponto de vista dos padrões fluidos da linguagem, dentro de um determinado recorte de tempo. Por outro lado, na **diacrônica**, investiga-se a origem das formas gramaticais e os caminhos que a forma percorre durante o processo de mudança.

Nesta pesquisa, investigamos, sincrônica e diacronicamente, os usos lingüísticos das construções nas quais o *pois* está inserido. A primeira perspectiva nos permite mapear os usos do *pois*; a segunda, nos permite estabelecer tendências de uso para esse elemento. Dentro do recorte temporal que vai do século XVI ao século XX, identificamos dois contextos mais gerais: um no qual esse item atua como uma conjunção e outro em que não atua nessa categoria. Além disso, apresentamos uma análise quantitativa, nos moldes de Bybee (2003), a fim de mensurar a freqüência dos padrões das construções com *pois*. Na análise qualitativa, retomamos os critérios sintáticos e semânticos apresentados por Vogt (1978) e Guimarães (2007), bem como as discussões feitas por Carone (1991), Neves (2006) e Longhim-Thomazi (2004), já apresentados na seção destinada aos estudos lingüísticos descritivos sobre o *pois.* Além disso, nos apoiamos nos pressupostos da gramaticalização, apontados por Heine *et al.* (1991), Traugott (1982) e Traugott e König (1991), Sweetser (1990) e Hopper (1991).

Bybee (2003) afirma que há dois métodos para a contagem da freqüência de uso de um item: a freqüência *token* e a *type.* A freqüência *token* diz respeito à freqüência de ocorrência de um item, geralmente, uma palavra ou morfema, independente da função; a freqüência *type* refere-se à freqüência com que um padrão particular ocorre, em outras palavras, refere-se às diferentes funções que um dado item ou construção assume. De acordo com a autora, a

freqüência com que um dado item ocorre pode contribuir na gramaticalização, já que atua como uma força ativa para instigar as mudanças que ocorrem nesse processo (p.603). Essa proposta pode revelar que o aumento da freqüência *type*, a que se refere aos diferentes padrões adquiridos por um item, mostra a expansão dos padrões assumidos pelo *pois* nos *corpora* analisados, revelando a flutuação semântica desse item.

A respeito da análise qualitativa, adotamos os critérios de Bally (1965), discutidos por Longhin-Thomazi (2004), que nos possibilitaram descrever as construções com *pois* encontradas nos *corpora.* São eles: **dependência semântica, distinção tema/comentário, divisão em segmentos entoacionais, pausa e referenciação anafórica.** Esses critérios, descritos na subseção 2.2, foram utilizados no mapeamento dos padrões com *pois* e permitiram analisar a qual nível de articulação pertencem cada uma das ocorrências encontradas nos *corpora*: ou no domínio da coordenação ou no domínio da subordinação. Sendo assim, esses critérios foram imprescindíveis para a organização e análise dos dados.

Além disso, retomamos alguns dos critérios que foram aplicados ao *pois* nos estudos lingüísticos descritivos de Guimarães (2007), Vogt (1978) e na discussão de Carone (1991) sobre coordenação e subordinação, também mencionados no início desta pesquisa na subseção 2.2; são eles: **posição dentro da sentença e possibilidade de inversão das orações.**

Além da aplicação desses critérios para analisar as construções nas quais o *pois* está inserido, nos apoiamos naqueles apresentados pelos estudos da gramaticalização. Diante dos princípios e pressupostos básicos a respeito da gramaticalização, recorremos às propostas que focalizam a mudança semântico-pragmática, a saber: Traugott (1982) e Traugott e König (1991), que propõem a seguinte trajetória de mudança semântica: proposicional > (textual) > expressivo; além da proposta de Sweetser (1990) acerca dos domínios conceituais que podem explicar a mudança semântica, a polissemia e a interpretação das orações: **domínio do**

conteúdo (real/sócio-fisico), **domínio epistêmico** (raciocínio lógico) e **domínio conversacional** (atos de fala). Além disso, aplicamos as hipóteses de Heine *et al.* (1991) e os critérios de Hopper (1991) com o objetivo de verificar quais padrões com *pois* estão em um estágio mais avançado de gramaticalização. Esse critérios, por sua vez, são utilizados na depreensão das mudanças semânticas e categoriais das construções nas quais o *pois* está inserido, além de revelar a multifuncionalidade e flutuação semântica desse item.

5 Análise dos dados

Nesta seção, apresentaremos os resultados obtidos a partir da análise dos dados. Como já mencionado na seção *Material e Metodologia*, optamos por investigar as construções lingüísticas nas quais o *pois* está inserido, do ponto de vista sincrônico, mapeando os usos, e, do ponto de vista diacrônico, tentando estabelecer tendências de uso desse item.

A respeito da análise quantitativa, utilizamos a proposta de Bybee (2003) a fim de apresentar a freqüência com a qual o *pois* aparece nos *corpora.* Para a análise qualitativa, utilizamos critérios sintáticos e semânticos, propostos por Bally (1965 *apud* LONGHIN-THOMAZI, 2004), Guimarães (2007) e Carone (1991), para melhor descrever as construções com *pois*. Além disso, nos apoiamos em alguns pressupostos da gramaticalização, principalmente, aqueles que evidenciam a mudança semântica, como os de Traugott (1982), Traugott e König (1991) e Sweetser (1990) e, também, os que nos possibilite aferir o grau de gramaticalização desse item, a saber: Heine *et al*.(1991) e Hopper (1991).

5.1 Análise quantitativa

Na análise quantitativa dos dados, apresentamos as freqüências *tokens* e *types*, nos moldes de Bybee (2003) (cf. seção 4). Os resultados estão distribuídos de acordo com cada sincronia e com o grau de formalidade dos textos. As tabelas abaixo mostram a freqüência *token,* representando o número total de ocorrências com *pois,* bem como os diferentes padrões de uso desse item, freqüência *type.*

Séculos	Freqüência Type/ Valores semânticos[8]						Freqüência Token
	Explicativo	Conclusivo	Causal	Adversativo	Textuais	Interativos	
XVI	21 52,5%	2 5%	17 42,5%	0 0%	0 0%	0 0%	40 100%
XVII	25 67%	8 22%	0 0%	0 0%	4 11%	0 0%	37 100%
XVIII	4 14%	16 55%	9 31%	0 0%	0 0%	0 0%	29 100%
XIX	2 17%	9 75%	1 8%	0 0%	0 0%	0 0%	12 100%
XX	8 89%	0 0%	0 0%	0 0%	1 11%	0 0%	9 100%
Total	60 47%	35 28%	26 20%	0 0%	5 4%	0 0%	127 100%

Tabela 1: Freqüências *token* e *type* - mais formais

[8] Os valores semânticos encontrados nos *corpora* são os mesmos dos classificados pelas gramáticas tradicionais, exceto os valores discursivos textuais e discursivos interativos. Todos serão discutidos mais detalhadamente nas partes subseqüentes dessa seção.

Os dados apresentados nos revelam que, de modo geral, os usos explicativos e conclusivos, nos textos mais formais, encontram-se distribuídos em todas as sincronias analisadas, embora os valores absolutos algumas vezes sejam bem discrepantes como nos séculos XVI (21 ocorrências) e XIX (2 ocorrências). É importante mencionar que, apesar de que, em alguns séculos, haja pouca ou nenhuma freqüência de um determinado uso, isso não indica que o *pois* tenha perdido esse valor naquela sincronia.

Observamos que, nos séculos XVI e XVII, a freqüência *type* dos usos explicativos representa valores absolutos mais elevados do que nos séculos subseqüentes. Além disso, é interessante notar que ela corresponde a mais da metade da freqüência *token,* tornando-se também os usos predominantes dentro das sincronias às quais pertencem. Uma hipótese, para explicar a predominância do uso explicativo nesse período, estaria na idéia de Barreto (1999) que, a partir dos seus dados, conclui que o *pois* perde seu valor temporal e se consolida, no século XVI, como conector do tipo explicativo. Para os usos causais, vale ressaltar que eles, no século XVI, representam 16 ocorrências e no século XVIII, 9 ocorrências.

Nos séculos XVIII e XIX, predominaram os usos conclusivos, representando, também, a maior freqüência dentro das sincronias às quais pertencem. De acordo com Barreto (1999), usos conclusivos datam a partir do século XII. Por fim, no século XX, a maior freqüência é de os usos explicativos, nas ocorrências encontradas.

A respeito dos usos discursivos (textuais e interativos), Barreto (1999) afirma que o *pois* conheceu a discursivização já no século XII. Nos *corpora* analisados, encontramos algumas ocorrências, nos textos mais formais dos séculos XVI e XX, nas quais o *pois* atua como um elemento discursivo textual que introduz o argumento mais forte para o que foi dito anteriormente. No exemplo abaixo, que ilustra esse uso, observamos que o questionamento a respeito de que todos são seus filhos vem, além de questionar, reforçar a argumentação que foi dita anteriormente que se referia somente um filho.

(7) Não quero outra consolação senão a morte, para ir buscar e ver a meu filho.**Pois** todos estes que aqui tendes presentes não são também filhos vossos? Sim, são: são meus filhos, mas não são o meu filho. Os outros também eram filhos, não o negava Jacó, mas o seu filho era José. Vai muito de ser filho a ser o seu filho, Esta é a diferença com que na eleição da Virgem Maria, sendo tantos os seus filhos, e todos queridos, se distinguem muito uns dos outros. (AV-SNSC,F,XVII)

Já os discursivos interativos cuja construção é do tipo *pois é, pois não* nos parecem usos lingüísticos mais recentes que talvez sejam mais freqüentes nos textos com menor grau de formalidade. Esse ponto de vista será discutido na análise da freqüência desses usos nos textos menos formais.

No que se refere à freqüência total do item *pois,* a tabela nos mostra a predominância do uso explicativo, representando 47%, isto é, quase a metade das ocorrências encontradas nos *corpora.* Em seguida, tem-se o uso conclusivo, com 28% das ocorrências e os causais com 20%. Por fim, em menor freqüência, encontram-se os discursivos textuais com 5%.

Séculos	Freqüência Type/ Valores semânticos						Freqüência Token
	Explicativo	Conclusivo	Causal	Adversativo	Textuais	Interativos	
XVI	17 65%	2 8%	4 15%	0 0%	3 12%	0 0%	26 100%
XVII	16 80%	2 10%	2 10%	0 0%	0 0%	0 0%	20 100%
XVIII	2 100%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	2 100%
XIX	1 10%	5 50%	1 10%	0 0%	2 20%	1 10%	10 100%
XX	8 23,5%	8 23,5%	2 6%	1 3%	12 35%	3 9%	34 100%
Total	44 48%	17 19%	9 10%	1 1,5%	17 16,5%	4 4,5%	92 100%

Tabela 2: Freqüência *token* e *type* - menos formais

A respeito dos textos menos formais, os dados nos mostram que os usos explicativos, conclusivos e causais apresentam-se distribuídos em todos séculos analisados. Nos séculos XVI e XVII, há o predomínio dos usos explicativos em detrimento dos outros valores, representando inclusive maior freqüência dentro das sincronias às quais pertencem. Como já mencionado anteriormente, talvez essa predominância do uso explicativo esteja relacionada com a consolidação desse do *pois* no século XVI, quando deixa de veicular valor temporal, conforme afirma Barreto (1999).

Nos séculos XVIII e XIX, a tabela nos mostra que a freqüência do uso explicativo diminui bastante, sendo predominante, no século XIX, o uso conclusivo. Observamos, portanto, uma tendência na diminuição os usos desse item. Vale ressaltar a respeito da freqüência que os *corpora* analisados são apenas uma amostra, um recorte do discurso utilizado em cada sincronia.

No século XIX, começam a aparecer os usos discursivos interativos do tipo *pois é, pois não.* Na análise dos textos mais formais, por não encontrarmos esses usos, adotamos o ponto de vista de que eles, provavelmente, apareceriam nos dados menos formais pelo fato de esse tipo de texto estar ligado às estratégias próprias dos textos falados. A freqüência desse uso no século XIX é 1 ocorrência e, no século XX, 4 ocorrências. Ainda a respeito do século XX, observamos que os usos discursivos textuais predominam dentro dessa sincronia totalizando 12 ocorrências, enquanto os usos explicativos e conclusivos se igualam em 8 ocorrências para cada um.

No que se refere à freqüência total, os dados mostram maior freqüência de usos explicativos com 48%, seguido dos conclusivos, 19%, e dos discursivos textuais 16,5%. Os usos causais se mostram distribuídos em quase todas as sincronias analisadas, exceto no século XVIII, totalizando 10%; já os adversativos e discursivos interativos tiveram valores menos expressivos, respectivamente 1,5% e 4,5%.

Séculos	Freqüência *Type*/ Valores semânticos						Freqüência *Token* +/- formal
	Explicativo +/- formal	Conclusivo +/- formal	Causal +/- formal	Adversativo +/- formal	Textuais +/- formal	Interativos +/- formal	
XVI	21/17 38	2/2 4	17/4 20	0/0 0	0/3 3	0/0 0	40/26 66
XVII	25/16 41	8/2 10	0/2 2	0/0 0	4/0 4	0/0 0	37/20 57
XVIII	4/2 8	16/0 16	9/0 9	0/0 0	0/0 0	0/0 0	29/2 31
XIX	2/1 3	9/5 14	1/1 2	0/0 0	0/2 2	0/1 1	12/10 22
XX	8/8 16	0/8 8	0/2 2	0/1 1	1/12 13	0/3 3	9/34 43
Total	60/44 104	35/17 52	27/9 36	0/1 1	5/17 20	0/4 4	127/92 219

Tabela 3: Correlação das freqüências nos textos mais e menos formais

Comparando os textos mais e menos formais, os dados revelam que, de modo geral, os valores dentro de cada sincronia foram bastante equilibrados, assim como o valor total de cada padrão encontrado nos *corpora* analisados. No século XVI, encontramos 21 ocorrências explicativas, nos textos mais formais, contra 17, nos textos menos formais. Analisando os outros séculos, verificamos que as diferenças entre mais e menos formais, nos valores de cada contexto, não ultrapassam a 10 ocorrências. É claro que há algumas exceções em que houve uma diferença maior entre o conjunto de textos mais e menos formais. São elas:

a. **século XVI:** a freqüência dos usos causais foi maior nos textos mais formais com 17 ocorrências do que nos menos formais, 4 ocorrências;

b. **século XVIII:** os usos conclusivos e causais foram encontrados somente nos textos mais formais, representando, respectivamente 16 e 9 ocorrências;

c. **século XX:** nesse caso, os usos conclusivos foram encontrados somente nos textos menos formais, totalizando 8 ocorrências. Para os discursivos textuais, foi encontrada 1 ocorrência nos textos mais formais e 12 para os menos formais; já os discursivos interativos apareceram somente nos textos menos formais, com um total de 3 ocorrências.

De modo geral, predominaram os usos explicativos, nos séculos XVI e XVII, 38 e 41 ocorrências, respectivamente. Como já ressaltamos anteriormente, talvez essa predominância do uso explicativo esteja relacionada com a consolidação desse uso no século XVI, quando o *pois* deixa de veicular valor temporal, conforme apresenta Barreto (1999). Para os conclusivos, os maiores valores estão entre os séculos XVII e XX; e os causais com maior freqüência no século XVI. Para os usos causais, os dados indicam que há uma preferência em se utilizar *pois* causal nos textos mais formais. Carone (1991) afirma que o *pois* é nitidamente explicativo, mas é muitas vezes usado como causal. Já para os discursivos textuais e discursivos interativos, os maiores valores estão nos séculos XIX e XX, dos textos menos formais. Acreditamos que isso esteja relacionado com fato de esse tipo de texto estar ligado às estratégias próprias dos textos falados, além disso, observamos que esses usos emergem a partir de períodos mais recentes da língua.

Com relação à freqüência total nos textos mais e menos formais, novamente, verificamos que predominam os usos explicativos, com 104 ocorrências; em seguida estão os conclusivos, totalizando 52 ocorrências; os causais, com 36; os discursivos textuais, com 20,

e, por último, discursivos interativos e os adversativos, cujos valores são, respectivamente, 4 e 1.

De modo geral, observamos que os usos explicativos, conclusivos e causais foram os mais freqüentes, confirmando a descrição feita pelas gramáticas normativas a respeito das construções com *pois.* Entretanto, essa análise nos revela que outros usos desse elemento, ignorados pela visão tradicional, também são freqüentes na língua, como é o caso dos discursivos textuais e discursivos interativos, que serão discutidos nas seções subseqüentes. É importante ressaltar que, na análise qualitativa, podemos encontrar pontos que divergem da visão tradicional e que serão discutidos na partes subseqüentes.

De acordo com a proposta de Bybee (2003), a maior freqüência de um item revela que esse item está em um estágio mais avançado de gramaticalização. Essa posição nos leva à hipótese de que o *pois,* nas construções explicativas, por ter maior freqüência de uso, estaria mais gramaticalizado do que nas construções conclusivas e causais que apresentam, respectivamente, freqüências menores. É importante lembrar que, nesta pesquisa, a análise da freqüência serviu como ponto de partida na verificação do grau de gramaticalidade de cada contexto, mas só em conjunto com a análise qualitativa, em que selecionamos outros critérios para mapear as construções com *pois,* é que podemos aprofundar as discussões a respeito disso.

5.2 Análise qualitativa

Para mapear as construções com *pois* que apareceram nos *corpora* analisados, utilizamos alguns critérios de ordem sintática e semântica. Como já mencionado na quarta seção, esses critérios já foram utilizados em estudos lingüísticos descritivos e se mostraram eficazes na descrição do funcionamento desse item. O quadro abaixo mostra quais critérios sintáticos e semânticos foram utilizados nesse mapeamento:

Critérios sintáticos:	***Critérios semânticos:***
✓ **Divisão em segmentos entoacionais** ✓ **Pausa** ✓ **Posição dentro da sentença – encabeçando orações** ✓ **Possibilidade de inversão das orações**	✓ **Distinção tema/comentário** ✓ **Referenciação anafórica** ✓ **Dependência semântica**

Esses critérios nos permitiram classificar as construções com *pois* em dois grupos distintos: no primeiro grupo estão as construções nas quais esse item atua como conjunção; no segundo, estão as construções em que o *pois* atua como uma unidade adverbial capaz de estabelecer relações inter-oracionais e intertextuais, conforme afirma Bechara (2001). Acrescente-se a isso o fato de essas unidades adverbiais manterem certas aproximações ou até mesmo identidades semânticas com as conjunções coordenativas. Ainda dentro desse grupo, incluímos as construções discursivas textuais e discursivas interativas.

É importante mencionar que, durante a análise dos dados, não percebemos diferenças sintáticas e semânticas entre as construções com *pois* quanto ao grau de formalidade dos

textos. Em todas as ocorrências encontradas, as construções se apresentaram semelhantes, salvo que, nos textos menos formais, encontramos um maior número de usos discursivos textuais e discursivos interativos, como nos mostra a análise quantitativa; as discussões sobre esse fato serão feitas quando tratarmos dessas construções.

Além disso, nos apoiamos nos pressupostos da gramaticalização que evidenciam a mudança semântica, como os trabalhos de Traugott (1982) e Traugott e König (1991) e a proposta de Sweetser (1990). Aplicamos, ainda, as hipóteses de Heine *et al.* (1991) e os critérios de Hopper (1991) com o objetivo de verificar quais padrões com *pois* estão em um estágio mais avançado de gramaticalização.

5.2.1 Construções conjuncionais

Antes de iniciar a análise das construções conjuncionais, é preciso retomar a noção de conjunção, apresentada na segunda seção. A categoria conjunção engloba os elementos capazes de relacionar orações em um mesmo enunciado; eles ocupam lugares fixos dentro da sentença, geralmente encabeçando uma das orações que conecta. Partindo dessa posição, organizamos dentro desse grupo as ocorrências nas quais o *pois* atua como uma conjunção.

O critério sintático **posição dentro da sentença** no permitiu classificar o item *pois* como sendo uma conjunção, já que observamos, nos dados encontrados, que esse item apresenta um lugar fixo dentro da sentença, geralmente, encabeçando uma das orações com a qual se conecta, conforme os exemplos abaixo.

(8) Também devia Sua Alteza lançar mão desta Capitania de S. Vicente, **pois** é a entrada para dentro da terra, e provê-Ia de justiça de que está muito falta. E o Governador da Baía em vinte dias que aqui está não pode fazer quase nada. (NJ-C-PMN,F,XVI)

(9) Portanto, é necessário que Va. Ra. envie logo a Vouzela, terra do P. Mestre Simão, e da parte de Nosso Senhor lhe requeiro: porque se esse homem estiver em estado de graça fará Nosso Senhor por ele muito nesta terra, pois estando ele em pecado mortal, por sua causa a sustentou até agora. E, **pois** isso é causa de tanta importância, mande Va. Ra. logo saber a informação certa de tudo o que tenho dito. (PMN-D,F,XVI)

Em (8), observamos que o *pois* encabeça a oração *pois é a entrada para dentro da terra, e provê-Ia de justiça de que está muito falta*, a qual se conecta com a primeira; em (9), ele encabeça, entretanto, a primeira oração *pois isso é causa de tanta importância,* que se conecta com a subseqüente. Ou seja, em ambos os casos, temos uma posição fixa. Observamos, também, que, nos dados analisados como conjuncionais, o *pois* não tem nenhum tipo de mobilidade dentro da oração, ou seja, não é possível trocar a posição desse item dentro da sentença, mantendo o mesmo valor semântico.

Dentro desse grupo conjuncional, a aplicação dos outros critérios nos permitiu identificar o nível de articulação das orações com *pois.* A análise dos critérios (i) a presença ou não de pausa; (ii) referenciação anafórica e (iii) a distinção tema/comentário permitiu identificar que o *pois* atua em dois níveis: no da parataxe/coordenação e no da hipotaxe. Retomando a proposta funcionalista de Halliday (1985, *apud* NEVES, 2006) sobre articulação de orações, na parataxe, as orações são elementos livres cada qual funcionando como um todo funcional; na hipotaxe, uma oração modifica/domina a outra, estabelecendo com ela certo grau de dependência semântica e não sintática. Ao apresentarmos os contextos desses dois domínios em que as construções com *pois* aparecem, retomaremos mais profundamente essas definições.

Por fim, analisamos as relações semânticas dos padrões com *pois* e identificamos três valores para esse item, a saber: **explicativos**, **adversativos,** no domínio da parataxe; e

causais, na hipotaxe. Nas subseções subseqüentes, apresentamos a aplicação de todos os critérios e a descrição desses padrões encontrados nos *corpora* analisados.

5.2.1.1 Explicativo

Nos *corpora* analisados, verificamos de que modo os critérios sintáticos e semânticos atuam nas construções caracterizadas como explicativas. Observamos que os critérios **presença de pausa**, **distinção tema/comentário** se aplicam aos casos explicativos, bem como a **possibilidade de inversão das orações** e a **relação semântica entre as orações** nos auxiliaram na classificação do valor semântico desse item: motivo, a razão e/ou explicação do que foi expresso na oração anterior. Na seqüência apresentamos as discussões sobre a aplicação desses critérios, nas ocorrências encontradas nos *corpora* analisados.

No exemplo (10), podemos observar que a oração introduzida pela conjunção *pois*, explica o motivo da afirmação dita anteriormente. Em outras palavras, a afirmação de que os senhores de escravos, por serem ricos, vivem acomodados se explica pelo fato de eles não se verem acometidos pela pobreza ou pela fome e por isso não há motivos para se preocuparem com a industrialização.

(10) Para provar a segunda tese, que a escravatura deve obstar a nossa indústria, basta lembrar que os senhores que possuem escravos vivem, em grandíssima parte, na inércia, **pois** não se vêem precisados pela fome ou pobreza a aperfeiçoar sua indústria, ou melhorar sua lavoura. (JB,F,XVIII)

Observamos, portanto, que, dentre os casos analisados, há sempre um 'pré-texto' antes daquele que é introduzido pela conjunção *pois*, impossibilitando que esse item ocorra no início do enunciado, conforme afirma Vogt (1978). Carone (1991) reitera essa afirmação e, citando Bally (1965), acrescenta que, por se tratar de orações coordenadas, a segunda retoma a primeira, incorporando-a a sua própria estrutura, seja como oração explícita, seja sob a forma de um anafórico. Observamos essa foricidade em todas as ocorrências conjuncionais explicativas com *pois.* Por esse motivo, afirma Guimarães (2007), nas orações coordenadas com *pois* é impossível inverter a ordem da orações. Além disso, o autor acrescenta que o *pois* faz parte de um conjunto de conjunções que marcam a oração que introduz como comentário. Em outras palavras, a primeira oração atua como tema e a segunda como comentário, e essa marcação faz com que se torne impossível a inversão das orações.

Além da marcação tema/comentário que é um dos mecanismos de referenciação, observamos, em algumas ocorrências, a presença de elementos, que também fazem remissão a outros elementos presentes nos enunciados de maneira mais explícita. A presença desses elementos anafóricos só reforça a questão da anáfora, já que, muitas vezes, não fica evidente a maneira pela qual a uma oração retoma a outra.

Em (11), por exemplo, o pronome possessivo *deles,* presente na segunda oração, faz referência anafórica a um elemento pertencente à primeira oração, *versos.* Vários outros elementos gramaticais, como pronomes pessoais, demonstrativos, aparecem em algumas ocorrências com a função de retomar algum elemento presente no enunciado anterior.

(11) Peço que comunique aos demais cenaculóides porque não podem êles ficar na ignorância da mais Genuína entrada para o acervo do Cenáculo. E como é o mais perfeito comunismo que nos rege e guia em tôdas as nossas ações, qualquer cenaculóide poderá utilizá-lo como lhe convier, sendo obrigado, unicamente, a comunicar ao papai dêle o destino que lhe foi dado. Isto para evitar que em duas composições cenaculares saiam dois versos iguais, **pois** num dêles a Posteridade veria fatalmente um plágio, salvo se fizerem como o A... (CML-C,f,XX)

Carone (1991) utiliza a noção da anáfora para questionar a definição tradicional de que as orações coordenadas são independentes e autônomas. É evidente que, nas orações com *pois,* não há uma total independência entre as orações, assim como também não há independência nas orações com *mas, logo* e *e.*

Em (12), observamos que a oração *mandato que não era dado pelos escravos* representa uma unidade que se fecha em si, assim como a oração introduzida pelo *pois, eles não teriam meios de reclamar seus direitos.* Embora essas orações sejam independentes sintaticamente, dentro do enunciado em que estão inseridas, elas são dependentes semanticamente. Isso se deve ao fato de que na explicação é necessário olhar retrospectivamente para a primeira oração.

(12) Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um "mandato da raça negra". Mandato que não era dado pelos escravos, **pois** eles não teriam meios de reclamar seus direitos. Mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentir no coração o horror da escravidão e por entender que os grilhões dela mantinham o país inteiro preso ao atraso econômico, social e político. (FER-O,F,XX)

Outra observação importante, que não deixa de estar relacionada a essa discussão de independência sintática e dependência semântica, é a questão da pausa. De acordo com Bally (1965 *apud* LONGHIN-THOMAZI, 2004) e Carone (1991), a pausa é um morfema supra-segmental que, quando forte, representada na escrita por vírgula, ponto e vírgula dois pontos e até ponto final, sinaliza que se trata de coordenação; por outro lado, a ausência de pausa indica que se trata de subordinação.

Nas construções analisadas, observamos que todas as ocorrências de *pois* explicativo são marcadas por pausa, representada graficamente por vírgula, na maioria das vezes, dois pontos e até ponto final. Nas ocorrências citadas anteriormente, observamos que a pausa é

marcada por vírgula, nas ocorrências abaixo, é marcada por ponto final, em (13), e por dois pontos, em (14).

No exemplo (13), é interessante notar que as orações, conectadas pelo *pois*, pertencem a enunciados diferentes, separados por uma pausa forte, marcada por um ponto final. Esse fato nos mostra que se trata de orações independentes, já que se observa uma divisão em dois segmentos entoacionais. Entretanto, dentro do contexto no qual estão inseridas, percebemos que há dependência semântica entre elas. A oração encabeçada pelo *pois*, introduz a explicação para a afirmação dita anteriormente. Na primeira oração, afirma-se que os dois ventres são o mesmo ventre virginal e a explicação para isso vem na oração introduzida pelo *pois* que revela que desse ventre virginal nasce tanto o grão quanto o monte de trigo.

(13) O ventre bem-aventurado e o ventre cercado de lírios, de que fala um e outro Testamento, é o mesmo ventre virginal. **Pois**, se o trigo, que nele e dele nasceu, é um só grão, como é um monte? E se o grão é Cristo, o monte, que monte é? É o Monte do Carmo, porque o grão de trigo e o monte de trigo, ambos são partos do mesmo ventre, ambos são filhos da mesma Mãe. (AV-SNSC,F,XVII)

Em (14), a pausa é representada, graficamente, por dois pontos, separando os enunciados em dois: no primeiro afirma-se que se extraiu das minas de São Vicente mais prata do que se encontrou nas minas de Potosí e, no segundo que, por esse motivo os povos não se importarão, já que em suas minas também tem esse metal.

(14) que esses Povos podem ter na gloria daquele, descobrimento, do que no mesmo interesse de melhorar a moeda, é mui repetida a anca com que dias, vejo, que nesta nova casa da moeda se estreei antes mais prata das minas de São Vicente, que a antiga que das de Potosi conserva o seu comercio: **pois** se forem ricas nenhuma estimação farão, esses Povos da moeda, que hoje, têm, assim pelo que ha de resultar das suas minas, como pelas honras, e mercês, com que podem ver autorizadas as suas pessoas, e famílias se as descobrirem. (GG-C, f, XVII)

Retomando as discussões de Sweetser (1990)[9], sobre a polissemia das conjunções, lembramos que a autora afirma que elas podem atuar em três domínios – conteúdo (mundo real/sócio-físico), epistêmico (raciocínio lógico) e conversacional (atos de fala). Conforme afirma Longhin-Thomazi (2004), os domínios epistêmico e conversacional estariam relacionados à coordenação. O domínio epistêmico diz respeito ao raciocínio lógico do falante, marcando conhecimento, crença ou a conclusão; já o conversacional refere-se aos atos de fala, marcados por forças ilocucionárias que determinam se se trata de uma afirmação, interrogação ou ordem.

Em algumas ocorrências dos *corpora,* observamos a presença de mecanismos lingüísticos que nos permitem dizer que se trata de um determinado domínio e não de outro. Se as sentenças são interrogativas e imperativas, elas atuam no domínio conversacional, por caracterizarem atos de fala. No domínio epistêmico, percebemos a atitude/avaliação do falante a respeito do que está sendo dito por meio de verbos modais ou aqueles que indicam crença, saber, opinião, entre outros.

Os exemplos abaixo ilustram atos de fala imperativos. Em (15), observamos que o verbo está no imperativo negativo, *não percamos,* caracterizando a oração como uma ordem (ou conselho) dada pelo locutor para que não se perca mais tempo em pensar na falência, porque fazer isso será perder mais ainda.

(15) Melo Cunha?... Não me interessa. Que se arrume lá com os liquidatários. Em troca de ter perdido 500 contos na casa quero gozar a delícia de esquecer o nome de todos os Cunhas e Melos do mundo. Dirija-se ao Axel Lelander ou ao bispo. Quanto às explicações da falência-deixa que corram as versões. *Não percamos* tempo em pensar nisso, **pois** será perder ainda mais alguma coisa. Vou apressar a divisão do terreno de Susano. Quero ver se vendo aquilo para pagar-te a tempo. Quando estiveres com o Cesarino pede-lhe que apresse a demarcação, que está incumbida a êle. (CML-C,f,XX)

[9] A proposta de Sweetser (1990) será retomada na subseção destinada à aplicação de alguns pressupostos da Gramaticalização.

Em (16), os verbos estão no imperativo afirmativo, *pedi* e *ouvi*, indicando um pedido e uma ordem para que todos ouçam Santo Antonio pelo fato de suas palavras serem eficazes.

(16) E assim vos digo que, se debaixo de qualquer título trazeis a alma perdida ou desejosa de se perder no vício da cobiça, que recorrais ao patrocínio de Santo Antônio, para que vo-la depare a tempo. *Pedi*-lhe que vos ouça, e *ouvi*-o, **pois** tanta é a eficácia de suas palavras. (AV-SSA,F,XVII)

Nos exemplos (17) e (18), os verbos auxiliares modais servem como meio de manifestar a avaliação/atitude do falante. Em (17), por exemplo, o locutor acredita que dona Derminda deve saber muito e isso é explicado pelo fato de que ela disse que alguém era marxista.

(17) Natal, 27 de julho de 1977. Mas eu sou humilde, sabe, mãe ? e não vou ter vergonha de pedir pra nossa lavadeira, dona Derminda, quando ela vier na sexta, me explicar direitim o que é D - M. .. P. .. M' - D'. Ela deve saber muito, **pois**, outro dia mesmo, ouvi dona Derminda dizer que não sei quem era marxista roxo! (H-CM-C,f,XX)

O exemplo (18) é um enunciado em primeira pessoa no qual o falante sabe que não tem nenhuma dúvida sobre a capacidade do senador Gilberto Miranda, pelo motivo de que ele é uma pessoa capaz de realizar as tarefas que lhe foram designadas. Além disso, o verbo do enunciado introduzido pelo *pois* indica conhecimento, sabedoria (*saber).*

(18) Com muita alegria e muita emoção estou vendo mais uma vez meu dileto amigo, Senador Gilberto Miranda, presente aqui entre os três capitães da defesa, sobretudo, dos interesses do nosso Estado, o valoroso Estado do Amazonas. *Não tenho* nenhuma ilusão a respeito da absoluta capacidade de V. Exª, **pois** *sei* que é um dos cidadãos mais habilitados para a tarefa para a qual foi eleito e guindado a esta posição. V. Exª, inclusive, está tendo prejuízo em vir para cá, porquanto é um empresário de amplas atividades no Amazonas. (MIR-O,F,XX)

No quadro abaixo, que sintetiza a aplicação dos critérios, observamos que a aplicação total dos critérios (a), (b), (c) e (d) indica que o *pois* explicativo atua no domínio da coordenação/parataxe. Como apontam Guimarães (2007), Vogt (1978) e Carone (1991), a explicação é uma noção que sobrevém a *posteriori*, pressupondo uma dependência semântica com o enunciado anterior. Além disso, esse critério inviabiliza a possibilidade de inversão das orações explicativas. Com base na aplicação desses critérios, constatamos, portanto, que as orações explicativas não têm comportamento idêntico ao das que ocupam o grupo das, tradicionalmente, chamadas orações coordenadas que são consideradas independentes sintática e semanticamente.

Critérios	**Explicativos**		
	Aplicação total	Aplicação parcial	Sem aplicação
a. Dependência semântica	✓		
b. Distinção tema/comentário	✓		
c. Divisão em segmentos entoacionais	✓		
d. Pausa	✓		
e. Referenciação anafórica	✓		
f. Possibilidade de inversão das orações			✓

Quadro 9: Aplicação dos critérios nos usos explicativos

5.2.1.2 Adversativo

Encontramos, nos *corpora*, apenas uma ocorrências em que o *pois* introduz um enunciado que se opõe/contrasta com o antecedente da mesma maneira que o fazem as conjunções adversativas. Submetendo essa ocorrência aos mesmos critérios aplicados ao *pois* explicativo, observamos o mesmo comportamento sintático, embora a relação semântica que se instaura entre as orações seja outra: há uma contraposição, um contraste entre elas.

Com relação aos critérios semânticos, observamos que o *pois* encabeça uma das orações que conecta, ou seja, tem uma posição fixa dentro da sentença. Há a presença de pausa forte, marcada graficamente por ponto final, além de não ser possível mover o *pois* para qualquer lugar dentro da sentença. Por fim, a segunda oração é um comentário que contradiz o que foi dito anteriormente - o tema -, não sendo possível invertê-las. Essa referenciação anafórica gera certo grau de dependência semântica entre as orações.

Em (19), a oposição ocorre entre todas as frases anteriores à oração introduzida pelo *pois,* que faziam pressupor a não satisfação de Purezinha em se mudar para a nova terra. Entretanto, o enunciado que se segue, introduzido pelo *pois,* quebra essa pressuposição, afirmando que *em tão poucos dias já está mudada, está outra.* Vemos, portanto, a possibilidade de substituição do *pois* pelo *mas,* conjunção adversativa.

(19) Rio, 16,10,1925.É positivamente um encanto! Reúne tôda a beleza de Sta. Teresa e Tijuca sem as desvantagens dêsses dois paraísos. Meu mêdo era que a Purezinha não se ajeitasse por cá, amiga do borralho como é. Veio nervosíssima, magra, arrenegando e jurando que não aceitaria nunca a nova terra. **Pois** em tão poucos dias já está mudada, está outra e vai acariocar-se ràpidamente. Olhe Seu Heitor, só vive quem mora cá. (CML-C, f, XX)

Uma possível paráfrase, substituindo o *pois* pela conjunção *mas,* bem como por outros elementos do mesmo grupo dessa conjunção (*porém, contudo, entretanto, todavia*), seria: Veio nervosíssima, magra, arrenegado e jurando que não aceitaria nunca a nova casa. **Mas / porém / contudo / todavia** em tão poucos dias já está mudada, já está outra e vai acariocar-se rapidamente.

Embora o uso adversativo com *pois* tenha pouca freqüência dentro dos *corpora* analisados, verificamos um comportamento semelhante ao *pois* explicativo, já que a aplicação foi total nos critérios que se referem à coordenação. Por indicar a oposição dos enunciados, nas construções adversativas, também é necessário que sempre haja um pré-texto, um enunciado anterior. Verificamos, novamente, que sob o conjunto, tradicionalmente, conhecido como coordenação, agrupam-se orações distintas.

Critérios	**Adversativos**		
	Aplicação total	Aplicação parcial	Sem aplicação
a. Dependência semântica	✓		
b. Distinção tema/comentário	✓		
c. Divisão em segmentos entoacionais	✓		
d. Pausa	✓		
e. Referenciação anafórica	✓		
f. Possibilidade de inversão das orações			✓

Quadro 10: Aplicação dos critérios nos usos adversativos

5.2.1.3 Causal

Nos *corpora* analisados encontramos ocorrências nas quais o *pois* e a perífrase *pois que* estabelecem uma relação de causa entre as orações que conectam. A aplicação dos critérios sintáticos e semânticos apresentou-se um pouco distinta, visto que se trata de um padrão diferente de construções com *pois.* Estritamente falando, a*s* construções causais implicam uma relação de causa-efeito entre dois eventos, subseqüentes no tempo, indicando uma 'causa real' de fatos, extralingüisticamente, comprovados (Neves, 1999 e 2000). Observa-se, entretanto, que a relação causal não tem de estabelecer-se, necessariamente, com mundo extralingüístico; ela pode ser epistêmica, uma relação na qual o falante tem evidências para as proposições (Traugott & König 1991).

A respeito das construções causais*,* verificamos que a aplicação dos critérios sintáticos e semânticos se mostrou bastante semelhante à dos casos explicativos. De acordo com Neves (1991), a ambigüidade que se estabelece entre as relações causais e explicativas é difícil de ser desfeita, principalmente, se se leva em consideração interpretações semânticas, a fim de separar causa, razão, motivo, explicação, justificação. A autora afirma que há também a noção de explicação no grupo das subordinadas causais, assim como no das coordenadas explicativas. Para uma distinção mais detalhada, seria necessário adotar o modelo funcional de camadas ou níveis proposto por Dik (1989 *apud* NEVES, 1991), a fim de verificar em quais camadas o *pois* atua. Entretanto, nesta pesquisa, embora nosso objetivo seja investigar as construções com *pois*, inclusive as construções causais, limitamo-nos à aplicação do critérios selecionados para constatar que determinada construção faça parte do conjunto das causais.

Observamos que, nas ocorrências causais encontradas nos *corpora* analisados, uma não oração funciona como termo da outra, como é preconizado pelas gramáticas normativas.

Isso se justifica pelo fato de que nas subordinadas adverbiais causais o grau de integração sintática entre as orações é menor do que nas subordinadas substantivas. As primeiras funcionam como advérbios, termos acessórios; as segundas funcionam como termos essenciais. Vemos, portanto, uma incoerência na descrição feita pelas gramáticas normativas. Além disso, verificamos que nas orações causais a distinção tema/comentário não é claramente distinguível, como ocorre nos casos explicativos. Pelo fato de ocuparem a posição típica de advérbios, verificamos que existe a possibilidade de as orações causais aparecerem invertidas.

Em (20), observamos uma leitura de implicação causal do tipo causa/efeito. A oração iniciada por *pois* apresenta a causa, já que saber se o homem está em pecado mortal ou não é muito importante; esse fato, por conseguinte, faz com que seja necessário mandar saber a informação certa.

(20) Deseja muito casar-se com a mãe destes seus filhos. Já para lá escreveu e nunca veio resposta deste seu negócio. Portanto, é necessário que Va. Ra. envie logo a Vouzela, terra do P. Mestre Simão, e da parte de Nosso Senhor lhe requeiro: porque se_esse homem estiver em estado de graça fará Nosso Senhor por ele muito nesta terra, pois estando ele em pecado mortal, por sua causa a sustentou até agora. E **pois** isso é causa de tanta importância, mande Va. Ra. logo saber a informação certa de tudo o que tenho dito. (MN-D,F,XVI)

Observamos, nesse caso, a possibilidade de substituição do *pois* por *já que* ou *como*, que são conjunções causais*: Já que/como isso é causa de tanta importância, mande Va. Ra. logo saber a informação certa.* Verificamos também que esse item está no início do enunciado, portanto não é possível que haja retomada do que foi dito anteriormente; tampouco conseguimos distinguir claramente a marcação tema/comentário que será deduzida

do contexto pragmático. Além disso, observamos que a presença o item lexical *causa* expresso na primeira oração nos leva inferir que se trata, realmente, de uma oração causal.

Em (21), observamos essas mesmas características: a relação que se instaura entre as orações com *pois* é de causa/efeito – a pretensão de querer converter os erros do Brasil e fazê-lo políticos nos costumes, causou uma reação de que não é necessário introduzir outros costumes. Percebemos, novamente, a possibilidade de substituição por *como* e *já que*. Além disso, não é possível que haja retomada do que foi dito antes, já que a oração com *pois* está no início do enunciado; por fim, não é possível distinguir claramente a marcação tema/comentário que só é deduzida pelo contexto.

(21) E assim também porque todos confessam que na polícia cristã não está em uso pai vender filho, ainda que seja com extrema necessidade. E **pois** Sua Alteza pretende converter o Brasil de seus errores e faze-lo político nos costumes, não vejo rezão pêra se dever introduzir entre eles costume que nunca eles, sendo tão bárbaros como são, a lei natural do amor que têm aos filho lhe permitiu praticar, senão depois que a perversa cobiça entrou na terra (58). (26-NJ-C-PMN,F,XVI)

A respeito da perífrase *pois que,* encontramos algumas ocorrências nos *corpora* analisados, estabelecendo relação de causa entre as orações. Nessas ocorrências, observamos as mesmas características das orações com *pois* causal.

Em (22), verificamos uma relação de implicação do tipo causa/efeito entre as orações – o fato de que sua mãe morreu e, por isso, não tem quem cuide nem quem dê de mamar cria o efeito de que é necessário que a criança vá junto com ela, ou seja, morra também. Observamos, novamente, a possibilidade de substituição desse item por *já que e como,* conjunções que estabelecem a mesma relação semântica. Além disso, observamos que o enunciado começa com o *pois que* o que revela a não possibilidade de haver referenciação anafórica.

(22) Tinha o Padre avisados os [índios] ou poi- millior dizer peitados que tanto que alguém estivesse pêra morrer o viessem chamar; mas descuydados por sua pouca devação ou ditos das velhas morrião alguns e socedeo morrer huma molher a qual avia poucos dias que avia parido. Fizerão huma fala à criança, dizendo-lhe: **pois que** tua may morreo, não tens quem te crie nem dê de mamar, vay-te com ella. Cousa pêra sintir a perda das almas, porque asi sem mais piedade a criança viva e a may morta ambas em huma cova sepultarão sem serem baptizadas.(CPJ,f,XVI)

No exemplo (23), a relação semântica que se instaura é de causa/efeito. O fato de ter tido muito trabalho e vencido as dificuldades impostas pelas primeiras cachoeiras gerou o efeito de que não foi tão dificultoso superar as segundas. Por estabelecer uma relação semântica de causal, existe a possibilidade de substituição por *já que/como.* Além disso, não há referenciação anafórica entre as orações.

(23) No dia dos Santos Inocentes, que foi domingo, entramos nas segundas cachoeiras, chamadas de Taboca, as quais estão reputadas por muito mais dificultosas e medonhas que as primeiras; mas nós, por vir já o rio muito cheio com a água do monte, **pois que** tivemos grande trabalho e dificuldade em as vencer, não foi tanto como o passado. (11-CB, f, XVII)

Por outro lado, em (24), observamos que há uma relação de efeito/causa entre as orações. O fato de não conseguir ir visitar Pureza foi causado pela perda de tempo gasto durante todo o dia. Verificamos também que não há a presença de pausa, sendo assim, as duas orações formam um todo entoacional, no qual uma depende da outra semanticamente.

(24) Caro Lino. Fui a essa hora e lá estava o homem. A conferência durou 2 h. e meia com mais um gastozinho de tempo, de espera de bonde, disto daquilo, cheguei à cidade às 9 e tanto sem tempo mais de ir ver minha adorada Pureza. De dia estiveste no colégio e mesmo que assim não fôsse dar-se-ia o mesmo **pois que** gastei quase todo o dia a andar atrás do Introuvable. E está aí explicado como pode um noivo passar todo um dia na cidade onde mora sua noiva sem poder trocar uma palavra. A minha viagem de ontem valeu ouro. (CML-C,f,XX)

Em outras ocorrências, observamos um comportamento distinto da perífrase *pois que* pelo fato de haver pausa, marcada graficamente com vírgula, levando à formação de dois segmentos entoacionais. Além disso, quando submetidas ao critério de inversão das orações, o valor semântico se mantém, percebendo que a relação que se estabelece entre as orações é causal.

No exemplo (25), verificamos que existe uma relação de efeito/causa entre as orações. O efeito de que caminhavam em direção ao perigo e a ruína foi causado porque as verdades chocavam-se com os interesses de d. Pedro. Além disso, observamos que é possível inverter as orações: *Pois que nossas verdades chocavam os interesses de d. Pedro,caminhávamos rumo ao perigo e a ruína*; possibilitando a substituição do *pois que* por *já que* e *como* .Por outro lado, verificamos que as orações estão separadas por vírgula, indicando que se trata de dois segmentos entoacionais, característica típica da coordenação.

(25) tivemos por meio da imprensa de comunicar nossos pensamentos em diversos escritos, como sejam: "Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão"; "Cartas de Pítia ao seu amigo Damão"; Typhis Pernambucana; "0 Caçador atirando à Arara Pernambucana", e outros escritos inseridos em alguns periódicos. A proporção que nossos trabalhos se estendiam a beneficiar nossos compatriotas, nós caminhávamos ao perigo e à ruína, **pois que** nossas verdades chocavam os interesses de d. Pedro de Alcântara, príncipe português, que o Brasil imprudente e loucamente havia aclamado seu imperador. (VC,F,XVIII)

No exemplo (26), constatamos as mesmas características. A relação semântica entre as orações é de efeito/causa: o fato de ser procurado com empenho fez com que eles fossem advertidos, secretamente, para se ocultar. Observamos, também, que a presença de pausa gera a formação de grupos entoacionais distintos; além disso, com a inversão das orações é possível manter o valor semântico de causa e substituir essa perífrase por *já que e como*: *Pois*

que / já que / como éramos procurados com empenho, fomos advertidos em segredo que nos ocultássemos.

(26) Como que se completassem os fatais dias marcados pela perfídia para a entrega da cara pátria, fomos advertidos em segredo que nos ocultássemos, **pois que** éramos procurados com empenho. (VC,F,XVIII)

A partir dessas observações, verificamos que as ocorrências com *pois que,* embora sejam, tradicionalmente, classificadas como causais, se comportam de maneira um pouco distinta das causais típicas. Esquematizando a aplicação desses critérios, o quadro abaixo nos mostra que os usos causais compartilham algumas características da coordenação como divisão em segmentos entoacionais e pausa. É importante ressaltar que a respeito da pausa, embora ela seja mais marcante na coordenação, verificamos que, entre os usos causais com *pois,* a maioria das ocorrências configuram uma construção do tipo *pois C1, C2.* Por estar descolada da posição prototípica, *C1 pois C2,* as orações são marcadas com vírgula. Já para as ocorrências com *pois que* a presença da pausa contradiz os estudos a respeito das orações causais. Além disso, verificamos a aplicação dos critérios dependência semântica, típico da subordinação, e a possibilidade de inversão das orações em algumas ocorrências. Entretanto, não observamos uma oração funcionar como termo da outra, já que as orações causais se comportam de maneira distinta das orações substantivas, em que o grau de encaixamento entre as orações é maior. Seguindo o modelo de combinação de orações, proposto por Halliday (1985 *apud* NEVES, 2006), as orações subordinadas adverbiais causais estariam, portanto, no eixo da hipotaxe, no qual há um menor grau de encaixamento e maior dependência semântica entre as orações, e não no do encaixamento/subordinação, em que há um maior grau de encaixamento e de dependência semântica, características atribuídas somente às subordinadas substantivas e adjetiva restritivas.

Critérios	Causais		
	Aplicação total	Aplicação parcial	Sem aplicação
a. Dependência semântica	✓		
b. Distinção tema/comentário	✓		
c. Divisão em segmentos entoacionais	✓		
d. Pausa	✓		
e. Referenciação anafórica			✓
f. Possibilidade de inversão das orações		✓	

Quadro 11: Aplicação dos critérios nos usos causais

5.2.2 Construções não conjuncionais

Como já mencionado anteriormente, a classificação das construções não conjuncionais levou em conta o critério sintático: a **posição dentro da oração** – encabeçar orações. Nas ocorrências classificadas dentro desse tipo de contexto, observamos que o *pois* não ocupa a posição típica de uma conjunção: início da oração. Além disso, em alguns casos, esse item apresenta certa mobilidade dentro da sentença. Inserimos dentro desse grupo as ocorrências que a visão tradicional classifica como conclusivas. Entretanto, a partir da aplicação dos critérios sintáticos e semânticos adotados, podemos questionar a classificação tradicional e verificar como se dá a relação conclusiva com o *pois.*

Além dos usos tradicionalmente conhecidos como conclusivos, incluímos nesse conjunto as ocorrências que apresentam usos discursivos textuais e discursivos interativos: elementos que atuam na organização textual e interativa. Dada a heterogeneidade dessa categoria, como aponta Risso, Sivla e Urbano (1996), optamos por dividi-los em dois grupos:

os discursivos textuais, que tem a função textual mais saliente e os discursivos interativos que tem mais saliente a função interativa.

5.2.2.1 Conclusivo

Nos *corpora* analisados, encontramos ocorrências nas quais o *pois* expressa um valor semântico de conclusão. A visão tradicional define as orações coordenadas conclusivas como aquelas em que a segunda oração apresenta uma conclusão ou conseqüência lógica da primeira. O *pois* está inserido dentro do conjunto das conjunções capazes de realizar essa função, sendo que a ele é imposta uma restrição sintática: para expressar conclusão, deve estar posposto ao verbo da segunda oração.

A aplicação dos critérios sintáticos e semânticos nos revelou que o *pois* conclusivo se comporta de maneira diferente. Verificamos, portanto, que se trata de um caso particular de conclusão por conta de fatores como: posição não prototípica de conjunções, mobilidade dentro da oração, dimensão das unidades articuladas – na maioria das ocorrências temos unidades maiores do que a oração, configurando porções textuais – e relação discursivo-argumentativa e não lógico-semântica, como ocorre com as ocorrências explicativas e causais.

No exemplo (27), observamos que a conclusão expressa na oração com *pois* se origina a partir das afirmações contidas nos enunciados anteriores. Ou seja, concluir que é necessário que Jesus - bondoso e misericordioso – acabe com as fraquezas e dê graça e virtude aos homens se constrói pelo fato de que: a alma e o corpo são pecadores, por isso o bom lhe parecia mal e o doce, amargo. Essa conclusão, portanto, só se recupera analisando todo o contexto anterior; além disso, trata-se de uma conclusão discursivo-argumentativa.

(27) Se minha alma fosse clara e limpa, Caríssimos Irmãos, as lágrimas achara por consolação, os trabalhos doces, por Jesus Cristo. Mas, a este corpo mau e sensualidade, o bom lhe parece mau, o doce amargoso. Supra, **pois**, o bendito Jesus minhas fraquezas, por sua bondade e misericórdia, e dê-me graça em sua companhia e dê virtudes às criaturas que o conheçam e sirvam como o Criador e Redentor, com que seu sangue seja acatado e a fé exaltada para glória de todos, amém. (NJ-C,f,XVI)

Observamos que vários dos critérios não se aplicam a esse tipo de construção com *pois*, a saber: não é possível distinguir tema/comentário, tampouco é possível a divisão em dois segmentos entoacionais. Parece-nos que aplicação total do critério pausa está relacionada com os traços adverbiais que ainda persistem, uma vez que os advérbios deslocados de sua posição têm de ser marcados por vírgula. Quanto ao critério dependência semântica e referenciação anafórica, verificamos que a conclusão é noção que se instaura a partir de um conjunto de informações ditas anteriormente, por esse motivo, a aplicação para esses critérios foi total. É importante ressaltar que o *pois* está posposto ao verbo da segunda oração e, de acordo com a visão tradicional, se classifica como conclusivo.

No exemplo (28) cujo tema é a abolição dos escravos, observamos que a porção textual anterior à oração com *pois* apresenta todos os argumentos que levam o locutor a chegar a uma determinada conclusão: os escravos conservarem a esperança de que terão os mesmos direitos que os brancos; eles terão a liberdade; de inimigo se tornarão amigos; servirão com fidelidade e amor; todos esses motivos levam o locutor a concluir que todos os senhores devem ser justos e benéficos, porque só assim eles não precisaram mais ter medo de conviver entre os escravos.

(28) Este é não só o nosso dever mas o nosso maior interesse, porque só então conservando eles a esperança de virem a ser um dia nossos iguais em direitos, e começando a gozar desde já da liberdade e nobreza de alma, que só o vício é capaz de roubar nos, eles nos servirão com fidelidade e amor; de inimigos se tornarão nossos amigos e clientes. Sejamos, **pois**, justos e benéficos, senhores, e sentiremos dentro da alma que não há situação mais deliciosa que a de um senhor carinhoso e humano, que vive sem medo e contente no meio de seus escravos, como no meio da sua própria família, que admira e goza do fervor com que estes desgraçados adivinham seus desejos, (JB,F,XVIII)

Constatamos, novamente, a não aplicação de alguns critérios como, a distinção tema/comentário, a possibilidade de inversão das orações e a divisão em dois segmentos entoacionais. A aplicação do critério pausa, como já mencionado anteriormente, está associada com os traços adverbiais que ainda se mantêm, já que os advérbios, quando são deslocados de sua posição prototípica devem ser marcados por pausa. Observamos também que há uma referência anafórica e uma dependência semântica entre as unidades relacionadas pelo fato de que a conclusão é, assim como a explicação, uma noção que sobrevém a *posteriori*, ou seja, é preciso olhar para todo o contexto anterior que apresenta os argumentos que levam a inferir determinado tipo de conclusão.

A respeito da dimensão das unidades articuladas, nos exemplos citados anteriormente, constatamos que essas unidades textuais são maiores do que a oração. Encontramos, também, algumas ocorrências nas quais se dá a articulação de orações e não de porções textuais, como ocorre em (29).

Em (29), as reformas feitas nas escolas militares não foram satisfatórias e não atenderam aos intuitos dos autores, por isso é necessário que se revisem os regulamentos para que isso seja resolvido, pois é uma medida aconselhada. As mesmas características apontadas nos exemplos anteriores podem ser aplicadas nesse caso; o que o diferencia é a dimensão das unidades que se relacionam: nesse exemplo, observamos dois enunciados em que um apresenta os argumentos que levam a conclusão expressa no outro.

(29) As reformas feitas nas Escolas Militares não têm correspondido aos intuitos dos seus autores. A revisão dos respectivos regulamentos é, **pois**, medida aconselhada pela experiência. (PM,F,XIX)

Nos exemplos (30-31), observamos que o *pois* não ocupa a posição imediatamente depois do verbo da oração que introduz a conclusão; todavia, é possível inferir o valor conclusivo. Percebemos uma certa mobilidade desse item dentro da oração e, esse fato nos levou a questionar se realmente a noção de conclusão com *pois* se dá mediante o uso de verdadeiras conjunções e, se esse item pode ser classificado dentro do grupo dos conectores coordenativos conclusivos, como preconizam as gramáticas normativas da língua portuguesa.

No que se refere à aplicação dos critérios sintáticos e semânticos, observamos, nas ocorrências em que o *pois* não está posposto ao verbo, o mesmo comportamento descrito acima para os usos em que está posposto ao verbo. No exemplo (36), cujo texto é de Monteiro Lobato, constatamos que esse autor seleciona argumentos cuja finalidade é a de se chegar a uma determinada conclusão: ir morar numa residência que agrade a esposa , já que ela é quem passa mais tempo em casa, fez com que Lobato encontrasse um palecetizinho e por esses motivos o seu endereço era esse agora.

(30) Até agora não fiz outra cousa senão procurar casa! Teimei em instalar-me numa que satisfizesse integralmente a espôsa, visto como quem mora é ela. Os homens moram mais na rua. Achei um encanto de palacetizinho na Rua Prof. Gabizo, 97 e hoje vou fechar contrato. Nosso endereço, **pois,** é agora êsse. (CML-C,f,XX)

No exemplo (30), temos essa mesma descrição: a citação para responder à comissão não pode ser feita no dia marcado, deixando-se para a segunda-feira, por isso os citados foram os primeiros a serem atados a esse tribunal. Ou seja, primeiro foram apresentados os motivos que geram essa conclusão proposta pelo locutor.

(31) No dia 18 de dezembro, instalou-se logo a execranda comissão, e fomos citados para ir responder a ela ao meio-dia, em 24 horas, o que se não podendo efetuar no outro dia, que era domingo, deixou-se para segunda-feira em diante. Os primeiros, **pois,** que foram atados a esse sanguinário tribunal, fui eu, o Rangel e o Agostinho. (VC,XVIII)

Os exemplos apresentados acima nos leva a refletir se a relação conclusiva com o *pois* se daria mediante o uso de um advérbio, já que é possível perceber uma certa mobilidade desse item, ou de uma verdadeira conjunção que, normalmente, encabeça as orações. Como já mencionado anteriormente, a visão tradicional afirma que as conjunções coordenativas têm a função de relacionar duas orações independentes e de mesmo estatuto sintático, o que não ocorre nos exemplos (30 -31): *os primeiros* e *nosso endereço* não são orações independentes. Fica claro que as gramáticas tradicionais apontam para uma descrição muito simplificada e inadequada a respeito dos elementos capazes de conectar enunciados.

No quadro abaixo sintetizamos a aplicação dos critérios sintáticos e semânticos a partir dos quais tentamos distinguir a que nível de articulação o *pois* pertence.

Critérios	**Conclusivos**		
	Aplicação total	Aplicação parcial	Sem aplicação
a. Dependência semântica	✓		
b. Distinção tema/comentário			✓
c. Divisão em segmentos entoacionais			✓
d. Pausa	✓		
e. Referenciação anafórica	✓		
f. Possibilidade de inversão das orações			✓

Quadro 12: Aplicação dos critérios nos usos conclusivos

Verificamos que o *pois,* nesses contextos, compartilha tanto traços relacionados à coordenação, devido à aplicação total dos critérios (d) e (e), quanto os relacionados à subordinação, como (a). Por outro lado, não constatamos a aplicação de (b) e (c), critérios associados à coordenação; e (f) associado à subordinação. A análise do critério **posição dentro da sentença** é que nos levou a questionar se o *pois* nesses contextos atua ou não como uma verdadeira conjunção. Concluímos que, por não ocupar a posição prototípica das conjunções e por ter certa mobilidade em alguns contextos, o *pois* mantém traços adverbiais. Por outro lado, ele é capaz de relacionar porções textuais, na maioria das ocorrências, e também relacionar orações, levando-nos a concluir que ele se enquadra dentro da categoria de advérbios capazes de estabelecer relações inter-oracionais e intertextuais.

5.2.2.2 Discursivos textuais e discursivos interativos

A respeito dos usos discursivos textuais e discursivos interativos, tomamos como base os estudos da *Gramática do Português Falado* que nos apresentam os traços definidores dessa categoria na qual está inserido um amplo grupo de elementos de constituição bastante diversificada. De acordo com Risso, Silva e Urbano (1996), esses elementos estão envolvidos na organização textual e interativa do discurso, sendo que ora uma ou outra função é mais saliente. Por esse motivo, distinguimos as ocorrências encontradas em dois grupos, levando em conta essas duas funções. Agrupamos dentro do **grupo discursivo textual** as ocorrências nas quais o *pois* atua na organização tópica, introduzindo o argumento mais forte dentro da porção textual que articula – **função textual**. Do outro grupo, os dos **discursivos interativos**, fazem parte as locuções *pois é* e *pois não,* que não desempenham nenhum papel seqüenciador, atuando como orientador da interação da sentença – **função interativa**.

Observamos que as ocorrências discursivas textuais configuram construções muito próximas aos das explicativas mediante a aplicação dos critérios sintáticos e semânticos. O critério **posição dentro da sentença**, cuja aplicação determinou a classificação mais geral – conjuncional e não conjuncional – se aplicam totalmente a esse grupo assim como se aplicam aos explicativos. O que diferencia esses dois grupos afirma Risso, Silva e Urbano (1996), é a exterioridade em relação ao conteúdo cognitivo dos elementos, uma vez que os discursivos textuais estabelecem informações pragmáticas que estão fora do plano lógico-semântico no qual estão as orações explicativas.

Nas ocorrências discursivas textuais, observamos que a presença de pausa marcante, expressa por ponto final, divide as porções textuais em dois blocos distintos. É importante ressaltar que, nessas construções, estamos lidando com a articulação de unidades maiores do que a oração, configurando porções textuais. Observamos, ainda, que a oração introduzida pelo *pois* acrescenta o argumento mais forte em relação ao que foi dito anteriormente, portanto, verificamos certo grau de dependência semântica e foricidade entre as unidades, embora elas sejam sintaticamente independentes.

No exemplo (32), constatamos que a argumentação diz respeito aos pecados mortais como adultérios, fornicações, incestos, que estão presentes em todas as casas. Entretanto, não existem somente esses pecados e, a partir dessa constatação, introduz-se um argumento mais forte - encabeçado pelo *pois* -, perguntando a respeito de roubos, enganos, mentiras, que também são considerados pecados e que merecem ser discutidos. Verificamos, também, a presença de pausa, separando as unidades articuladas em duas porções textuais independentes sintaticamente, mas que possuem dependência semântica e foricidade pelo fato de se referirem ao mesmo assunto.

(32) E asi está agora a terra nestes termos, que se contarem todas as casas desta terra, todas acharão cheas de peccados mortais, cheas de adultérios, fornicações, yncestos e abominações, em tanto que me deito a cuydar se tem Christo algum limpo nesta terra, e escasamente se oíierece hum ou dous que guardem bem seu estado, ao menos sem peccado publico. **Pois** dos outros peccados que direi? Nam há paz, mas tudo ódio, murmurações e detrações, roubos e rapinas, enganos e mentiras; não há obediência nem se guarda hum soo mandamento de Deus e muyto menos os da Ygreja. .(CM,f,XVI)

Em (33), percebemos essas mesmas características: duas porções textuais independentes sintaticamente, que se separam devido à presença da pausa, marcadas por ponto final. Nesse exemplo, observamos a narração de uma situação – andar lendo um livro como faziam todas as pessoas – que tem como informação mais importante o fato de uma pessoa ser atingida por uma laranja chupada que foi arremessada. Essa informação está contida na porção textual introduzida pelo *pois* e, por complementar o que foi dito anteriormente, concluímos que há dependência semântica e foricidade entre as unidades articuladas.

(33) Outra notícia: um dia destes ias passando diante de um frege, com um livro aberto, como faz toda a gente, estudando uma lição de grego. **Pois** um galego ignorante, sem nenhum respeito à gloria de Atenas, atirou à rua uma laranja chupada, que te pegou a cara, pegou o livro e estragou a melhor das fábulas do Esopo. (GR-C,f,XX)

Sintetizando a aplicação dos critérios sintáticos e semânticos, observamos que, embora os usos discursivos textuais tenham comportamentos sintáticos semelhantes aos dos explicativos, já que eles compartilham a aplicação total dos critérios (a), (b), (c) e (d), eles se diferenciam pelo fato de que os explicativos estabelecem relações lógico-semânticas enquanto os discursivos textuais estabelecem relações mais pragmáticas.

Critérios	Discursivos textuais		
	Aplicação total	Aplicação parcial	Sem aplicação
a. Dependência semântica	✓		
b. Distinção tema/comentário	✓		
c. Divisão em segmentos entoacionais	✓		
d. Pausa	✓		
e. Referenciação anafórica	✓		
f. Possibilidade de inversão das orações			✓

Quadro 13: Aplicação dos critérios nos usos discursivos textuais

A respeito do uso dos discursivos interativos, nas ocorrências encontradas, percebemos que o *pois,* juntamente com o verbo *ser* e o advérbio de negação *não* formam um tipo de locução, a saber: *pois é* e *pois não.* Observamos que essas locuções não desempenham nenhum papel seqüenciador, atuando somente como orientadores da interação nas sentenças – ou seja, possuem uma **função interativa**. Verificamos que não é possível a aplicação dos critérios selecionados para a análise dos dados, já que não temos nenhum papel de seqüenciador de informações que proporciona a articulação de orações ou de porções textuais.

Limitamo-nos, portanto, a identificar as situações em que cada uma dessas locuções atua. No exemplo (34), a locução *pois não* indica a disposição do falante em relação àquilo que lhe foi solicitado ou pedido. Um dos interlocutores pede para que Henfil lhe conceda um comentário, uma interpelação; Henfil responde *pois não*, afirmando que o pedido foi aceito.

(34) Também meu... Bom, não sei se devo ir tão longe...
Bonifácio - V. Exa. me concede um aparte?
Henfil - **Pois não**...
Bonifácio - Radicalize! (H-CM-C,f,XX)

Em (35), a locução *pois é* indica a concordância com o que foi dito anteriormente. Vale ressaltar, nesse exemplo, que essa locução inicia a carta, levando-nos a acreditar que *pois é,* provavelmente, concorda com um fato expresso na carta que Henfil recebeu de sua mãe.

(35) Natal, 4 de maio de 1977. **Pois é,** tava uma esperança tão gostosa. A gente acordava sem temores, lia o jornal relaxado, via televisão desinteressado, última edição extraordinária tinha sido a queda do Brandão... de repente, trancaram o mundo. (H-CM-C,f,XX)

5.2.3 Os pressupostos da gramaticalização

Nesta seção, analisamos os dados sob a ótica da teoria da Gramaticalização a fim de aferir o grau de gramaticalidade das construções com *pois,* bem como analisar a mudança semântico-pragmática pela qual esse item passa. Para tanto, utilizamos os trabalhos de Traugott (1982) e Traugott e König (1991) e a proposta de Sweetser (1990). Também aplicamos as hipóteses de Heine *et al.* (1991) e os critérios de Hopper (1991), com o objetivo de verificar em quais construções analisadas esse item mantém traços de adverbiais.

É importante ressaltar que, a respeito dos discursivos interativos, embora eles estejam dentro do grupo não conjuncional, observamos que eles têm um comportamento diferenciado, já que se prestam a funções interativas. Por se tratar de um conjunto de elementos sem nenhuma função textual ou argumentativa dentro dos enunciados, eles ficaram fora da aplicação tanto dos critérios sintáticos e semânticos, quanto da aplicação dos pressupostos da gramaticalização.

5.2.3.1 As hipóteses de Heine e colaboradores

Algumas das hipóteses, postuladas por Heine e colaboradores a fim de aferir o grau de gramaticalização de um item, são aqui utilizadas na análise do *pois.* Vale retomar a afirmação dos autores de que mais de uma hipótese pode ser aplicada para verificar se uma forma está mais ou menos gramaticalizada. A escala dos domínios conceituais, proposta pelos autores também contribui para explicar o processo de mudança semântica do *pois.*

As hipóteses que se referem às relações semânticas são as mais úteis no exame das acepções do item *pois.* Segundo essas hipóteses, os conectores que estabelecem relações lógico-semânticas são mais gramaticalizados do que os que conectam relações espaciais e temporais. Em outras palavras, como conjunção que liga relações de explicação, adversidade e causa - relações lógico-semânticas -, o item *pois* está em um estágio mais gramaticalizado.

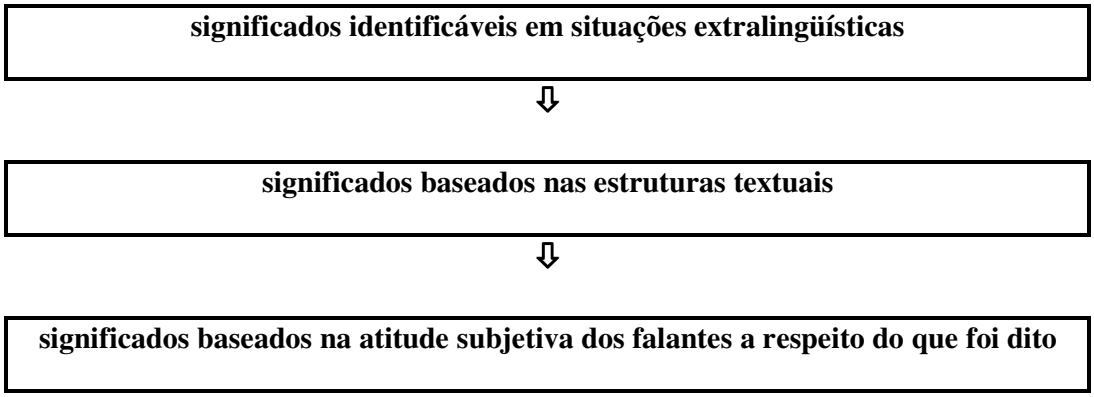
A respeito das relações conclusivas e discursivas textuais, embora não haja hipóteses para esses casos, observamos que o *pois* está mais gramaticalizado ainda, visto que nas conclusivas temos relações discursivo-argumentativas e, nas discursivas, temos relações pragmáticas. Desse modo, no que se refere à mudança semântica, acreditamos que o grupo não conjuncional – composto pelas construções conclusivas e discursivas textuais – está em um estágio mais avançado de gramaticalização do que o grupo não conjuncional.

Com relação ao *status* gramatical de uma forma, uma das hipóteses estabelece que preposições sejam menos gramaticalizadas do que conjunções, já que estas regem orações enquanto as primeiras regem sintagmas nominais. O critério sintático posição dentro da sentença nos leva a organizar as ocorrências em dois grupos distintos: os conjuncionais e os não conjuncionais. Verificamos, portanto, dois status gramaticais nos contextos com *pois,* sendo que um está mais próximo dos advérbios capazes de estabelecer relações inter-oracionais e intertextuais e outro mais próximo das conjunções, já que regem orações.

Levando em conta a afirmação de que as conjunções são mais gramaticalizadas, confirmamos que as construções que fazem parte do grupo conjuncional – explicativos, adversativos e causais – são mais gramaticalizados do que os contextos do grupo não conjuncional em termos de categoria. É importante ressaltar que, nesse grupo não conjuncional, as unidades articuladas possuem uma dimensão maior do que as dos usos conjuncionais. Sendo assim, podemos propor uma escala que aponta os usos menos e mais gramatical do *pois* dentro desses grupos: ADVÉRBIO > CONJUNÇÃO. Desse modo, a aplicação das hipóteses de Heine e colaboradores aponta para uma tendência na qual, do ponto de vista semântico as construções do grupo não conjuncional parecem estar mais gramaticalizadas do que o grupo conjuncional. Em contrapartida, do ponto de vista categorial, nos parece que há uma inversão, na qual o grupo conjuncional parecer mais gramaticalizado pelo fato de as conjunções serem uma categoria gramatical mais gramaticalizada do que os advérbios.

5.2.3.2 A mudança semântico-pragmática postulada por Traugott

Os trabalhos de Traugott (1982) e Traugott e König (1991) a respeito da mudança semântico-pragmática colaboram para a descrição dos diferentes significados encontrados nas construções nas quais o *pois* está inserido. Retomando, brevemente, o modelo proposto pelos autores, a mudança no significado ocorreria de um componente semântico para outro, de acordo com a seguinte trajetória:



A respeito desse modelo proposto pelos autores, observamos que não existe a possibilidade de alocar as construções com *pois* em cada um do componentes semânticos, visto que há uma sobreposição das funções textuais e expressiva/subjetiva. É importante mencionar que não estamos tratando com categorias discretas, em que determinadas construções têm, exclusivamente, função textual ou função expressiva.

Observamos que, no grupo conjuncional do qual fazem parte as construções explicativas, adversativas e causais, o *pois* atua como um elemento coesivo, capaz de relacionar orações. Além disso, verificamos também que os significados baseiam-se na atitude subjetiva do falante, apontando para a avaliação do próprio falante a respeito do que foi dito.

Em (36), observamos que a afirmação de que todas as propostas receberão atenção e apoio é justificada pelo fato de todos saberem que elas foram aprovadas após uma vitória eleitoral. Ou seja, o locutor, diante dessas duas idéias, estabeleceu uma relação na qual uma oração explica/justifica a outra.

(36) Cada uma dessas propostas, estou seguro, receberá aqui toda atenção de apoio, **pois** bem sabem que lhes apresento todas elas com a chancela das urnas, após uma vitória eleitoral expressiva, resultado da opção popular por nosso programa de governo e de renovação. (COL,XX) – <u>(explicativa, indicando uma justificativa para o que foi dito anteriormente)</u>

No exemplo (37), observamos que além da função textual/coesiva, a subjetividade do locutor está no fato de ele apresentar suas idéias como sendo opostas, contraditórias – inicialmente Purezinha estava incomodada ao se mudar de casa, entretanto, ao notar que comportamento dela havia mudado, o locutor avalia essas duas situações como sendo contrárias.

(37) Rio, 16,10,1925.É positivamente um encanto! Reúne tôda a beleza de Sta. Teresa e Tijuca sem as desvantagens dêsses dois paraísos. Meu mêdo era que a Purezinha não se ajeitasse por cá, amiga do borralho como é. Veio nervosíssima, magra, arrenegando e jurando que não aceitaria nunca a nova terra. **Pois** em tão poucos dias já está mudada, está outra e vai acariocar-se ràpidamente. Olhe Seu Heitor, só vive quem mora cá. (CML-C,XX) – (adversativa, indicando a contraposição das idéias do interlocutor)

Em (38), observamos novamente a sobreposição dos componentes semânticos textual e expressivo. Verificamos uma relação causal, na qual o interlocutor indica que um fato tenha originado um determinado efeito, ou seja, saber se um homem está em pecado mortal ou não é muito importante e isso origina o efeito de que é necessário saber a informação certa.

(38) Deseja muito casar-se com a mãe destes seus filhos. Já para lá escreveu e nunca veio resposta deste seu negócio. Portanto, é necessário que Va. Ra. envie logo a Vouzela, terra do P. Mestre Simão, e da parte de Nosso Senhor lhe requeiro: porque se esse homem estiver em estado de graça fará Nosso Senhor por ele muito nesta terra, pois estando ele em pecado mortal, por sua causa a sustentou até agora. E **pois** isso é causa de tanta importância, mande Va. Ra. logo saber a informação certa de tudo o que tenho dito. (MN-D,F,XVI) - (causa, indicando que um fato tenha originado o outro)

A respeito do grupo não conjuncional – conclusivos e discursivos textuais – observamos que o *pois* atua como um elemento responsável pela coesão e pela progressão textual, já que introduz o argumento mais forte em relação ao que foi dito anteriormente. Além dessa função textual, percebemos, nas construções, a função expressiva cujos significados estão baseados nas atitudes subjetivas dos falantes.

No exemplo (39), observamos o fato de o locutor querer ir se confessar no convento imediatamente, pois lá esteve um homem cego que bebeu a água de Lourdes e quase ficou bom. A fim de persuadir Lino a ir ao convento, o locutor repete que havia um homem cego e que quando bebeu a água de Lourdes – argumento mais importante, introduzido pelo *pois* – ficou bom.

(39) Caro Lino . Diz cousas de N. S. de Lourdes, Lino, que é da gente se ir confessar no convento imediatamente. Cão! Se êle visse, como eu vi, um cego que quase, por um triz, por uma coisinha não ficou enxergando só porque bebeu água de Lourdes! Isto eu vi, Lino... com êstes olhos que a terra, etc. Vi! O homem estava cego, cego, cego; **pois** bebeu água e quase ficou bom: um bocadinho mais de fé que êle tivesse e hoje estava perfeito. Então um milagre como êste lá é para andar rolando no tinteiro excomungado dum herege como aquêle? Bandido! O Albino fêz um verso como sempre esplêndido, magnífico, onomatopaico. É, salvo êrro ou adição: "Resfolegante, rápido o comboio corre." (CML-C,XX)

No exemplo (40), observamos que o *pois* introduz o argumento mais forte que confirma o que foi dito anteriormente. O fato de não parecer mais um estudante inibido tem como argumentação – irônica, por sua vez – a informação de que o locutor tirou quatro notas zero e uma nota oito, ressaltando que essa nota não diz respeito aos testes culturais, mas ao teste de Cooper.

(40) Nem pareço mais aquele estudante inibido que a senhora ia buscar no Colégio Arnaldo, em Belzonte. **Pois** saiba que já tirei quatro zeros e um oito! Mas este oito não foi em teste culturais, não, foi no teste de Cooper. (H-CM-C,XX)

Em (41), verificamos que a noção de conclusão – que é subjetiva - se instaura a partir do momento em que o fato de não ter mais tempo para escrever bobagens tem como conseqüência a possibilidade de não se encontrar mais, na sua prosa, assuntos desse tipo.

(41) E assim continuarei se Deus for servido, porque, provavelmente, não terei mais ocasião de escrever maluqueiras como as que te mandei. Já vês, **pois**, que não poderias encontrar em minha prosa nenhum *afrodisíaco* que te arrancasse do cérebro ou de qualquer outro órgão, os artigos que destinas à *Atualidade* do João Lima. (GR-C,f,XX)

A partir dessas considerações, observamos tanto no grupo conjuncional quanto no não conjuncional uma sobreposição dos componentes semântico-pragmáticos, propostos por Traugott (1982) e Traugott e König (1991). Embora exista essa sobreposição de funções textuais e expressivas/subjetivas, percebemos que, nas relações conclusivas e discursivas textuais, o *pois* está mais gramaticalizado ainda do que nas relações de explicação, adversidade e causa. Isso se justifica pelo fato de que nestas temos relações lógico-semânticas, enquanto temos, para as conclusivas, relações discursivo-argumentativas e, para as discursivas textuais, relações pragmáticas.

5.2.3.3 Os domínios conceituais de Sweetser

Os domínios conceituais propostos por Sweetser (1990) colaboram para a análise das construções encontradas nos *corpora,* principalmente, as conjuncionais. Retomando as considerações da autora, as conjunções podem atuar em três domínios: conteúdo (mundo real/sócio-físico), epistêmico (raciocínio lógico) e conversacional (atos de fala). Por meio de projeções metafóricas, as formas lingüísticas podem passar de um domínio para o outro, não aleatoriamente, mas percorrendo o caminho ilustrado abaixo:

Domínio do conteúdo → Domínio epistêmico → Domínio conversacional

No grupo conjuncional, observamos que o *pois* atua nos três domínios propostos pela autora, ressaltando que a freqüência de atuação nos domínios epistêmico e conversacional é maior do que no domínio do conteúdo. Ou seja, essa atuação nos três domínios mostra a multifuncionalidade desse item.

Em (42), verificamos que o *pois* atua no domínio do conteúdo, aquele que se refere a eventos que ocorrem extralingüisticamente, marcando a causalidade do evento no mundo real. Os fatos apresentados nas orações que se conectam nãos são afirmações ou opiniões, mas sim fatos que podem ser comprovados no mundo real: se evadir do perigos/escapar dos perigos é algo exterior à situação discursiva.

(42) e como quem nos fez esta advertência, debaixo da face de amizade, foi o filho do mesmo traidor Barros, nós entendemos que, longe de ser aquela revelação um efeito de amizade, era um meio de nos separarem do quartel-general, a fim de não observarmos e estorvarmos os perversos planos do traidor; nós porém lançamos mão do aviso, e tratamos de nos evadir aos perigos; **pois que** já observávamos toda a oficialidade dividida em grupos, falando em voz baixa, indicando uma secreta manobra. (VC,XVIII) – **domínio do conteúdo**

Em (43), por outro lado, observamos que o *pois* atua no domínio epistêmico, indicando que o conhecimento/atitude do falante o levou a instaurar uma relação de explicação entre as orações. Os verbos na primeira pessoa – *sei* e *tenho* – indicam que o que está sendo dito é uma opinião/avaliação do falante, além de o verbo *saber* indicar conhecimento. Em outras palavras, há uma avaliação de uma situação pelo locutor que origina a opinião de que Gilberto Miranda é a pessoa mais indicada para o cargo ao qual foi eleito.

(43) Com muita alegria e muita emoção estou vendo mais uma vez meu dileto amigo, Senador Gilberto Miranda, presente aqui entre os três capitães da defesa, sobretudo, dos interesses do nosso Estado, o valoroso Estado do Amazonas. *Não tenho* nenhuma ilusão a respeito da absoluta capacidade de V. Exª, **pois** *sei* que é um dos cidadãos mais habilitados para a tarefa para a qual foi eleito e guindado a esta posição. V. Exª, inclusive, está tendo prejuízo em vir para cá, porquanto é um empresário de amplas atividades no Amazonas. (MIR-O,F,XX) – **domínio epistêmico**

No exemplo adversativo, (44), observamos que o *pois* também atua no domínio epistêmico, indicando que se trata de uma avaliação do falante o fato de ele julgar a mudança que aconteceu com Purezinha. Ou seja, houve uma percepção subjetiva de que inicialmente Purezinha estava nervosa, magra e que esse fato se modificou em poucos dias.

(44) É positivamente um encanto! Reúne tôda a beleza de Sta. Teresa e Tijuca sem as desvantagens dêsses dois paraísos. Meu mêdo era que a Purezinha não se ajeitasse por cá, amiga do borralho como é. Veio nervosíssima, magra, arrenegando e jurando que não aceitaria nunca a nova terra. **Pois** em tão poucos dias já está mudada, está outra e vai acariocar-se ràpidamente. Olhe Seu Heitor, só vive quem mora cá. (CML-C, f, XX) – **domínio epistêmico**

Em (45), verificamos que os verbos no imperativo, indicando que se trata de um ato de fala, são mecanismos por meio dos quais identificamos o domínio conversacional. O verbo *recorra* está no imperativo e, de acordo com a autora, enunciados imperativos só podem ser ligados a outros enunciados no nível conversacional. A oração introduzida pelo *pois* indica a explicação do ato de fala, nesse caso uma ordem, enunciada anteriormente pelo falante.

(45) E se alguma das que me ouvem está perto de se perder, ou já perdida nas ondas, nas cegueiras, nos labirintos de um vício tão dificultoso de curar, e em que tanto periga a salvação, ponha diante dos olhos este exemplo de tão notável mudança, e, como o seguiu na perdição, imite-o também em lhe buscar o seguro e eficaz remédio. **Recorra** todo o caído ou tentado ao deparador das almas perdidas, **pois** é ofício ou graça em que Deus o constituiu; encomende-lhe muito de coração a sua, e não cesse de pedir, instar e buscar, até que a ache e tire do estado de perdição: *Donec inveniat eam.* (AV-SSA,F,XVII) – **domínio conversacional**

5.2.3.4 Os critérios de Paul Hopper

Dentre os critérios de Hopper (1991), aplicáveis aos estágios iniciais de gramaticalização a fim de captar a emergência de novas formas ou construções gramaticalizadas e de medir o grau de gramaticalidade de um item ou construção, alguns servem para verificar em quais dos contextos analisados o *pois* mantém traços adverbiais.

Com relação ao critério da **estratificação**, que diz respeito à emergência de novas camadas dentro de um mesmo domínio funcional, observamos que o *pois,* dentro dos

domínios funcionais nos quais atua, co-existe e interage com outras formas lingüísticas. No que se refere ao paradigma dos conectores explicativos, a co-ocorrência se dá com as formas *porque, que;* no dos adversativos co-ocorre com o *mas;* já no paradigma dos conectores causais, co-ocorre com *porque, como*, *já que.* No paradigma dos conclusivos, *pois*, posposto ao verbo, co-ocorre com formas como *portanto.* Por fim, dentro dos usos discursivos textuais e discursivos interativos, o *pois* co-ocorre com *então* e com *sim,* respectivamente.

O critério da **divergência** remete à preservação do item fonte como item lexical, o qual pode ou não passar por processos de mudanças que atingem os itens de sua mesma classe. Como já mencionado anteriormente, o *pois* conclusivo preserva-se como um advérbio, devido a sua mobilidade e posição dentro da oração, entretanto, ele se comporta como um advérbio capaz de relacionar porções textuais.

A **especialização**, critério que especifica uma diminuição nas escolhas de itens dentro de um domínio funcional, em virtude da alta freqüência no uso de uma forma em detrimento de outra, não foi avaliada, uma vez que este se trata de um estudo de caso que focaliza um item em questão e não o compara com outros do mesmo paradigma. Como já mencionado a respeito da estratificação, o *pois* dentro de um determinado domínio co-ocorre com outras formas; e nosso objetivo não é um estudo comparativo dos tipos de conectores que atuam em cada um dos contextos. Vale ressaltar que o fato de não se ter avaliado esse critério não indica que ele não se aplica ao fenômeno.

Quanto ao critério da **persistência,** referente à conservação de traços do significado lexical da forma fonte no item gramaticalizado. Observamos que a forma fonte desse item – advérbio e preposição – tinha valor semântico espaço-temporal de *'atrás'* e *'atrás de'*, *'depois'* e *'depois de'*, traço que persistiu, sobretudo, nos usos explicativos e conclusivos.

A respeito da relação de explicação*,* percebemos que a oração introduzida pelo *pois* é sempre posposta à oração antecedente; em outras palavras, o falante explica algo que foi dito

anteriormente, sendo assim a explicação vem sempre 'depois'/'atrás' do que foi expresso anteriormente. Vogt (1978) já afirmou que, dentre os casos que analisou, há sempre um 'pré-texto' antes daquele introduzido pela conjunção explicativa *pois.* Carone (1991), de modo semelhante, afirma que a explicação é sempre algo que sobrevém a *posteriori,* uma vez que é preciso olhar, retrospectivamente, para oração anterior (p.30). Nos usos conclusivos, observamos que o que vem depois no tempo é utilizado para codificar o que vem depois no discurso, já que a conclusão é também uma noção que sobrevém a *posteriori* no discurso.

Por fim, o critério da **descategorização** também se aplica ao item estudado, uma vez que observamos que, em alguns contextos, houve mudança de categoria. É importante verificar dentre os empregos do *pois* o que se perde e o que se ganha com essa mudança de categoria. A respeito dos contextos conjuncionais – explicativos, adversativos e causais – observamos que há uma perda de liberdade sintática, já que a posição desse item dentro da sentença torna-se fixa – o *pois* encabeça a oração que conecta. Por outro lado, ganha expressividade pelo fato de estabelecer significados explicativos, adversativos e causais, além de estabelecer relações lógico-semânticas. É importante lembrar que, nesses contextos, não houve a perda total das características do item fonte. Como vimos na aplicação do critério **persistência**, alguns traços adverbiais ainda persistem nos contextos conjuncionais.

Nos contextos não conjuncionais – conclusivos – observamos que, embora o *pois* tenha uma certa mobilidade dentro da oração, essa mobilidade não é igual à dos outros advérbios capazes de relacionar orações ou porcõess textuais como *portanto, entretanto, todavia* que podem ocorrer em qualquer posição dentro da sentença. Além disso, verificamos que, nesse contexto, o *pois* ganha mais expressividade já que é capaz de expressar noções mais abstratas como a de conclusão, o que não ocorre com outros tipos de advérbios que não são capazes de estabelecer relações inter-oracionais e intertextuais. Aliás, poder relacionar porções textuais é outra característica que foi adicionada ao *pois* conclusivo.

Podemos perceber, portanto, que a aplicação dos critérios de Hopper mostra que, nas construções encontradas nos *corpora* analisados, algumas delas preservam alguns traços da categoria fonte que os originou enquanto outras não. Ressaltamos, por fim, que, na gramaticalização, ao mesmo tempo em que se perde traços da categoria da qual um item se originou, se ganha outras características da categoria para a qual se transferiu.

6 Considerações finais

As construções com *pois* encontradas nos *corpora* apresentam-se semelhantes, mas não idênticas, à classificação proposta pelas gramáticas tradicionais. A partir dos estudos lingüísticos descritivos, que nos levaram a repensar a classificação tradicional, observamos que, em vários aspectos, a visão tradicional deixa pontos obscuros no tratamento dado ao *pois.* Os resultados obtidos, nesta pesquisa, nos revelam que os usos explicativos e causais compartilham traços sintáticos e semânticos, muitas vezes, ignorados pela tradição gramatical. Para os usos conclusivos, constatamos que essa relação não se dá mediante o uso de uma verdadeira conjunção, levando-nos ao questionamento da classificação tradicional de oração "coordenada conclusiva". Inclusive, a própria noção de coordenação e subordinação pode ser questionada, já que dentro de cada domínio encontramos construções com comportamentos não idênticos. Além disso, não existe um tratamento que leve em conta a multifuncionalidade do *pois,* que, além de atuar nesses contextos, apresenta usos adversativos, discursivos textuais e discursivos interativos.

A respeito das construções explicativas e causais, os resultados da aplicação dos critérios sintáticos e semânticos nos mostram que ambos os casos compartilham traços referentes à coordenação e à subordinação. Nos usos explicativos, observamos a aplicação de todos os critérios típicos da coordenação, corroborando a classificação feita pelas gramáticas normativas. No entanto, a tradição ignora a dependência semântica – característica da subordinação – entre as orações com *pois*. Vários autores apontam que a noção de explicação sobrevém a *posteriori,* portanto, é necessário que se tenha sempre um pré-texto, nas palavras de Vogt (1978), antes da oração que introduz uma explicação. Desse modo, fica incoerente e inadequado tratar as orações explicativas com *pois* como sendo autônomas e independentes, características que definem a coordenação. É claro que sintaticamente, se comprova que as

orações explicativas com *pois* são independentes, visto que se aplicam os critérios como **distinção tema/comentário** e **divisão em dois segmentos entoacionais,** mas, semanticamente, uma oração depende da outra para estabelecer uma relação explicativa.

Para as construções causais encontradas nos *corpora*, verificamos que o critério referente à subordinação **dependência semântica** se aplica. Já o critério, **uma oração como termo da outra**, não se aplica nas construções causais, novamente, contradizendo a tradição gramatical que define esse critério como característica inerente das orações subordinadas. É importante lembrar que, dentro do rótulo "subordinação", estão inseridas orações que não possuem comportamentos idênticos, assim como ocorre com as orações coordenadas. É evidente que o grau de integração sintática é maior nas orações subordinadas substantivas, por funcionar como termos essenciais, do que nas subordinadas adverbiais – incluindo as causais – que funcionam como advérbios, termos acessórios. Pelo fato de estar na posição de advérbios, categoria gramatical que possui mobilidade dentro do enunciado, observamos a possibilidade de inversão das orações causais. Por outro lado, constatamos que critérios que se referem às orações coordenadas também se aplicam aos usos causais; são eles: **pausa e divisão em segmentos entoacionais.** Acrescente que, na maioria das orações causais encontradas, o *pois (*e *pois que)* estão no início do enunciado, apresentando ora a causa, ora o efeito. Acreditamos que esse fato favoreça o uso da pausa marcada por vírgula, já que, conforme afirmam Bally (1965 *apud* LONGHIN-THOMAZI, 2004), Vogt (1978) e Carone (1991), nas orações causais há ausência de pausa.

Com relação aos usos adversativos, constatamos que a aplicação dos critérios é idêntica à dos usos explicativos: todos aqueles referentes à coordenação se aplicam. É importante mencionar que, para esses usos, assim como ocorre nos explicativos, as orações são dependentes semanticamente, comprovando que a visão tradicional agrupa sob o rótulo

"coordenação" orações com comportamentos distintos e que merecem uma descrição menos redutora e superficial.

A respeito dos usos conclusivos, concluímos que se trata de um caso particular de conclusão, já que, nessas construções, o *pois* não está na posição prototípica de conjunção – encabeçando a oração –, possui mobilidade dentro do enunciado e as unidades articuladas são maiores do que uma oração, configurando porções textuais. Além disso, observamos que a relação que se estabelece entre essas unidades é discursivo-pragmática e não lógico-semântica como ocorre nos casos explicativos e causais. Dos critérios associados à coordenação, constatamos a aplicação de apenas dois: **presença de pausa** e **referenciação anafórica.** Aplica-se o critério **dependência semântica**, já que a noção de conclusão, assim como a de explicação, sobrevém a *posteriori.* A partir dessas observações, concluímos que a relação conclusiva com *pois* não se dá mediante o uso de uma verdadeira conjunção, mas mediante o uso de um advérbio capaz de expressar uma noção abstrata como é a da conclusão, além de relacionar porções textuais.

No que se refere aos usos discursivos textuais e discursivos interativos, por se tratar de uma categoria bastante heterogênea, distinguimos as ocorrências em dois grupos: os que têm a função textual mais saliente – discursivos textuais – e os que têm mais saliente a função interativa – discursivos interativos, já que esses elementos estão envolvidos na organização textual e interativa do discurso. Constatamos que os usos textuais compartilham algumas características dos usos explicativos, pois, nas construções encontradas, apresentam-se na posição prototípica das conjunções – encabeçando orações –, estabelecem referência anafórica e são marcados por pausa, formando dois segmentos entoacionais. A diferença entre discursivos textuais e explicativos, que nos levou a incluir os primeiros no grupo não conjuncional, é que os usos textuais estabelecem informações pragmáticas que estão fora do plano lógico-semântico no qual estão as orações explicativas.

Com relação aos discursivos interativos, constatamos que não é possível a aplicação dos critérios selecionados, já que não observamos nenhum papel de seqüenciador de informações que proporcione a articulação de orações ou de porções textuais. O *pois* juntamente com o verbo *ser* e o advérbio de negação *não* formam um tipo de locução - *pois é* e *pois não* – que atua como orientador da interação nas sentenças, ou seja, possui uma função interativa. Limitamo-nos, portanto, a identificar e descrever as situações em que cada uma dessas locuções atua.

Finalizando os resultados obtidos nesta pesquisa, os pressupostos da gramaticalização nos permitiram chegar a algumas conclusões a respeito do grau de gramaticalidade dos diferentes padrões das construções com *pois.* É importante lembrar que a gramaticalização foi utilizada com o intuito de apontar mudanças semânticas e sintáticas em uma dada construção e não como uma ferramenta de descrição histórica, apontando a emergência de categorias gramaticais.

A respeito das hipóteses de Heine *et al.* (1991), constatamos uma tendência na qual, do ponto de vista semântico, as construções do grupo não conjuncional parecem estar mais gramaticalizadas do que o grupo conjuncional no que se refere à mudança semântica. Essa tendência se confirma pelo fato de que nas construções não conjuncionais as relações entre as orações são discursivo-pragmáticas, para os usos conclusivos, e pragmáticas para os usos discursivos textuais. Diferentemente, nas construções conjuncionais, as relações estabelecidas são do tipo lógico-semântico. Em contrapartida, do ponto de vista categorial, nos parece que há uma inversão, na qual o grupo conjuncional parecer mais gramaticalizado do que o não conjuncional, já que, de acordo com Heine e colaboradores, as conjunções, por regerem orações, são mais gramaticalizadas.

Dialogando com esse ponto de vista, a proposta de Traugott (1982) e Traugott e König (1991) nos permite observar, tanto no grupo conjuncional quanto no não conjuncional, uma

sobreposição dos componentes semântico-pragmáticos. Embora exista essa sobreposição de funções textuais e expressivas/subjetivas, percebemos que, nas relações conclusivas e discursivas textuais, o *pois* está mais gramaticalizado ainda do que nas relações de explicação, adversidade e causa. Isso se justifica pelo fato de que nestas temos relações lógico-semânticas, enquanto temos, para as conclusivas, relações discursivo-argumentativas, e, para as discursivas textuais, temos relações pragmáticas.

A proposta de Sweetser (1990) acerca dos domínios conceituais revela a multifuncionalidade do *pois*, uma vez que, para as construções conjuncionais, constatamos que esse elemento atua nos três níveis propostos pela autora: **conteúdo** (mundo real/sóciofisico)**, epistêmico** (raciocínio lógico) **e conversacional** (atos de fala).

Finalizando, por meio dos critérios de Hopper (1991), verificamos que o *pois,* dentro dos domínios funcionais nos quais atua, co-existe e interage com outras formas lingüísticas, além de preservar-se como um advérbio, devido a sua mobilidade e posição dentro da oração. Entretanto, ele é um advérbio capaz de relacionar tanto orações quanto porções textuais. Constatamos, ainda, que o caráter adverbial espaço-temporal, presente na forma fonte, persistiu, sobretudo, nos usos explicativos, causais e conclusivos.

Ademais, é importante verificar o que se perde e o que se ganha em termos de categoria: nos contextos conjuncionais, observamos que há uma perda de liberdade sintática, por outro lado, se ganha expressividade pelo fato de estabelecer significados mais abstratos; nos contextos não conjuncionais – conclusivos –, observamos que, embora o *pois* tenha uma certa mobilidade dentro da oração, essa mobilidade não é igual à dos advérbios *portanto, entretanto, todavia* que podem ocorrer em qualquer posição dentro da sentença. Além disso, verificamos que esse item ganha mais expressividade, já que é capaz de expressar noções mais abstratas, além de relacionar porções textuais maiores do que a oração. Os fatos observados vem, mais uma vez, corroborar que, na gramaticalização, ao mesmo tempo em

que se perde traços da categoria da qual um item se originou, se ganha outras características da categoria para a qual se transferiu.

Referências Bibliográficas

ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa.* 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BARBOSA, J. B. *Tenho feito/fiz a tese: uma proposta de caracterização do pretérito perfeito no português*. 2008. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Araraquara.

BARRETO, T. M. M. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 1999. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BECHARA, E. *Moderna gramática da língua portuguesa.* 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JANDA, R.; BRIAN, (Ed.). *Handbook of historical linguistics.* Oxford: Blackwell, 2003.

CAMARA JR, M. Os conectivos. In:___*História e estrutura da Língua Portuguesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora, 1979. p. 175-188.

CAMPBELL, L; JANDA, R. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences,* n. 23, p. 93-112, 2001.

CARONE, F. B. Subordinação e coordenação. Confrontos e contrastes. 6ª ed. São Paulo: Ática.2006

CASTILHO, A. T. A gramaticalização. *Estudos lingüísticos e Literários.* Salvador, n.19, 1997, p.25-64.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa.* São Paulo: Nacional, 1970.

COUTINHO.,I. L. *Pontos de gramática histórica.* 6 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1967.

CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa.* São Paulo: MEC, 1972.

CUNHA, C. F. e CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIAS, A. E. S. *Syntaxe Histórica Portuguesa*. 5 ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.

KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. Ática: São Paulo, 1986.

GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.). *Introdução à gramaticalização*: princípios teóricos e aplicação. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HEINE *et. al. Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

___. From Cognition to Grammar – Evidence from African Languages. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, 1991b. p.149-187.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Org.). *Approaches to grammaticalization*: focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam: John Benjamins, 1991. v. 1, p. 17-35.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Gramaticalization.* Cambrige: CUP, 1993.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOCH, I. G. V. *A interação pela linguagem.* 8 ed.São Paulo: Contexto, 2003

LONGHIN-THOMAZI, S. R. *A gramaticalização da perífrase conjuncional "só que"*. Campinas. Tese de Doutoramento – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 2003.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Uma proposta semântica para a combinação de orações: resgatando os critérios de Bally. Revista ANPOLL, São Paulo, v.16, p.321-348, 2004.

MARINE, T. *O binarismo dos pronomes demonstrativos no século XX: este* vs *aquele* ou *esse* vs *aquele?* Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP-Araraquara, 2004.

MARTELOTTA, M *et. al*. O paradigma da gramaticalização. In:___*Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1996. p.45-75.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Libraire Honoré Champion, 1912.

NEVES, M. H. M. A gramaticalização. In:___*.A Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

___. As construções causais. In: ___ *Gramática do Português falado*. V. VII. São Paulo: Editora Unicamp, 1999. p. 461-496

___. *Gramática de usos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000

___. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2006

NUNES, J. J. *Compêndio de gramática histórica portuguesa.* 8 ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1975.

OMENA, N.; BRAGA, M. 'A gente' está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (Org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 75-83.

PEZATTI, E. G. *As construções conclusivas no português falado.* In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (Org) Gramática do Português Falado. 1 ed. Vol. 2 Campinas/São Paulo, 2002.

RISSO, M. S; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. V. (orgs) Gramática do Português falado. Vol. V: Desenvolvimentos. Campinas: UNICAMP, 1996

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*: metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TORRINHA, F. *Dicionário latino-português.* 3 ed. Porto: Edições Marânus, 1945.

TRAUGOTT, E. C. From propositional to textual and expressive meanings: some semanticpragmatic aspects of Grammaticalization. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 245-271.

TRAUGOTT, E., KÖNIG, E. The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, 1991.

VOGT, C. Indicações para uma análise semântico-argumentativa das conjunções porque, pois e já que. *Cadernos de estudos lingüísticos.* nº 1, p. 35-50, Campinas,1979.